

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ANDERSON DOUGLAS DA SILVA

Entre Clarices e Cristinas:
Gênero e Deficiência como Marcadores de Exclusão Social

Maringá
2024

ANDERSON DOUGLAS DA SILVA

Entre Clarices e Cristinas:
Gênero e Deficiência como Marcadores de Exclusão Social

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção de título em Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Fagner Carniel.

Maringá
2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)


S586e	<p>Silva, Anderson Douglas da Entre Clarices e Cristinas : Gênero e deficiência como marcadores de exclusão social / Anderson Douglas da Silva. -- Maringá, PR, 2024. 94 f.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Fagner Carniel. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2024.</p> <p>1. Interseccionalidade. 2. Gênero. 3. Deficiência. I. Carniel, Fagner, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.</p>
CDD 23.ed. 305.9	

ANDERSON DOUGLAS DA SILVA

Entre Clarices e Cristinas: gênero e deficiência como marcadores de exclusão social

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, avaliada pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA

Documento assinado digitalmente
 **FAGNER CARNIEL**
Data: 02/08/2024 20:21:30-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Fagner Carniel
(Orientador/Presidente)
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Documento assinado digitalmente
 **LEONARDO CARBONIERI CAMPLOY**
Data: 02/08/2024 22:38:40-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Leonardo Carbonieri Campoy
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Documento assinado digitalmente
 **LIGIA WILHELMS ERAS**
Data: 02/08/2024 23:45:40-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profª. Drª. Lígia Wilhelms Eras
Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC

Aprovada em: 2 de agosto de 2024
Realizada por videoconferência

*Dedico esta dissertação a minha família
pela fé e confiança demonstrada.*

*Aos meus amigos,
pelo apoio incondicional.*

*Aos professores,
pelo simples fato de estarem dispostos a ensinar.*

*Ao meu orientador,
pela paciência, demonstrada no decorrer deste trabalho.*

*Enfim, a todos,
que de alguma forma tornaram este caminho mais fácil de ser percorrido.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, pois sem Ele esta jornada não seria cumprida.

A presente dissertação de mestrado não poderia chegar em bom porto sem o precioso apoio de várias pessoas, ao meu orientador Professor Doutor Fagner Carniel, por toda a paciência, empenho e sentido prático com que sempre me orientou neste trabalho e em todos aqueles que realizei durante os seminários do mestrado.

Aos colegas de turma pela colaboração, apoio, conversas e amizade. Aos professores do Departamento de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá pelos bons conselhos, instruções e esclarecimentos, em especial, para a Professora Doutora Simone Pereira da Costa Dourado, Professora Doutora Eliane Sebeika Rapchan, Professora Doutora Meire Mathias, Professor Doutor Leonardo Carbonieri Campoy e para o Professor Doutor Éder Rodrigo Gimenes. A coordenação da pós-graduação que sempre esteve pronta a ajudar com eficiência e disposição. A minha amiga Cristina Silva Mendonça, pelo carinho, companheirismo e dedicação, ao proporcionar voz a essa dissertação.

A minha querida mãe, Maria de Lourdes Galdino da Silva, que sempre me encorajou, aconselhou e apoiou em todas as horas, sempre com uma palavra de incentivo e esclarecimento. Ao meu querido pai, Joel Pereira da Silva pelo amor, apoio, incentivo e, principalmente, pelas orações; ao meu irmão, Émerson Pereira da Silva, pelas palavras de ânimo e confiança.

A eles dedico inteiramente este trabalho. A toda minha família, que mesmo a distância, esteve presente em todos os momentos.

Entre Clarices e Cristinas: Gênero e Deficiência como Marcadores de Exclusão Social

RESUMO

O presente trabalho explora a interseccionalidade entre deficiência e marcadores sociais de gênero por meio do estudo de caso de Cristina Silva Mendonça, uma mulher de 36 anos, oriunda de Nova Londrina-PR, residente em Maringá-PR. Com uma família de cinco irmãos, dos quais dois possuem deficiências visual e uma transtorno no desenvolvimento, Cristina é estudante de Licenciatura em Música pela Unicesumar e atua como servidora pública e cantora. As informações foram coletadas por meio de entrevistas realizadas presencialmente, utilizando o aplicativo URec, em quatro momentos distintos entre dezembro de 2022 e março de 2023. Este estudo emprega uma abordagem qualitativa para analisar como as experiências da servidora pública, como mulher, pessoa com deficiência na família e profissional no campo da música interagem com os marcadores sociais, destacando-se a importância do gênero e da deficiência no contexto das ciências sociais. O referencial teórico ancorou-se em estudos sobre feminismo interseccional e sociologia da deficiência, explorando como essas categorias operam simultaneamente na configuração das experiências sociais e profissionais de Cristina. Os resultados indicam que a deficiência, quando cruzada com o gênero, pode ampliar as barreiras enfrentadas por mulheres no mercado de trabalho e na sociedade em geral. Observou-se que as responsabilidades da servidora pública e cantora como cuidadora em sua família afetam sua vida profissional e pessoal, refletindo a persistência de estereótipos de gênero e a necessidade de políticas públicas mais eficazes para a inclusão de pessoas com deficiências e o apoio às mulheres que se encontram nesse contexto. Este caso exemplifica a complexidade dos marcadores sociais e enfatiza a necessidade de uma análise mais aprofundada e sensível a essas interseções nas ciências sociais.

Palavras-chave: Interseccionalidade. Gênero. Deficiência. Diversidade.

Between Clarices and Cristinas: Gender and Disability as Markers of Social Exclusion

ABSTRACT

This work explores the intersectionality between disability and social markers of gender through the case study of Cristina Silva Mendonça, a 36-year-old woman, from Nova Londrina-PR, residing in Maringá-PR. With a family of five siblings, two of whom have visual and on a developmental disorder, Cristina is a Music Degree student at Unicesumar and works as a public servant and singer. The information was collected through interviews carried out in person, using the URec application, at four different moments between December 2022 and March 2023. This study uses a qualitative approach to analyze how Cristina's experiences as a woman and a person with a disability in the family and professionals in the field of music interact with social markers, highlighting the importance of gender and disability in the context of social sciences. The theoretical framework was anchored in studies on intersectional feminism and sociology of disability, exploring how these categories operate simultaneously in the configuration of Cristina's social and professional experiences. The results indicate that disability, when crossed with gender, can increase the barriers faced by women in the job market and in society in general. It was observed that Cristina's responsibilities as a caregiver in her family affect her professional and personal life, reflecting the persistence of gender stereotypes and the need for more effective public policies for the inclusion of people with disabilities and support for women who find themselves in this context. This case exemplifies the complexity of social markers and emphasizes the need for a more in-depth and sensitive analysis of these intersections in the social sciences.

Keywords: Intersectionality. Gender. Deficiency. Diversity.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
SOBRE A ARTESANIA TEÓRICO-METODOLÓGICA DESTA PESQUISA	9
SOBRE A ORGANIZAÇÃO DESTE TEXTO	14
1 ENTRE CLARICES E CRISTINAS, VIDAS COM DEFICIÊNCIA	16
1.1 CLARICE E OS OLHARES QUE DENUNCIAM O CAPACITISMO	17
1.2 CRISTINA E A CONSTRUÇÃO DE OUTRAS APROXIMAÇÃO COM A DEFICIÊNCIA	22
2 IMPACTO DA DEFICIÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E PESSOAL	28
2.1 INFLUÊNCIAS DA DEFICIÊNCIA FAMILIAR NA EDUCAÇÃO E CARREIRA	28
2.2 GÊNERO E DEFICIÊNCIA: BARREIRAS E INTERSECCIONALIDADES	30
2.3 APOIO INSTITUCIONAL E SUCESSO PROFISSIONAL	32
3 MULHERES, TRABALHO E ESTRUTURAS SOCIAIS	35
3.1 BARREIRAS INSTITUCIONAIS NO AMBIENTE DE TRABALHO	35
3.2 REPRESENTATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO FEMININA	37
3.3 FACILITADORES DE INCLUSÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	39
4 DIGNIDADE E AUTONOMIA: CONSTRUÇÕES SOB UMA ÉTICA DE CUIDADO	42
4.1 AUTONOMIA E (IN)DEPENDÊNCIA: O CONTEXTO SOCIAL LIBERAL	42
4.2 COOPERAÇÃO SOCIAL E A REALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA	59
4.3 A ÉTICA DO CUIDADO	69
4.4 AS RELAÇÕES DE CUIDADO: RELAÇÕES DE PODER?	71
4.5 CONSTRUÇÃO DA DIGNIDADE E AUTONOMIA PERANTE O CUIDADO	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	87

APRESENTAÇÃO

A interseção entre deficiência e gênero dentro das ciências sociais oferece uma perspectiva importante para examinar as múltiplas camadas de desigualdades enfrentadas por mulheres com deficiência. Essas mulheres frequentemente experimentam diferentes formas de discriminação, que são moldadas tanto por sua identidade de gênero quanto por sua condição de pessoa com deficiência. As ciências sociais, ao aplicar a lente da interseccionalidade, buscam desvendar como essas identidades culturais influenciam o acesso a oportunidades, a participação social e a representatividade política (Silva; Silva, 2018). Portanto, esse enfoque tem ajudado a identificar barreiras específicas que ainda hoje impedem inúmeras mulheres de exercerem plenamente seus direitos e liberdades.

Os estudos sobre as relações entre deficiência e gênero, desde perspectivas teóricas e políticas em diálogo com os modelos sociais da deficiência, destacam a importância de se considerar as experiências vividas por mulheres com deficiência de maneira diferenciada das experiências de homens com deficiência ou de mulheres sem deficiência. A sobreposição de opressões pode resultar em exclusões acentuadas no mercado de trabalho, na educação e nos serviços de saúde, onde preconceitos e estereótipos reforçam ciclos de marginalização. Essas dinâmicas são importantes para entender como políticas públicas podem ser desenvolvidas ou ajustadas para melhor atender às necessidades de mulheres com deficiência, garantindo-lhes igualdade de condições e acessibilidade (Silva; Silva, 2018).

Além disso, a participação social e política de mulheres com deficiência é frequentemente limitada por estruturas sociais e culturais que desvalorizam sua capacidade de contribuição. Movimentos sociais liderados por mulheres com deficiência têm ganha

do espaço e voz, desafiando as narrativas tradicionais que as posicionam como dependentes ou incapazes. Esses movimentos enfatizam a autonomia, os direitos e a capacidade dessas mulheres de liderarem mudanças, redefinindo suas identidades e capacidades dentro de suas comunidades (Gaspodini *et al.*, 2017).

O reconhecimento da diversidade dentro do grupo de mulheres com deficiência é crucial para uma análise eficaz e inclusiva. Diferenças de raça, classe social, orientação sexual e outros marcadores sociais influenciam profundamente como a deficiência é vivenciada individualmente. O desafio para as ciências sociais é, portanto, desenvolver um quadro teórico e prático que não apenas identifique as formas de opressão, mas também promova uma compreensão holística das experiências dessas mulheres, com o objetivo de fomentar uma sociedade verdadeiramente inclusiva e justa (Gaspodini *et al.*, 2017). Nesse cenário, o

problema de pesquisa adotado foi: como marcadores sociais de gênero interagem com a deficiência para influenciar as experiências sociais, econômicas e políticas de mulheres com deficiência?

Desse modo, o objetivo geral desta pesquisa é analisar como os marcadores sociais de gênero e deficiência influenciam as dinâmicas de inclusão social, oportunidades educacionais e profissionais de mulheres com deficiência. Para isso, analisaremos os relatos de experiência e trajetória de vida oferecidos por Cristina Silva Mendonça, uma mulher com deficiências na família, residente em Maringá-PR e atuante no campo da música e do serviço público, visando compreender as intersecções dessas categorias e seu impacto na vivência e representatividade das mulheres com deficiência na sociedade brasileira.

Os objetivos específicos compreendem:

- Investigar o impacto da deficiência visual e mental de membros da família no desenvolvimento profissional e pessoal de Cristina Silva Mendonça;
- Examinar as experiências de Cristina como mulher e servidora pública na interação com as estruturas sociais e institucionais;
- Avaliar a influência do ambiente educacional e profissional de Cristina no campo da música sobre sua identidade e expressão cultural.

A justificativa de pesquisa reside na necessidade de aprofundar o entendimento sobre como as intersecções de gênero, deficiência e outros marcadores sociais afetam as experiências de mulheres em contextos variados. Especialmente relevante é o estudo de mulheres que vivem em famílias com membros portadores de deficiências, como é o caso de Cristina Silva Mendonça, cuja realidade é marcada tanto por desafios quanto por conquistas únicas no âmbito profissional e pessoal. Este estudo visa contribuir para o desenvolvimento de políticas mais eficazes e para a promoção de uma sociedade mais inclusiva, ampliando a visibilidade das questões enfrentadas por mulheres com deficiência ou que interagem de perto com a deficiência, desafiando estereótipos e promovendo um entendimento mais profundo sobre inclusão e equidade.

SOBRE A ARTESANIA TEÓRICO-METODOLÓGICA DESTA PESQUISA

Quando descrevo de forma tão objetiva e impessoal o projeto que orientou a realização desta dissertação, provavelmente não estou deixando transparecer o longo processo pelo qual essa construção teórico-metodológica se tornou inteligível. No entanto, ingressei no Programa

de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá em 2022 sem saber exatamente o que poderia descobrir naquele espaço, mas com a expectativa de que as teorias sociais me auxiliassem a compreender o emaranhado de relações pessoais e profissionais em que estava inserido.

Graduado em Administração e em Pedagogia, com especialização em Atendimento Educacional Inclusivo e com diversos cursos na área de Educação Especial, como o de Libras e o de Braile, havia sido contratado em 2021 para trabalhar na supervisão da Unidade de Inclusão e Recursos Acessíveis da Universidade Cesumar, em Maringá. Minha responsabilidade profissional era a de desenvolver programas e políticas de apoio a estudantes com deficiências e necessidades educacionais especiais, visando ampliar e potencializar suas experiências de aprendizagem por meio de ações de acessibilidade, acolhimento, inclusão e, assim, contribuir com sua integração acadêmica.

Naquele momento, pretendia entender melhor as dificuldades que meus alunos tinham em acessar o mercado de trabalho. Em geral, eram estudantes cegos, surdos, cadeirantes, autistas, que apresentavam transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades. Eles frequentavam os mais variados cursos da instituição e recorrentemente declaravam vivenciar barreiras sociais ou atitudinais que os impediam de acessar certas vagas de estágio ou mesmo de emprego. Por isso, quando elaborei meu pré-projeto de pesquisa pretendia mobilizar ferramentas teóricas e metodológicas das ciências sociais para orientar estudantes com deficiência que procuravam a unidade em que trabalhavam e promover formas de potencializar processos de inclusão em empresas da região por meio da mobilidade social que os cursos de graduação podiam oferecer.

No entanto, logo descobri que esse também era um tema relativamente recente, e até mesmo heterodoxo, no universo das teorias sociais (Carniel; Mello, 2021; Carniel; Dias; Lacruz, 2023). Mesmo com a legitimidade que os discursos a respeito da inclusão adquiriram nas últimas duas décadas em diferentes esferas da vida social, inclusive no universo educacional (Carniel, 2018a), meus colegas e a maioria dos meus professores tinham certa dificuldade em compreender como poderia viabilizar a pesquisa. As disciplinas e praticamente todos os textos que entrei em contato durante o mestrado sequer mencionavam a deficiência como um fenômeno social passível de ser analisado pela perspectiva das ciências sociais. Por sorte, meu orientador possuía alguma experiência com a temática e iniciamos um processo de rearticulação da pesquisa.

Aos poucos fui me aproximando das teorias sociais apresentadas nas aulas da pós-graduação e, simultaneamente, tentando reconhecer os recentes campos de estudo da

antropologia da deficiência e da sociologia da deficiência no Brasil. Assim, entrei em contato com debates clássicos sobre a construção histórica e cultural das noções normalidade e anormalidade no ocidente moderno a partir dos escritos de Michel Foucault (2001) e Ruth Benedict (1934), por exemplo. Tive a oportunidade de aprender algo sobre o interacionismo simbólico de Erving Goffman (1988) e seus estudos relacionais sobre os processos de controle e identificação de pessoas que se distanciam dos padrões corporais e de comportamento socialmente estabelecidos. Ou mesmo com as perspectivas contemporâneas de Anahí Guedes de Mello (2019) a respeito da construção sociocultural de corpo normatividades compulsórias que rebaixam e inferiorizam as produções, posições e experiências sociais de pessoas com deficiência.

Ao percorrer essas e outras bibliografias comecei a perceber que nutria uma concepção muito rígida e essencialidade sobre o que seria uma pessoa com deficiência (Mello; Aydos; Schuch, 2022). No lugar de observar as supostas ausências ou incapacidades das pessoas com quem convivia, passei a prestar mais atenção em suas experiências sociais e relações cotidianas em um mundo que não corresponde às suas necessidades físicas, cognitivas ou sensoriais. O que também me fez deixar de me preocupar tanto com os protocolos de atendimento e procedimentos que deveriam promover a inclusão para concentrar minhas observações nas teias de relações que compõem histórias plenas de corporalidades diversas e que se diversificam ao longo da vida.

Contudo, o que talvez tenha sido mais decisivo para a reorganização desta pesquisa foi uma conversa que tive com uma colega sobre os sentidos e significados da inclusão. Lembro que andava preocupado com os rumos da pesquisa e como poderia iniciar minha escrita sobre as pessoas com deficiência que estava começando a entrar em contato. A dica preciosa que ela me ofereceu veio na forma de uma nova indagação: “antes de se preocupar com a inclusão de outras pessoas, por que você não se ocupa do seu próprio lugar na relação com essas pessoas?”. Afinal, por que a melhoria das condições de vida daqueles estudantes que vinham me procurar semanalmente era algo tão sensível para mim? Por que acreditava que poderia fazer algo por aquelas pessoas?

Desse modo, compreendi que ao invés de falar “sobre” os “Outros” e refletir a respeito do que podemos fazer “para” essas pessoas, deveríamos construir com mais cuidado nosso próprio lugar na relação com o universo social e existencial de quem pretendemos estudar. Conhecer as perspectivas de Tim Ingold (2012) e Mariza Peirano (1995) acerca do trabalho de campo e do papel potencial da pesquisa antropológica e etnográfica foi uma descoberta reveladora nesse sentido. Como advertem ambos os autores, antes de qualquer “intervenção”

na realidade social, o que a artesanaria intelectual realmente poderia oferecer seriam caminhos para desaprender aquilo que julgava já saber, como conhecimento especializado, sobre os outros.

Assim, estaria me preparando para reaprender, na companhia e, em aliança com as pessoas que estudava, as maneiras plurais pelas quais elas vivem e levam adiante as suas vidas. Portanto, “levar a sério” o que nos dizem e assumir que o conhecimento que poderemos produzir será sempre um conhecimento “nativo” – parcial, localizado e provisório – nos informa que a pesquisa social exige envolvimento, diálogo e troca de experiências em um processo contínuo de descobrir como podemos construir juntos maneiras melhores de condizer nossas vidas.

Mergulhar nas trajetórias de pessoas com deficiência e me unir a elas em uma reflexão a respeito das possibilidades efetivas de uma vida independente, mais justa, acessível e autônoma, não apenas para elas, mas para todos nós que vivenciamos o mundo desde um lugar outro – foi isso o que passei a perseguir como projeto de vida e intelectual e que acabei formalizando como um novo objetivo geral para minha pesquisa. Ou seja, compreender o fenômeno da deficiência como uma manifestação da diversidade humana que se enraíza em corporalidades, experiências, formas de identificação que habitam um mundo hostil a qualquer sinal de “anormalidade” e reagem a essas violências cotidianas e estruturais construindo estratégias plurais de resistência e reexistência.

A princípio, pretendia recuperar aspectos da trajetória de vida de diversas mulheres que conheci em Maringá em razão de minha atuação. Contudo, ao longo do percurso de investigação fui percebendo que esta estratégia de pesquisa exigia um envolvimento muito maior com as pessoas analisadas do que aquele que poderia oferecer neste curto e conturbado período em que estive vinculado ao mestrado (2021-2024). Desse modo, reduzi o escopo metodológico da investigação para me concentrar em uma única trajetória e, a partir do que ela me oferecesse, procurar problematizar aspectos parciais, mas significativos das relações entre gênero e deficiência no Brasil. Assim, foquei no estudo da trajetória de Cristina Silva Mendonça, uma pessoa cega, amiga e confidente, para compreender a intersecção de deficiência e de outros marcadores sociais dentro do contexto social e profissional de uma mulher brasileira. Optou-se por essa abordagem por permitir uma análise profunda das experiências pessoais e percepções de Cristina, revelando como certos fatores sociais específicos moldaram suas vivências.

Além do profundo envolvimento com a pessoa de Cristina, o procedimento metodológico envolveu a realização de entrevistas semiestruturadas, as quais foram conduzidas presencialmente para captar com maior fidelidade as expressões emocionais e não verbais da participante. Essas entrevistas foram agendadas em quatro períodos diferentes, entre dezembro de 2022 e março de 2023, utilizando o aplicativo URec para gravação, garantindo a qualidade do áudio e a fidelidade dos dados coletados. Antes de cada sessão, foi reafirmado o consentimento informado de Cristina, esclarecendo os objetivos da pesquisa, a utilização das informações e garantindo a confidencialidade e o direito de retirada a qualquer momento. Esse cuidado ético foi essencial, considerando a sensibilidade dos temas abordados, como deficiência e questões de gênero.

Para a análise dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, na qual as transcrições das entrevistas foram minuciosamente examinadas para identificar temas e padrões recorrentes. Isso permitiu uma compreensão mais rica dos desafios e estratégias adotadas por Cristina no seu dia a dia, tanto em âmbitos pessoais quanto profissionais. Além das entrevistas, foram coletados dados secundários provenientes de registros públicos e acadêmicos sobre políticas de inclusão e acessibilidade no estado do Paraná, bem como sobre o mercado de trabalho para pessoas com deficiência. Esses dados ajudaram a contextualizar as experiências narradas por Cristina, fornecendo um pano de fundo para suas histórias pessoais e profissionais.

Finalmente, ao concluir a coleta e análise dos dados, a pesquisa proporcionou *insights* valiosos sobre como a experiência da deficiência visual de Cristina se relaciona com gênero e outros marcadores sociais, influenciando de maneira significativa as oportunidades e barreiras enfrentadas por mulheres em situações similares à de Cristina. Esses resultados têm o potencial de informar políticas públicas e práticas sociais, visando à inclusão efetiva e ao respeito pelas diversidades dentro do contexto brasileiro.

Com trinta e seis anos de idade, Cristina realiza o curso de Licenciatura em Música na Unicesumar, têm uma trajetória profissional mais ampla. Já trabalhou em diversas escolas estaduais e atualmente é secretária no Colégio Estadual Juscelino Kubitschek de Oliveira. Suas experiências são significativas na medida em que nos oferecem uma visão sobre as barreiras, as discriminações, os preconceitos, as violências que cotidianamente acometem a vida de pessoas que escapam aos padrões de normalidade socialmente impostos aos corpos. Mas Cristina é apenas uma mulher com deficiência. Suas experiências certamente não esgotam as experiências desses grupos sociais que já foram classificados pela Organização das Nações Unidas como “a maior minoria do mundo” (ONU, 2013) e recentemente foi

reconhecido pelo Brasil (2023) como cerca de 18,6 milhões, 8,9% da população brasileira, a partir de dois anos de idade.

A história de vida de Cristina, a exemplo das histórias de qualquer pessoa, que são atravessadas por dores e alegrias, por frustrações e por realizações notáveis, por sonhos e por angústias. Contudo, são atravessadas também pelo modo como seus corpos são socialmente significados. Cristina é uma mulher com deficiência, por isso mesmo, habita a intersecção de, ao menos, dois marcadores sociais que possuem uma história social caracterizada por estruturas de poder e opressão tão amplas como o capacitismo e o patriarcado.

As estratégias de resistência, e de reexistência, que ela precisou elaborar para seguir com sua vida da melhor forma que pôde implica esse movimento de ter que responder pelo “peso de seu corpo”. Ou seja, como já observou Judith Butler (1993), pelo simples fato de vivermos em, com e a partir da materialidade vital de nossos corpos, uma materialidade que sempre estará subordinada às discursividades hegemônicas que o definem e o regulam independentemente do modo como o entendemos ou gostaríamos que fosse entendido.

SOBRE A ORGANIZAÇÃO DESTE TEXTO

Para recuperar aspectos de minha própria trajetória e explicar o modo como fui me envolvendo, sendo afetado e construindo meu lugar na relação com outras pessoas com deficiência, no capítulo 1 procuro uma narrativa autobiográfica que funciona como uma espécie de “volta no tempo”. A intenção não é produzir nenhum tipo de ilusão biográfica a partir de uma escrita pretensamente linear, coerente e estável em torno de mim mesmo. Mas apenas revelar aspectos de minha trajetória que foram decisivos para a construção desta pesquisa antes mesmo de saber que iria realizá-la. Refiro-me, particularmente, aos primeiros contatos que tive com a presença de pessoas com deficiência e o modo como aquelas relações me fizeram começar a pensar sobre o tipo de alteridade que poderíamos construir em uma sociedade absolutamente capacitista, período este em que Clarice Silva se fez presente.

No capítulo 2 debato o impacto da deficiência no desenvolvimento profissional e pessoal.

No capítulo 3 problematizo as mulheres, trabalho e estruturas sociais.

No capítulo 4 discuto a dignidade e autonomia entre construções sob uma ética de cuidado.

Por fim, nas considerações finais, procuro sintetizar o estudo demonstrando a importância da inclusão efetiva das vozes das mulheres nos processos de formulação de

políticas e práticas sociais. Para que haja mudanças reais e significativas, é essencial que as mulheres com deficiência não sejam vistas apenas como beneficiárias de políticas de inclusão, mas como participantes ativas e decisivas na criação de soluções que afetem suas próprias vidas.

1 ENTRE CLARICES E CRISTINAS, VIDAS COM DEFICIÊNCIA

De fato, é sempre curioso quando nos damos conta de que a maioria dos trabalhos que conseguimos realizar são aqueles que já estavam em curso muito tempo antes de termos consciência de seu início. Ao menos, essa foi minha experiência pessoal com a realização desta pesquisa. Estudar a trajetória de pessoas com deficiência, como Cristina, não sendo uma pessoa com deficiência, produziu em mim formas de deslocamento e de estranhamento que me fizeram revisitar minha história de vida e que, de algum modo, estão contribuindo para que eu possa reconstruir minha personalidade.

Refiro-me, particularmente, às lembranças que carrego comigo de Clarice Silva (*in memoriam*), uma vizinha e amiga muito querida que nos deixou há poucos anos. São reminiscências já não tão claras quanto gostaria de cenas, conversas, sentimentos e acontecimentos que tive o prazer e o pesar de compartilhar com Clarice em uma outra época de minha vida. Durante algum tempo acreditei que fossem apenas memórias desbotadas e não se relacionarem diretamente com minha pesquisa. Mas essas memórias sempre voltaram à tona enquanto conversava com minhas interlocutoras – às vezes como parâmetro de comparação: “já presenciei isso uma vez!”, “às vezes como forma de atenção; “deve ter sido doloroso para você”.

Até que percebi que precisava trazê-las à reflexão logo no início deste texto, pois elas informam o tipo de sensibilidade que acabei cultivando para me interessar e mergulhar no universo da vida de pessoas com deficiência. Penso, inclusive, que foi Clarice quem primeiro me formou em um tipo de engajamento com a inclusão de pessoas com deficiência que talvez esteja relacionado com a ética do cuidado. Não exatamente essa ética do cuidado como trabalho, mas como expressão de uma moralidade humanizadora (Mol; Moser; Pols, 2015). Ou ainda, com uma maneira de agir calcada no que Didier Fassin (2018, p. 36) denomina de uma crença “na possibilidade de diferenciar certo de errado e na necessidade de agir em favor do bem e contra o mal”. Tudo se passou como em um conto de fadas. Sempre fui apaixonado por literatura! Quando me mudei da cidade de Iepê, em São Paulo, para o Assentamento Nelson Mandela, na zona rural, onde até hoje moram meus pais, tomei a decisão de doar uns livros e gibis para as crianças do assentamento. Sob o sol quente do oeste paulista caminhava junto a uma carriola pelas ruas de terra visitando as 52 famílias e distribuindo alguns de meus livros. Naquela época me aproximei de diversas pessoas. Dentre elas, gostaria de destacar neste texto Clarice Silva, viúva, mãe de três filhos, cinquenta e três anos e com um olhar de violação de seus direitos.

1.1 CLARICE E OS OLHARES QUE DENUNCIAM O CAPACITISMO

Aos poucos fui conhecendo detalhes da história daquela mulher, Clarice Silva. Aos onze anos ela já trabalhava para ajudar no sustento familiar. Portava em suas pernas marcas e cicatrizes de um acidente que sofrera. Casou-se aos dezessete anos. E aos vinte seis anos se tornou viúva. Mudou-se para a cidade de Iepê e depois para o Assentamento em busca de algo melhor. Porém, as “situações da vida”, como ela costumava falar, “nunca foram fáceis”. Suas relações com a vizinhança rural revelavam marcas de um passado e de um presente que “desagradava” quase todos que se relacionavam com ela. Assim mesmo, ela conseguiu criar seus filhos atuando na lavoura de mandioca, milho e como diarista em faxinas.

Analfabeta, mãe sozinha, pobre e negra. Como sempre me diziam, “não vale a pena se envolver”, pois, ela “não bate bem da cabeça”. Mesmo assim, eu gostava de ir lá para papear. Seu sorriso me acalmava e Clarice sempre compartilhava lições boas das histórias mais humilhantes que me contava. Uma vez soube que ela perdeu a possibilidade de votar em uma assembleia porque supostamente “não era alguém confiável”. Na época, eu sabia que aquilo não era certo. Que era algo preconceituoso e violento. Mesmo assim, Clarice insistia em me mostrar que aquelas pessoas não faziam isso por mal, só tinham dificuldade em entender as dificuldades dos outros. Afinal, eram elas que “não batiam bem da cabeça”.

Diante das dores causadas por todas essas situações, Clarice nunca desistiu de seguir em frente. O seu olhar e as suas atitudes sempre respondiam àquelas práticas denunciando seu capacitismo. No entanto, o modo que era vista pelas pessoas, dentro e fora do assentamento, sempre a rotulando como “doida”, “incapaz” ou “fraca”, revelava as marcas de um processo social que escapava a qualquer possibilidade de reação individual. Pessoas como Clarice são assim discriminadas, tanto em nível das barreiras físicas e da exclusão espacial, como das barreiras sociais causadas por não serem vistas como cidadãos.

Certa vez, ao procurar por um trabalho de faxina na casa de uma família de classe média conhecida na região, fora do Assentamento, Clarice foi tratada como incapaz. Questionada sobre o motivo de estar à procura de serviços, sendo que “não seria capaz” de limpar todos os cômodos da casa nas condições físicas em que se encontrava. Para aquela família, o seu corpo era considerando “anormal”; ou seja, estava fora de um padrão a ser seguido. O controle dos corpos e a busca pelo corpo “perfeito” é um tema discutido por diferentes filósofos, como Foucault (2001), quando trabalha com a ideia de biopoder. Esse poder sobre a vida está associado à cura da vida e à criação de patologias para corpos

posicionados fora da normalidade – essa normalidade é uma exigência industrialmente padronizada de vida produtiva e funcional.

A maneira pela qual as pessoas tratavam Clarice me deixava inquieto, incomodado. Parecia mesmo que precisavam falar ou fazer algo para que ela se sentisse inferior. Lembro que diziam coisas como: “ela não sabe ler devido a sua mente fraca”. Ou faziam pouco caso de qualquer eventual virtude que ela pudesse demonstrar: “isso não foi ela quem fez, foi seu filho”. No entanto, uma das situações que mais me deixaram perplexo com a gravidade daquelas relações ocorreu no ambulatório médico, próximo ao assentamento. Uma vizinha e companheira do assentamento sentiu-se no direito de acompanhar Clarice e comunicar ao profissional de saúde que ela era “doida”, “não tinha juízo” ou “dimensão de seus atos”. A solução exigida por ela, claro, só poderia ser a medicalização para “curar” sua loucura. Para minha surpresa, o desfecho da história foi que alguém realmente acabou receitando uma alta dosagem de remédios para Clarice.

Na época, meu vínculo com o assentamento era profundo. Além de aplicar tudo o que aprendia na licenciatura em pedagogia que cursava, desenvolvia diversas ações comunitárias, como criação da associação, horta, poço, incentivo aos estudos e idealização de projetos de construção de uma reserva florestal. Então, decidi utilizar meus contatos para entrar em contato com a agente comunitária de saúde e entender toda situação. Clarice quando estava comigo falava sem medos, relatou que tomava o remédio não sabia porquê e não tinha um horário fixo. O uso do remédio é essencial, mas ela precisava de uma orientação, realizar exames e, ao menos, obter um diagnóstico mais confiável que a acusação da vizinhança.

A agente, então, marcou uma consulta com o médico do Posto de Saúde Familiar. Ao realizar os exames, decidiu-se pela substituição da medicação, respeitando as limitações e condições reais da Clarice. Diante da repercussão desse fato, conseguimos realizar o primeiro Encontro de Saúde Familiar no Assentamento Nelson Mandela – na abertura, foi organizada uma fala sobre diversidade e respeito aos companheiros do assentamento, cinco pessoas contaram suas histórias de vida, foram realizados exames de rotina em todos os presentes, e foram preparadas oficinas voltadas à culinária, plantio e saúde da mulher e do homem.

A partir desse encontro, as coisas caminharam diante as ações e movimentos em prol de melhorias, respeito e acolhimento no assentamento. Clarice passou a ser um pouco mais “aceita” aonde chegava e não precisou mais se esconder dos vizinhos. Essas experiências terríveis de rebaixamento social e de produção da infâmia que presenciei ao me aproximar de Clarice acabaram marcando minha sensibilidade pessoal e, de certa forma, prepararam minha atenção para outros passos que dei quando sai do assentamento.

Em 2017 me mudei a Maringá. Lembro até hoje o brilho dos olhos de Clarice, do seu abraço e de sorriso dizendo: “vai dar tudo bem”. Por aqui me especializei em Atendimento Educacional Especializado e comecei a trabalhar e me envolver cada vez mais no campo da deficiência. Por um tempo, cheguei mesmo a nutrir essa vã esperança de que as experiências que acumulara no assentamento poderiam “fazer a diferença” por onde estava e que poderia simplesmente convencer as pessoas de que “mudar sua atitude” diante da diversidade humana seria suficiente para tornar as relações sociais menos excludentes. Até que, em 2018, presenciei uma situação em que estava envolvido e não fiz nada!

Comemorávamos em uma pizzaria o encerramento de mais um ano letivo com todos os professores, diretores e familiares conversando. Sentei-me ao lado de uma colega e sua amiga com cegueira total. Em determinado momento iniciaram perguntas indelicadas: “como você faz para trocar de roupa”; “como é morar sozinha”. A situação começou a ficar desconfortável e, para aliviar a tensão, uma professora teve a ideia de tirarem fotos. Saltei da cadeira e tirei a primeira foto. Em seguida voltei ao meu lugar. Mas nenhuma das fotos incluía minha amiga. Ela chegou a me perguntar o que estavam fazendo, quando deveria ir, mas ninguém a chamou. Não tive reação e não fiz nada no momento. Meu silêncio a silenciou também, ficamos ali sentados, comendo nossos pedaços de pizza e saboreando o gosto amargo da indiferença e da impotência diante da realidade da exclusão social.

Atualmente, no meu trabalho, e devido ao cargo que ocupo hoje na supervisão em uma Unidade de Inclusão e Recursos Acessíveis, acompanho casos em que a falta de acessibilidade está relacionada com questões pedagógicas. O quão delicado é para o professor entender a importância da atividade adaptada, de sua postura, do vocabulário durante a sua aula, seja ela onde tem alunos com deficiências e/ou necessidades educacionais especiais, ou não. Os professores, sejam os que estavam na pizzaria ou na unidade, podem se considerar inclusivos, mas, fora da sala e/ou uma confraternização esse olhar diferenciado tem sido capacitista.

Durante a pandemia, voltei a morar no sítio devido a toda segurança e prevenção contra a COVID-19, e pude, então, compartilhar minhas inquietações com Clarice. Em sua simplicidade, ela tentou me consolar dizendo que quando você aceita e respeita a pessoa dentro daquilo que ela é, já faz muita coisa. Mas já não tenho certeza de que Clarice realmente achava que esse “fazer muita coisa” seria suficiente. O problema dos discursos liberais e moralistas sobre a inclusão dos outros é que eles sempre costumam pressupor que basta um gesto generoso de alguém para que toda uma estrutura social de violências e violações se desmonte. Queria ter conversado mais sobre isso com Clarice, mas vida é curta. Em julho de

2021 ela partiu. Desde então, nunca consegui deixar de pensar sobre esse “lugar” que pessoas sem deficiência ocupam na vida de pessoas com deficiência.

Há muitas maneiras de interpretar o capacitismo. De acordo com verbetes atuais de dicionários em língua portuguesa, o capacitismo pode ser definido como uma forma de opressão social que se expressa pela discriminação, estigmatização ou preconceito direcionado contra pessoas com deficiência por meio do discurso de que essas pessoas são “anormais” ou “incapazes”, em comparação com o que é social e estruturalmente considerado como um corpo “perfeito” ou funcionalmente “capaz”. Nessa formulação, estrategicamente útil para denunciar práticas de opressão sociais (Di Marco, 2020), o capacitismo se apresentaria tão somente como uma forma de rebaixamento social produzido por uma espécie de deficientização narrativa de certos tipos corporais humanos que seriam reconhecidos como desviantes em relação aos padrões corpo normativos hegemônicos.

No entanto, as teorias sociais costumam problematizar outras dimensões do capacitismo que contribuem para revelar seu caráter histórico, culturalmente situado e socialmente engenhado em nossos modos de vida (Shakespeare, 2006). Pela perspectiva do ativismo político e acadêmico que emergiu na segunda metade do século XX reivindicando um modelo social para a deficiência, por exemplo, as práticas biomédicas de deficientização de certos corpos revelam um longo processo de produção social da anormalidade como aquilo que supostamente estaria transgredindo as formas, as experiências, as relações, as cognições e as sensorialidades idealizadas para um corpo “saudável” (Davis, 1995). Nesse caso, a anormalidade estaria no indivíduo (por dentro) e poderia ser observada (por fora) em suas “ausências” funcionais; não na sociedade que não conseguiria comportar suas especificidades (Oliver; Barnes, 2012).

De um ponto de vista histórico, o capacitismo parece ser estabelecido de modo mais pleno na Inglaterra Vitoriana do século XIX (Barnes, 1997). Nesse período infeliz, quando muitas foram as barbaridades cometidas pelo imperialismo britânico – tais como a consolidação do capitalismo industrial, a disseminação de teorias eugênicas e o confinamento de mulheres na família patriarcal –, percepções religiosas e morais influenciaram diferentes modos de reenquadramento do fenômeno da deficiência (Campbell, 2009). Como observa Michael Oliver (1990), foi no universo simbólico do imperial britânico que passou-se a acreditar que a deficiência seria uma espécie de “castigo divino”, digno de pena, ou uma consequência do “pecado” praticado por certas pessoas, merecedor de punição exemplar pelos modernas maquinarias de vigilância e controle social.

Ao mesmo tempo, durante a era vitoriana também houve um aumento da medicalização da deficiência. A ciência e a medicina predominantes no período classificaram qualquer expressão de deficiência como uma “doença” ou “anomalia” que precisaria ser “corrigida” ou “tratada” (Foucault, 2001). O que levou à institucionalização de inúmeras pessoas com deficiência em asilos e hospitais especializados, onde frequentemente enfrentavam condições precárias e tratamentos questionáveis – não apenas na Inglaterra (Oliver, 1990), mas em todos os lugares em que seus “saberes” especializados exerceram alguma influência (Meekosha, 2011).

Naquele contexto, não tão distante do nosso (Lobo, 2008), as oportunidades educacionais e de emprego para pessoas com deficiência eram extremamente limitadas (Oliver, 1990). A falta de acesso à educação e treinamento profissional contribuía para a exclusão social e para a falta de independência econômica. A maioria das pessoas com deficiência passou a depender da caridade e da filantropia. O que reforçava a noção de que as pessoas com deficiência eram objetos de “pena”, resultante de uma “tragédia social”, ou de “punição”, resultante da ideia de “perigo social”, em vez de serem vistas como cidadãos plenos com direitos iguais. No final do século XIX, as teorias eugenistas também se estabeleceram e elegeram os corpos deficientizados como uma manifestação exemplar de seus argumentos (Campbell, 2005). Essas teorias pseudocientíficas promoviam a seleção artificial de características orgânicas desejáveis, enquanto buscavam eliminar características consideradas indesejáveis.

Em reação a esse sistema de opressão inventado na Inglaterra Vitoriana e aprofundado com o desenvolvimento do capitalismo no século XX e sua ideologia das capacidades produtivas, inúmeros movimentos de pessoas com deficiência começaram a se organizar e reagir a partir do Norte e do Sul Global (Carniel; Dias; Lacruz, 2023). Da luta pelos direitos civis nos anos 1960 e 1970 nos Estados Unidos ao reconhecimento global das questões de acessibilidade e inclusão, esses movimentos desafiaram formas arraigadas de capacitismo e promoveram mudanças políticas e jurídicas fundamentais (Lopes, 2019). Ao enfatizar a importância da acessibilidade, da vida independente e da igualdade de oportunidades, o ativismo das pessoas com deficiência influenciou a formulação de novos marcos regulatórios no campo da saúde, da educação, do trabalho e da vida civil (Shakespeare, 2004).

Tais perspectivas, atualmente organizadas em torno dos estudos da deficiência, abriram espaço para diversas formas de contestação do capacitismo e de empoderamento das pessoas com deficiência na cena política e acadêmica da últimas duas ou três décadas (Carniel; Dias; Lacruz, 2023). Isso inclui dar espaço para que essas pessoas expressem suas

experiências, desafios e aspirações, de modo a garantir que as políticas e práticas sejam mais alinhadas às suas necessidades. Nesse processo, as teorias sociais também começaram a reconhecer a interseção entre diferentes categorias de opressão social, como gênero, raça, orientação sexual e deficiência (McRuer, 2006). Desse modo, passou-se a reconhecer que pessoas que experimentam opressões múltiplas enfrentam desafios complexos e podem ser mais suscetíveis a diferentes formas de discriminação e marginalização.

É triste pensar que só consegui me aproximar de toda essa história tempos depois do falecimento de Clarice. Acho que ela iria gostar de conversar sobre cada descoberta teórica ou historiográfica que fui tendo ao longo de minha formação intelectual. Mas acredito que ela gostaria ainda mais de perceber o tipo de atenção e de sensibilidade que acabei aprendendo a cultivar nesse processo. Afinal, para atender, trabalhar e pesquisar com pessoas com deficiência de modo que essas relações não perpetuem dores, assimetrias e hierarquias sociais, precisei interrogar e transformar cotidianamente meu próprio lugar na relação com a deficiência.

1.2 CRISTINA E A CONSTRUÇÃO DE OUTRAS APROXIMAÇÃO COM A DEFICIÊNCIA

Cristina Silva Mendonça, de trinta e seis anos, natural de Nova Londrina-PR e residente atual em Maringá-PR, provém de uma família de cinco irmãos, dois, dos quais possuem deficiência visual e mental. Cristina é estudante de Licenciatura em Música pela Unicesumar, onde aprofundamos nossos laços de confiança e amizade, e atua como servidora pública do estado do Paraná, desempenhando funções de secretária e cantora. As entrevistas realizadas para este estudo foram captadas presencialmente na residência de Cristina pelo aplicativo URec, um gravador portátil equipado com *float* de gravação de 32-bit e gerador de *timecode* nativo. Elas foram realizadas em quatro períodos distintos, entre dezembro de 2022 e março de 2023, com duração média de 120 minutos cada. Para resgatar todas as entrevistas em texto escrito, foi necessário fazer o *upload* dos áudios via Youtube e gerar legendas.

Para não sobrescrever demasiadamente a voz de Cristina com minhas próprias perspectivas sobre sua trajetória e suas experiências, optei por começar a compartilhar alguns aspectos de sua vida, transcrevendo trechos de suas falas diretas na íntegra, ajustando apenas o registro oral para a forma padrão da escrita:

Durante a minha infância, após ser diagnosticada com deficiência visual, aos três anos de idade, fui criada em um ambiente de superproteção por meus pais, que, por falta de conhecimento sobre como lidar com a cegueira e temendo por minha segurança, limitavam minhas atividades predominantemente ao ambiente doméstico. As brincadeiras incluíam pular nos sofás, imitar sons de objetos e/ou animais e cantar (Cristina, 2023).

Segundo Cristina, a aceitação da sua deficiência visual por parte da família ocorreu de maneira gradual, ainda na infância, com visitas frequentes aos médicos e um contínuo trabalho de aproximação com outras pessoas cegas em centros educacionais especializados.

Aos sete anos, iniciei minha trajetória educacional no Centro Maringaense de Atendimento de Deficiência Visual (CMADV), uma instituição especializada para pessoas cegas, marcando o início de minha socialização fora do contexto familiar, com outras crianças cegas (Cristina, 2023).

Durante esse período, ela me contou que teve seu primeiro contato com o sistema Braille, um sistema de escrita tátil utilizado por muitas pessoas cegas ou com baixa visão no Brasil. É tradicionalmente escrito em papel relevo. Os usuários do sistema Braille podem ler em telas de computadores e em outros suportes eletrônicos graças a um mostrador em braile atualizáveis. Além de receberem orientações sobre mobilidade e informações sobre adaptações em suas rotinas. No Centro Maringaense de Atendimento de Deficiência Visual (CMADV), ela também aprendeu a usar o soroban, inspirado no ábaco japonês e adaptado para uso de pessoas cegas e que serve para fazer cálculos matemáticos, como uma máquina calculadora.

Como sempre fez questão de destacar, essas experiências no CMADV contribuíram para que Cristina desenvolvesse um senso de autoaceitação em relação à sua condição corporal diversa, ajudando-a a compreender os significados práticos relacionados à cegueira e a começar a perceber como poderia se relacionar com a sociedade normovisual ao seu redor. Ao analisar o modo como pessoas cegas apreendem o mundo, Luiz Gustavo Pereira de Souza Correia (2007, p. 203) já observou que o corpo é a condição de se “experienciar, criar vínculos, deslocar-se e elaborar significados”. Talvez, esse processo de aprendizado e de construção do próprio corpo, a exemplo do corpo de uma mulher cega e autônoma que Cristina recordava com tanto carinho.

Aos oito anos, ingressei no ensino regular, aplicando os conhecimentos adquiridos no CMADV de forma a conquistar certa independência em várias situações cotidianas. Isso permitiu a diminuição da superproteção por parte de meus pais, fomentando a minha autonomia e desenvolvimento por meio do processo de ensino-aprendizagem, como andar de ônibus e caminhar com a bengala, além de brincar com os meus amiguinhos do bairro (Cristina, 2023).

Cristina também relata a curiosidade das outras crianças e a sensação de exclusão que vivenciou em relação a alguns professores que, ao se dirigirem à classe, frequentemente utilizavam expressões visuais como “vejam isso” ou “vamos até a outra sala”, sem considerar sua condição. Enquanto a ideia de inclusão emergia no horizonte político e institucional da educação pública brasileira dos primeiros anos do século XXI (Carniel, 2018b), relatos como esses de Cristina evidenciam a força do capacitismo e o quanto a vida escolar pode marcar uma experiência de deslocamento e exclusão para muitas crianças.

Apesar dos desafios, a inclusão se mostrou um divisor de águas na Escola Municipal Professora Agmar dos Santos, onde uma docente explorou e ampliou aspectos da personalidade e independência de Cristina, bem como trabalhou na conscientização de seus pais. Essas experiências lhe proporcionaram, segundo Cristina, uma profunda reflexão sobre os significados das (in)visibilidades geradas no ambiente escolar. Durante esse período, desenvolveu-se em Cristina o sonho de tornar-se professora de Língua Portuguesa, inspirada pela paixão pela disciplina e pela maneira envolvente com que a professora Rita ministrava suas aulas.

Cristina também enfatizou constantemente em nossas conversas como a sua experiência escolar, ao longo do tempo, também oportunizou o desenvolvimento de habilidades sensoriais importantes, como a audição e o tato, considerados essenciais para a percepção do mundo por pessoas cegas, conhecidos como sistema háptico ou tato ativo.

Aos treze anos, a música passou a ter um papel central em minha vida. Embora já tivesse tido contato com música na escola para cegos, onde experimentei instrumentos de percussão e cordas, foi neste momento que desenvolvi uma paixão pelos instrumentos de teclas e pelo canto, meios pelos quais expressava meu pensamento e visão de mundo. Comecei a cantar no coral da igreja, onde mais uma vez fui profundamente influenciada pela metodologia e pela personalidade de minha professora (Cristina, 2023).

Nessa fase, com convicção de seus objetivos, Cristina contou, inclusive, que chegou a expressar sua paixão pela música e pelas experiências corporais que a escola estava lhe proporcionando a uma das docentes:

Professora Andréia, queria que você me ensinasse a tocar teclado (Cristina, 2023).

Inicialmente hesitante, conforme Cristina, a professora Andréia aceitou o desafio. Ao longo de cinco anos de colaboração entre as duas, Cristina se dedicou intensamente ao aprendizado. A primeira apresentação pública de que se recorda, foi a música “Jesus Cristo”, de Roberto Carlos e Erasmo Carlos, realizada na escola Carlos Demer, hoje conhecida como Colégio Bom Jesus.

Durante seu percurso no ensino regular, no entanto, Cristina também relatou ter enfrentado dificuldades relacionadas à falta de adaptação, acessibilidade precária nos espaços físicos e à ausência de conscientização por parte do corpo pedagógico. Contudo, manteve-se firme em seus estudos, participando ativamente das atividades acadêmicas e recusando qualquer tipo de facilitação indevida, como colas ou a realização de suas tarefas por outros.

Após concluir o ensino médio e sem encontrar oportunidades de trabalho, Cristina disse ter se encontrado em um período de estagnação em sua vida.

Foi nesse momento que conheci o meu futuro esposo, através de um grupo de deficientes visuais criado na cidade de Maringá. Aos dezenove anos, me casei e iniciei minha trajetória no mercado de trabalho como auxiliar de serviços gerais (Cristina, 2023).

Esse momento marca a reflexão de Cristina sobre a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho como uma extensão da inclusão social. Algo que deveria ser encarada pela sociedade como uma condição que facilita o desenvolvimento da autoconfiança das pessoas com deficiência, do respeito por si mesmos e da autoestima – aspectos essenciais para a construção da autonomia e do bem-estar de qualquer pessoa, conforme discutido por Mariana Moron Saes Braga e Aluísio Almeida Schumacher.

Nesse momento de sua vida, Cristina contou que enfrentou desafios imediatos de rejeição, preconceito e exclusão por parte da gestão escolar devido à sua deficiência visual. Segundo ela, era frequentemente tratada como incapaz e lhe eram atribuídas tarefas inadequadas para sua condição:

Me mandavam realizar a limpeza do pátio escolar, a lavar de banheiros, eles me davam uma vassoura, balde e produtos e falavam: vá até o banheiro e lave, até na distribuição de merenda e a vigilância dos alunos pediam para trabalhar. Como eu uma pessoa cega iria servir merenda aos alunos e vigiar quem entrava e saía do colégio (Cristina, 2023).

Essas responsabilidades, juntamente com a pressão e perseguição contínuas, esultaram em consequências graves para sua saúde mental e física, incluindo depressão, um aborto espontâneo e, eventualmente, o abandono do emprego, culminando em sua exoneração em 2008.

Após essa fase turbulenta, e a subsequente perda de seu emprego e do filho, Cristina disse ter enfrentado problemas significativos em seu casamento, que eventualmente terminou por falta de apoio e compreensão de seu parceiro. Após um ano de processo administrativo, a Secretaria de Educação reavaliou sua situação e emitiu um parecer positivo, permitindo seu retorno ao trabalho. Cristina foi, então, realocada no Colégio Estadual Juscelino Kubitschek, em Maringá, onde trabalhou por sete anos. Durante esse período, não deixou de experimentar sentimentos de exclusão e preconceito. Contudo, sempre preferia enfatizar os momentos de empatia e inclusão por parte de alunos, professores e outros colaboradores da escola.

Em 2016, fui transferida para o Colégio Estadual Juscelino Kubitschek, onde atualmente atuo como secretária e telefonista. A empatia e o suporte da comunidade escolar foram cruciais para minha adaptação. Meu computador é adaptado com leitor de tela NVDA e sistema Braille, facilitando minha interação com a tecnologia e aumentando minha autonomia no ambiente de trabalho. Além disso, as instalações da escola são equipadas com sinalização em Braille e recursos de acessibilidade. É show demais! (Cristina, 2023).

Paralelamente à sua vida profissional, Cristina também cursa o terceiro ano de Licenciatura em Música, resgatando o sonho de ser professora que tinha desde os tempos do CMADV. Contudo, também relata ter enfrentado desafios significativos no ensino superior privado, como a adaptação de materiais didáticos, dificuldades com aulas gravadas e ao vivo, e a falta de sensibilidade de alguns professores, refletida em avaliações não lançadas e uma sensação de exclusão nas aulas.

A música tem sido uma constante em sua trajetória, marcada por participações em missas, eventos, festivais e congressos municipais. No entanto, durante as entrevistas, Cristina revelou a regressão de sua depressão e tentativas de suicídio, no início de 2023, destacando a importância da música nesse período difícil. Além das terapias semanais, ela iniciou um projeto com vistas a um futuro próximo, no qual está compondo músicas para serem compartilhadas em plataformas digitais, usando a arte como uma forma de expressão e superação.

Em face de suas vivências e da trajetória que percorreu, Cristina reafirma que, além de lecionar, seu sonho atual é ministrar conteúdos educacionais para crianças cegas e autistas por

meio da musicoterapia. Essa abordagem representa um método pelo qual ela encontra espaço para expressar seus sentimentos e aspirações, oferecendo também um meio de tranquilização, especialmente significativo durante a infância. Nessa fase da vida, entre os cinco e sete anos, as crianças estão em um período crucial de reafirmação da personalidade e desenvolvimento da criatividade.

Cristina continua sua formação acadêmica e participa ativamente de projetos vinculados ao conselho da pessoa com deficiência em Maringá.

Atualmente eu sou diretora social da ADEVIMAR [Associação dos Deficientes Visuais de Maringá – localizada na rua Jacó do Bandolin, 253, Jardim América, Maringá-PR]. Faço de tudo o que compete a área social. Fornecer capacitação de informática para pessoas com baixa visão e deficiência visual, aprendizado do braille. Eu também auxilio na aquisição de materiais adaptados e de acessibilidade, como bengalas. Tudo o que é relacionado com a assistência social para pessoa com deficiência visual é meu papel (Cristina, 2023).

Além disso, ela utiliza seu talento musical para cantar em palestras e encontros, integrando suas habilidades artísticas com seu compromisso em promover a inclusão e a conscientização sobre deficiências. Essas atividades não apenas reforçam sua própria resiliência e dedicação à sua carreira e ao ativismo social, mas também proporcionam um valioso suporte para a comunidade, destacando o papel transformador da música na educação e no bem-estar de indivíduos com necessidades especiais.

2 IMPACTO DA DEFICIÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E PESSOAL

Uma das primeiras coisas que o envolvimento com a história de Cristina me evidenciou, foi o modo particular como determinadas barreiras atitudinais e sociais afetam as mais variadas dimensões da vida de mulheres com deficiência. Neste capítulo da revisão bibliográfica, abordamos o impacto da deficiência no desenvolvimento profissional e pessoal, explorando inicialmente como a presença de deficiência em membros da família afeta a educação e as decisões de carreira de indivíduos, necessitando adaptações significativas no sistema educacional. Seguimos investigando a intersecção entre gênero e deficiência, analisando as barreiras específicas que surgem nesse cruzamento, especialmente as moldadas por estereótipos de gênero e expectativas sociais que influenciam o desenvolvimento profissional. Por fim, discutimos a influência das políticas de inclusão e do apoio institucional no sucesso profissional de pessoas de famílias afetadas por deficiências, destacando como programas de apoio e a legislação vigente podem facilitar ou obstaculizar suas trajetórias profissionais.

2.1 INFLUÊNCIAS DA DEFICIÊNCIA FAMILIAR NA EDUCAÇÃO E CARREIRA

O estudo da interação entre a presença de deficiência em membros da família e o impacto dessa condição nas trajetórias educacionais e profissionais de outros membros oferece um panorama revelador dos desafios sistêmicos e das necessárias adaptações no sistema educacional. Esse fenômeno, frequentemente subestimado, merece uma análise detalhada para compreender como as instituições educacionais podem melhor responder às necessidades de estudantes que assumem responsabilidades adicionais em casa devido à deficiência de um parente próximo. A deficiência familiar influencia as decisões educacionais de maneiras complexas, levando frequentemente à necessidade de escolhas que acomodem não apenas o aprendizado do indivíduo, mas também o bem-estar de seu familiar (Araújo; Perez, 2023). Tais decisões podem incluir a escolha por instituições mais próximas de casa ou aquelas que ofereçam flexibilidade nos horários das aulas, facilitando o equilíbrio entre as obrigações familiares e escolares.

As adaptações necessárias para acomodar esses estudantes vão além da localização e dos horários escolares. Envolve também a criação de ambientes de aprendizado que sejam inclusivos e empáticos às diversas realidades familiares. Essas adaptações são essenciais para

garantir que a educação não seja apenas acessível, mas também adequada e eficaz para todos os estudantes, independentemente de suas circunstâncias pessoais. A presença de deficiência na família pode exigir que as instituições educacionais ofereçam suporte emocional e psicológico, não apenas para o estudante com deficiência, mas também para seus irmãos ou outros membros da família que possam estar envolvidos em seu cuidado (Araújo; Perez, 2023). Esse suporte é crucial para a manutenção do desempenho acadêmico e para o bem-estar geral do estudante.

Para Ruthie Bonan Gomes *et al.* (2019), por outro lado, a necessidade de adaptar-se a essas exigências pode levar ao desenvolvimento de habilidades importantes, como gerenciamento de tempo, resiliência e empatia. Embora essas habilidades sejam valiosas, é fundamental que o sistema educacional reconheça o peso adicional que essas responsabilidades representam para os estudantes envolvidos. A capacidade das escolas de fornecer recursos adequados para apoiar esses estudantes é, portanto, uma medida do seu compromisso com a educação inclusiva (Carniel, 2013). Isso inclui a disponibilização de conselheiros e outros recursos de apoio que possam ajudar os estudantes a navegar tanto os desafios acadêmicos quanto pessoais.

No contexto das decisões de carreira, a influência da deficiência familiar é igualmente significativa. A escolha profissional pode ser diretamente afetada pelas necessidades de cuidados com familiares, o que pode limitar a capacidade do indivíduo de buscar oportunidades de trabalho que exigem longas horas ou viagens frequentes. A adaptação dos locais de trabalho, assim como das escolas, é vital para suportar aqueles que equilibram suas carreiras com responsabilidades de cuidados familiares (Gomes *et al.*, 2019). Políticas como trabalho remoto ou horários flexíveis podem ser determinantes para permitir que esses indivíduos mantenham suas carreiras enquanto cuidam de familiares com deficiência.

A conscientização e a formação de educadores e empregadores sobre as complexidades enfrentadas por famílias que vivem com deficiência são passos essenciais para fomentar uma sociedade verdadeiramente inclusiva. A formação deve abordar não apenas as necessidades práticas, mas também promover uma mudança cultural em direção à aceitação e apoio à diversidade familiar. Portanto, explorar os desafios e adaptações necessárias para estudantes que vivem com deficiência familiar é crucial para desenvolver sistemas educacionais e de trabalho mais receptivos e inclusivos (Gomes *et al.*, 2019). Ao fazer isso, podemos garantir que todas as pessoas tenham a oportunidade de atingir seu potencial máximo, independentemente das barreiras que possam enfrentar.

Muitas vezes, o envolvimento ativo da família na vida de Cristina resultou numa história de sucesso ou fracasso. Como meio para alcançar o desenvolvimento da educação, a família deve estar envolvida na ação socioeducativa e interagir constantemente. Esse equilíbrio entre as duas partes (escola e família) baseia-se no trabalho educativo, relacionando perspectivas mútuas, tendo como premissa um processo contínuo de aprendizagem. Após um período de comunicação entre pais e escola, esta parceria trouxe muitos benefícios e promoveu firmemente o progresso de Cristina.

É importante notar que, embora tenhamos um objetivo comum, a família e a escola devem fazer a sua parte para garantir que estão no caminho do sucesso e de um futuro melhor. O ideal seria que ambos estabelecessem simultaneamente os mesmos objetivos e formassem uma cidadania crítica, pronta para enfrentar a diversidade de situações que surgem na sociedade.

Dessa mesma maneira, a família exerceu influência aberta, no sentido de sugerir a sua profissão (ao se inscrever para o concurso público), pois, por meio dos valores expressos pela família, mediante a profissão ao longo da história, por meio das oportunidades possíveis de serem oferecidas.

2.2 GÊNERO E DEFICIÊNCIA: BARREIRAS E INTERSECCIONALIDADES

Segundo Mello, Aydos e Schuch (2022) a intersecção de gênero e deficiência apresenta uma área complexa de estudo, especialmente no contexto do desenvolvimento profissional. Quando esses dois aspectos se cruzam, surgem barreiras específicas que podem influenciar significativamente as trajetórias de vida e carreira de indivíduos, particularmente mulheres com deficiência. Esse fenômeno requer uma análise aprofundada para entender como estereótipos de gênero e expectativas sociais moldam as experiências dessas mulheres no ambiente de trabalho e na sociedade.

Os estereótipos de gênero, amplamente disseminados, frequentemente posicionam mulheres em papéis subordinados ou em campos de trabalho menos valorizados economicamente. Quando combinados com a deficiência, esses estereótipos se intensificam, limitando ainda mais as oportunidades de emprego para mulheres com deficiência. A suposição de que essas mulheres podem ser menos capazes ou menos produtivas do que seus colegas sem deficiência ou do sexo masculino é um preconceito que impede seu pleno desenvolvimento profissional (Mello; Aydos; Schuch, 2022).

Essas barreiras não são apenas teóricas, mas manifestam-se em práticas discriminatórias que incluem menor acesso a oportunidades de emprego, treinamento e promoções. A intersecção de gênero e deficiência também pode levar a uma maior vulnerabilidade a condições de trabalho precárias, onde mulheres com deficiência podem ser empregadas em trabalhos que são menos seguros e mais mal remunerados do que aqueles ocupados por homens com ou sem deficiência.

A luta por equidade no ambiente de trabalho para mulheres com deficiência é exacerbada pelas expectativas sociais que frequentemente veem a deficiência através de uma lente de incapacidade e dependência. Essa perspectiva é reforçada por normas culturais que valorizam a independência e a capacidade física, muitas vezes ignorando as competências e contribuições reais das pessoas com deficiência, especialmente mulheres (Mello; Aydos; Schuch, 2022).

As políticas de inclusão no local de trabalho muitas vezes falham em reconhecer a intersecção de gênero e deficiência. A implementação de medidas de acessibilidade, por exemplo, pode focar predominantemente em aspectos físicos, sem abordar as necessidades específicas que as mulheres com deficiência enfrentam, como assédio sexual e a falta de apoio para necessidades de saúde reprodutiva. Essas mulheres também enfrentam desafios adicionais relacionados à percepção social de sua capacidade para liderança e autonomia (Batista; Perez, 2016). As expectativas sociais em relação ao que as mulheres podem e devem fazer são frequentemente influenciadas por normas de gênero que não levam em conta as habilidades individuais e as aspirações profissionais de mulheres com deficiência.

Para abordar esses desafios, é necessário um esforço consciente para criar ambientes de trabalho mais inclusivos que reconheçam e valorizem a diversidade de gênero e habilidade. Isso inclui formação para empregadores e colegas, políticas claras de não-discriminação e suporte para necessidades específicas relacionadas à deficiência e gênero. É fundamental que os movimentos feministas e os movimentos de defesa dos direitos das pessoas com deficiência colaborem mais estreitamente. A união dessas causas pode fortalecer a luta contra as discriminações múltiplas enfrentadas por mulheres com deficiência e promover uma maior conscientização sobre essas interseccionalidades (Batista; Perez, 2016).

Reconhecer e abordar as barreiras criadas pela intersecção de gênero e deficiência é crucial para promover uma verdadeira igualdade de oportunidades no trabalho e na sociedade. As mulheres com deficiência devem ser vistas não apenas como beneficiárias de políticas inclusivas, mas como participantes ativas e capazes de moldar essas políticas com base em suas experiências únicas.

Portanto, a análise de como gênero e deficiência se intersectam para criar barreiras específicas no desenvolvimento profissional revela a necessidade urgente de uma abordagem mais holística e inclusiva na formulação de políticas de emprego e sociais (Batista; Perez, 2016). Somente assim, poderemos garantir que todos os indivíduos, independentemente de gênero ou deficiência, tenham a oportunidade de alcançar seu potencial pleno.

O campo dos estudos feministas e de gênero progrediu à medida que integra a análise com outras categorias, como o gênero, no entanto, apesar dos esforços para cruzar essas categorias, uma questão que permanece é a da deficiência. Para tanto, procuramos avaliar algumas das possibilidades de análise de fenômenos sociais e culturais em que se considera adequado um diálogo entre os campos dos estudos de gênero e dos estudos da deficiência e desta forma esperamos dar maior visibilidade e avaliar sua análise e a política tem potencial dada a sua contribuição para as políticas públicas. A história de Cristina situa-se num espaço de subordinação e exclusão porque é mais fácil garantir cuidados do que mudar estruturas opressivas.

A História de Cristina pretende avaliar algumas possibilidades de análise de fenômenos sociais e culturais em que se considere adequado um diálogo entre os campos dos estudos de gênero e dos estudos da deficiência, proporcionando, assim, uma maior visibilidade e tendo em vista a avaliação do seu contributo para o público o seu potencial analítico e natureza política.

2.3 APOIO INSTITUCIONAL E SUCESSO PROFISSIONAL

Segundo Valéria Becher Trentin e Tânia Regina Raitz (2018) a importância das políticas de inclusão e do apoio institucional no desenvolvimento e sucesso profissional de indivíduos que vêm de famílias com membros com deficiência é um tema central nas discussões sobre equidade no trabalho. Essas políticas são cruciais para garantir que todas as pessoas, independentemente de suas circunstâncias familiares, possam acessar e prosperar em oportunidades profissionais. Sem essas medidas de suporte, muitos indivíduos podem enfrentar desvantagens significativas no mercado de trabalho.

Políticas de inclusão bem desenhadas ajudam a criar um ambiente de trabalho mais equitativo, onde as necessidades de todos os empregados são atendidas. Isso inclui a implementação de adaptações razoáveis que permitem às pessoas com deficiência, ou aquelas que cuidam de familiares com deficiência, desempenhar suas funções eficazmente. Essas

adaptações podem variar desde modificações no ambiente físico até alterações nas práticas de trabalho, como horários flexíveis e a possibilidade de trabalho remoto.

Além das adaptações físicas e estruturais, o apoio institucional também envolve o fornecimento de recursos como aconselhamento e suporte emocional, que são fundamentais para os trabalhadores que podem experimentar estresse adicional devido às suas responsabilidades de cuidado. Reconhecendo e abordando essas necessidades, as instituições podem ajudar a aliviar parte da carga que esses empregados podem carregar. As leis de emprego que protegem os direitos dos trabalhadores com deficiência são um componente essencial dessas políticas. Essas leis não apenas proíbem a discriminação com base na deficiência, mas também exigem que os empregadores façam ajustes razoáveis para acomodar as necessidades de seus empregados (Trentin; Raitz, 2018). Tais legislações são vitais para promover a inclusão e garantir que todas as pessoas tenham oportunidades iguais de sucesso profissional.

No entanto, a mera existência de leis e políticas não são suficientes. A eficácia dessas medidas dependem da sua implementação e aplicação correta. Portanto, é necessário que haja uma vigilância constante e um compromisso por parte das organizações e do governo para garantir que as políticas sejam verdadeiramente benéficas para aqueles a quem se destinam.

A formação e sensibilização de gestores e colegas de trabalho sobre as questões enfrentadas por trabalhadores de famílias com membros com deficiência também são fundamentais (Oliveira *et al.*, 2017). A capacitação pode ajudar a criar um ambiente de trabalho mais compreensivo e solidário, onde a inclusão não é apenas uma política, mas uma prática cotidiana.

Programas de apoio projetados especificamente para trabalhadores que são cuidadores podem oferecer recursos como assistência jurídica, serviços de saúde mental e programas. Esses serviços ajudam a equilibrar as demandas do trabalho e da vida pessoal, contribuindo significativamente para o bem-estar e eficácia dos empregados no trabalho. Avaliações periódicas das políticas de inclusão e do apoio oferecido são necessárias para ajustar estratégias e abordagens conforme as necessidades dos empregados e as dinâmicas do local de trabalho evoluem. Essas avaliações devem ser inclusivas, envolvendo feedback direto dos trabalhadores impactados, para garantir que as medidas sejam relevantes e eficazes (Oliveira *et al.*, 2017).

As políticas de inclusão devem ser holísticas e interseccionais, reconhecendo que os empregados podem enfrentar múltiplas barreiras baseadas em outros aspectos de sua identidade, como gênero, raça e classe socioeconômica. A integração dessas considerações

pode levar a um ambiente de trabalho verdadeiramente inclusivo. O apoio institucional e as políticas de inclusão são indispensáveis para o sucesso profissional de indivíduos provenientes de famílias com membros com deficiência (Lorenzo; Silva, 2017). Essas políticas não só promovem a equidade e a inclusão, mas também enriquecem o ambiente de trabalho, levando a uma maior satisfação e produtividade entre todos os empregados.

Um ambiente sem barreiras é a base para a integração das pessoas com deficiência na sociedade, a vida de Cristina com acessibilidade envolve as condições de possibilidade de superar barreiras que representam óbices à participação efetiva das pessoas (família) em todas as áreas da sua vida social. Desta maneira, garantindo que ela tenha acesso aos mesmos espaços, serviços e oportunidades, é uma obrigação do estado e da sociedade. Nesse sentido, as políticas públicas desempenham um papel crucial na promoção da acessibilidade e na construção de uma sociedade mais inclusiva.

Cristina não apenas ajustou a estrutura de sua vida, também garantiu que tudo fosse acessível a ela. A inclusão requer mudanças nas políticas e na cultura corporativa, a chave está na educação e no comportamento que as pessoas estão preparadas para adotar para se tornarem verdadeiros multiplicadores de inclusão social.

3 MULHERES, TRABALHO E ESTRUTURAS SOCIAIS

Inspirado pelas experiências profissionais de Cristina, este capítulo examina as complexas dinâmicas que moldam a experiência das mulheres no ambiente de trabalho e na sociedade, focando em como as estruturas sociais e institucionais afetam particularmente aquelas que enfrentam desafios adicionais devido à deficiência, seja própria ou de familiares. Inicialmente, abordamos as barreiras institucionais que podem criar ou perpetuar desigualdades, impedindo mulheres de avançar em suas carreiras ou de se engajarem plenamente no ambiente de trabalho. Em seguida, exploramos questões de representatividade e participação feminina em setores profissionais tradicionalmente dominados por homens, destacando os desafios únicos enfrentados por mulheres com deficiências ou aquelas que cuidam de familiares com deficiência. Por fim, analisamos os facilitadores que podem melhorar a inclusão social e profissional dessas mulheres, como políticas de trabalho flexível e suporte institucional, que são cruciais para habilitar sua participação efetiva e igualitária no mercado de trabalho e na vida comunitária.

3.1 BARREIRAS INSTITUCIONAIS NO AMBIENTE DE TRABALHO

As barreiras institucionais no ambiente de trabalho formam um complexo conjunto de desafios que afetam de maneira desproporcional as mulheres, especialmente aquelas que lidam com responsabilidades familiares adicionais decorrentes da deficiência de um membro da família. Esse cenário exige uma análise profunda das estruturas e práticas que limitam a participação igualitária das mulheres no mercado de trabalho. A persistência dessas barreiras institucionais não apenas prejudica a inclusão, mas também reflete disparidades mais amplas dentro da sociedade (Lorenzo; Silva, 2017).

Uma das principais barreiras institucionais enfrentadas por mulheres, particularmente aquelas com encargos familiares significativos, é a falta de flexibilidade no local de trabalho. A rigidez dos horários de trabalho e a escassez de opções de trabalho remoto ou de horário flexível podem impossibilitar que essas mulheres equilibrem suas responsabilidades profissionais e familiares (Lorenzo; Silva, 2017). Essa inflexibilidade muitas vezes força as mulheres a escolherem entre avançar em suas carreiras ou cuidar de familiares com deficiência, uma decisão que pode ter implicações de longo prazo sobre sua estabilidade financeira e progresso profissional.

A discriminação sutil, mas profundamente enraizada, continua a ser uma barreira significativa. Estereótipos de gênero sobre os papéis das mulheres como cuidadoras primárias podem influenciar as decisões de contratação, promoção e avaliação no local de trabalho. Mesmo quando não explicitamente articulada, essa percepção pode diminuir as oportunidades para mulheres com responsabilidades familiares adicionais, assumindo que elas são menos comprometidas com suas carreiras (Lorenzo; Silva, 2017).

A questão da igualdade de remuneração também é uma faceta crítica das barreiras institucionais. Mulheres, especialmente aquelas em situações de cuidado, frequentemente encontram-se em posições menos remuneradas e em setores com menor segurança no emprego. Essa disparidade salarial não apenas reflete a valoração desigual do trabalho feminino, mas também limita a capacidade econômica das mulheres de buscar recursos adicionais que poderiam auxiliar na gestão de suas responsabilidades familiares (Silva; Mieto; Oliveira, 2019).

O acesso limitado a recursos de apoio no local de trabalho, como creches ou apoio para cuidadores, é outra barreira institucional significativa. A falta de tais recursos pode afetar a produtividade e o bem-estar das trabalhadoras, impedindo-as de realizar seu potencial completo. Instituições que falham em fornecer esses suportes essenciais não apenas desfavorecem suas funcionárias, mas também perdem a oportunidade de cultivar um ambiente de trabalho verdadeiramente inclusivo e produtivo.

A legislação e as políticas de inclusão muitas vezes não são suficientemente robustas para enfrentar essas barreiras institucionais de maneira eficaz (Silva; Mieto; Oliveira, 2019). Embora existam leis destinadas a promover a igualdade de gênero no trabalho, a aplicação e a monitoração dessas leis frequentemente deixam lacunas por meio das quais a discriminação e as desigualdades podem persistir. A necessidade de políticas mais rigorosas e de sua implementação efetiva é clara se o objetivo é alcançar a igualdade no local de trabalho.

A educação e a sensibilização dentro das instituições são fundamentais para combater as barreiras institucionais. Programas de formação que abordam explicitamente a igualdade de gênero, a inclusão e o gerenciamento da diversidade podem ajudar a alterar as normas institucionais e as atitudes individuais que sustentam essas barreiras. A representação feminina em posições de liderança pode servir como um antídoto poderoso contra as barreiras institucionais.

Líderes femininas são mais propensas a reconhecer e priorizar questões que afetam diretamente as mulheres, incluindo a necessidade de flexibilidade e suporte para responsabilidades familiares. Promover a igualdade de gênero na liderança não é apenas uma

questão de justiça, mas também uma estratégia eficaz para instituir mudanças organizacionais significativas. A participação ativa das mulheres na concepção e implementação de políticas também é crucial (Silva; Mieto; Oliveira, 2019).

Quando as mulheres estão envolvidas no processo decisório, as políticas tendem a ser mais abrangentes e sensíveis às necessidades de todos os empregados. Essa inclusão pode garantir que as medidas adotadas sejam não apenas teoricamente eficazes, mas também praticamente aplicáveis e sustentáveis. É essencial que as instituições estabeleçam mecanismos claros de feedback e revisão de políticas. Esses mecanismos podem ajudar a identificar falhas nas políticas existentes e fomentar uma cultura de melhoria contínua, garantindo que as barreiras institucionais sejam não apenas identificadas, mas efetivamente eliminadas (Silva; Mieto; Oliveira, 2019).

Enquanto essas barreiras institucionais persistirem, será fundamental que as instituições adotem uma abordagem proativa e sistemática para desmantelá-las, garantindo assim um ambiente de trabalho equitativo e inclusivo para todas as mulheres, independentemente de suas circunstâncias pessoais.

Para Cristina, o compromisso de proporcionar acessibilidade no seu trabalho (computador acessível) mostra que a empresa realmente se preocupa. Esse sentimento leva a uma maior valorização, tão importante para Cristina e as pessoas com deficiência, e ajuda a construir vínculos e relacionamentos reais entre os colaboradores. A acessibilidade requer espaço, com o mínimo de obstáculos possível, para melhor mobilidade e ergonomia, desta forma, um ambiente de trabalho inclusivo é aquele que valoriza e respeita a diversidade da equipe, criando um espaço onde todos se sintam bem-vindos, respeitados e capazes de contribuir plenamente. A experiência com Cristina traz consigo emoções, recordações como empatia, solidariedade e amorosidade.

3.2 REPRESENTATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO FEMININA

A representatividade e participação feminina em campos tradicionalmente dominados por homens permanecem como uma questão crítica nas discussões sobre igualdade de gênero no local de trabalho. Essa dinâmica é ainda mais complicada para mulheres que enfrentam barreiras adicionais devido a deficiências próprias ou de familiares. Analisar essas intersecções é fundamental para entender e desmantelar os obstáculos que limitam a plena participação das mulheres nesses ambientes (Gaspodini *et al.*, 2017).

Mulheres em setores como engenharia, tecnologia da informação e liderança executiva continuam subrepresentadas, apesar dos avanços significativos em políticas de diversidade e inclusão. Essa subrepresentação não é apenas um reflexo de barreiras educacionais ou de qualificação, mas também de normas culturais persistentes que influenciam as expectativas de gênero desde a infância até a vida adulta (Gaspodini *et al.*, 2017). Para mulheres com deficiência, essas expectativas são ainda mais restritivas, muitas vezes subestimando suas capacidades e limitando seu acesso a oportunidades de emprego qualificado.

Além dos preconceitos de gênero, as mulheres com deficiência ou que cuidam de familiares com deficiência enfrentam desafios únicos que impactam sua capacidade de competir em igualdade de condições. As exigências de cuidado frequentemente requerem uma carga horária flexível ou a possibilidade de trabalhar remotamente, necessidades que muitos empregadores em campos dominados por homens, ainda relutam em acomodar. Essa relutância pode excluir efetivamente as mulheres desses espaços, perpetuando a desigualdade (Gaspodini *et al.*, 2017).

A falta de modelos de papel femininos em posições de liderança nesses campos também contribui para a perpetuação da disparidade de gênero. Modelos de papel não apenas inspiram aspirantes em suas carreiras, mas também demonstram a viabilidade de sucesso feminino em áreas dominadas por homens. A ausência de tais modelos pode desencorajar mulheres e meninas de seguir carreiras nessas áreas, reforçando a noção de que certos trabalhos são “inadequados” para mulheres.

Estereótipos negativos associados às habilidades das mulheres, particularmente aquelas com deficiência, continuam sendo um obstáculo significativo. Esses estereótipos podem influenciar decisões de contratação e promoção, onde as capacidades das mulheres são frequentemente avaliadas com maior rigor do que as de seus colegas masculinos (Silva; Silva, 2018). Para mulheres com deficiência, essa barreira é duplamente prejudicial, pois enfrentam preconceitos tanto de gênero quanto relacionados à deficiência.

Políticas de inclusão que se concentram exclusivamente em gênero ou deficiência, sem abordar a interseção dos dois, falham em criar ambientes verdadeiramente inclusivos. É imperativo que as políticas de diversidade reconheçam e abordem as complexidades enfrentadas pelas mulheres com deficiência, assegurando que todas as medidas de suporte sejam holísticas e abrangentes. A capacitação e o treinamento contínuo em diversidade e inclusão são essenciais para mudar as atitudes no local de trabalho. Tais programas devem incluir sessões específicas sobre como combater preconceitos de gênero e de deficiência,

equipando funcionários e gerentes com as ferramentas necessárias para apoiar adequadamente suas colegas de trabalho (Silva; Silva, 2018).

Iniciativas de mentoria e networking também são vitais, pois fornecem suporte direto e orientação para mulheres que entram e navegam em campos dominados por homens. Essas redes podem ser particularmente valiosas para mulheres com deficiência, proporcionando um fórum onde podem compartilhar experiências e estratégias para superar obstáculos específicos. A participação de mulheres com deficiência em comitês de decisão e grupos de planejamento pode garantir que suas perspectivas e necessidades sejam diretamente consideradas ao formular políticas e estratégias (Gomes *et al.*, 2019). Sua inclusão assegura que as soluções propostas sejam verdadeiramente inclusivas e eficazes.

O envolvimento e o compromisso da liderança sênior são igualmente cruciais para garantir a representatividade e a participação feminina. Líderes devem não apenas apoiar, mas ativamente promover a igualdade de gênero e a inclusão, estabelecendo um precedente para todos os níveis da organização. Reconhecer e abordar as barreiras institucionais e culturais que impedem a plena participação das mulheres, especialmente aquelas com deficiência, em campos dominados por homens, é essencial (Gomes *et al.*, 2019). Fazer isso não apenas melhora a igualdade no local de trabalho, mas também enriquece a cultura organizacional, promovendo um ambiente mais diversificado e inovador.

É a personalidade de Cristina que nos conecta profundamente a um público específico (deficiência visual e cegueira), isso mostra seu espaço na sociedade e quebra preconceitos. A participação dela em todas as áreas da vida social, econômica e cultural é crucial para a riqueza de ideias, experiências, já que Cristina desempenha um papel vital no mercado de trabalho e na promoção do crescimento econômico.

É importante valorizarmos a presença dela e de todas as mulheres nas nossas vidas e reconhecermos a sua importância na sociedade. Precisamos de criar um ambiente mais acolhedor e respeitoso onde as mulheres com deficiência possam atingir o seu pleno potencial e sentirem-se valorizadas e respeitadas nas suas escolhas.

3.3 FACILITADORES DE INCLUSÃO SOCIAL E PROFISSIONAL

A inclusão social e profissional de mulheres com responsabilidades familiares de cuidado é um tema de relevância crescente, dado o impacto direto que tem sobre a igualdade de gênero e a justiça social. Facilitadores que promovem essa inclusão são cruciais, não apenas para apoiar a individualidade das mulheres, mas também para garantir uma sociedade

mais equitativa. Nesse contexto, políticas de trabalho flexível e suporte institucional são identificadas como elementos chave para facilitar a participação dessas mulheres no mercado de trabalho (Gaspodini *et al.*, 2017).

Políticas de trabalho flexível, como horários ajustáveis e a possibilidade de trabalho remoto, têm mostrado resultados positivos na promoção da inclusão de mulheres com encargos de cuidados. Essas políticas permitem que elas equilibrem melhor as responsabilidades profissionais e familiares, reduzindo o estresse e aumentando a produtividade.

A flexibilidade no trabalho não é apenas uma conveniência; ela é uma necessidade que pode determinar a capacidade de uma mulher de permanecer na força de trabalho. Além do trabalho flexível, o suporte institucional no local de trabalho é igualmente vital. Isso inclui a oferta de serviços de cuidados infantis no local ou subsídios para tais serviços, que podem aliviar significativamente o fardo das responsabilidades de cuidado (Gaspodini *et al.*, 2017). Instituições que fornecem esses serviços demonstram um compromisso com a inclusão, ao mesmo tempo em que reconhecem e valorizam a dualidade dos papéis profissionais e familiares das suas empregadas.

A formação e sensibilização sobre a importância da inclusão social para gestores e colegas de trabalho também são fundamentais. Tais iniciativas ajudam a criar um ambiente de trabalho mais compreensivo e respeitoso, onde as necessidades de todos os funcionários são entendidas e atendidas. Isso é especialmente importante em culturas corporativas que tradicionalmente não valorizam a flexibilidade ou o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal. A legislação de proteção ao emprego para cuidadores também é um facilitador crucial para a inclusão. Leis que protegem as mulheres de demissões ou desvantagens no trabalho devido a responsabilidades de cuidado são essenciais para garantir que elas não tenham que escolher entre a carreira e a família (Silva; Silva, 2018). Essas políticas legais devem ser robustas e claramente aplicadas para serem eficazes.

Programas de retorno ao trabalho são outros recursos valiosos, especialmente para mulheres que precisaram se afastar temporariamente do mercado de trabalho para cuidar de familiares. Esses programas podem oferecer treinamento atualizado, requalificação e oportunidades de monitoramento, ajudando as mulheres a reintegrarem-se com sucesso em suas carreiras profissionais. A adoção de tecnologias no local de trabalho que facilitam a comunicação e a gestão do tempo também podem ser extremamente benéficos. Ferramentas de colaboração digital, por exemplo, podem permitir que mulheres com responsabilidades de

cuidado trabalhem de maneira mais flexível e eficiente, sem estar fisicamente presentes no escritório (Silva; Silva, 2018).

Outro aspecto importante é a criação de redes de apoio dentro das organizações, que podem oferecer um espaço para compartilhamento de experiências, conselhos e apoio mútuo. Tais redes não apenas fortalecem a coesão entre colegas, mas também promovem uma cultura organizacional de cuidado e suporte. A participação ativa das mulheres em fóruns de decisão sobre políticas de trabalho é essencial para garantir que suas vozes e necessidades sejam adequadamente representadas (Lopes, 2022). Incluir mulheres com responsabilidades de cuidado na formulação de políticas garante que as medidas adotadas sejam verdadeiramente inclusivas e eficazes.

A avaliação contínua da eficácia dessas políticas e programas é fundamental para garantir que eles continuem relevantes e adaptados às mudanças nas dinâmicas de trabalho e sociais. Avaliações periódicas podem ajudar as organizações a ajustarem suas estratégias para melhor apoiar suas funcionárias, garantindo que os facilitadores de inclusão sejam tanto práticos quanto benéficos.

Assim, os facilitadores de inclusão social e profissional para mulheres com responsabilidades de cuidado são indispensáveis para avançar em direção a uma sociedade mais justa e equitativa (Lopes, 2022). Adotar e implementar essas políticas e práticas não apenas melhora a vida das mulheres envolvidas, mas também beneficia a sociedade como um todo, promovendo a igualdade de gênero e fortalecendo a economia.

A inclusão social para Cristina no mercado de trabalho obteve a eliminação da exclusão e a privação de aspectos básicos da vida social, pois, seu trabalho é inclusivo à medida que acomoda diferenças de classe social, educação, idade, deficiência, gênero e oferece oportunidades para ela.

O mercado de trabalho inclusivo proporciona oportunidades de atividades remuneradas para todos, mesmo aqueles com qualificações diferentes, devem ser capazes de entrar e participar efetivamente no mundo profissional.

4 DIGNIDADE E AUTONOMIA: CONSTRUÇÕES SOB UMA ÉTICA DE CUIDADO

O modo como Cristina conduziu sua vida pessoal e envolveu-se com a comunidade de pessoas cegas em Maringá, me fez refletir sobre as relações entre dignidade e autonomia a partir de uma perspectiva de gênero. Em um panorama abrangente, este capítulo explora a interseção de dignidade e autonomia dentro da ética de cuidado, uma área de crescente relevância em debates éticos e sociais. Inicialmente, aborda-se a complexa dinâmica entre autonomia e dependência, especialmente no âmbito do contexto social liberal, destacando como as noções individuais de liberdade e independência moldam, e são moldadas, pelas estruturas sociais. A discussão se expande para a importância da cooperação social e seu papel fundamental na concretização de ideais democráticos, ressaltando como a interdependência e a colaboração coletiva podem fortalecer as estruturas democráticas.

Posteriormente, a revisão se aprofunda na ética do cuidado, um conceito filosófico e prático que reconfigura as compreensões tradicionais de moralidade e relacionamentos interpessoais, enfatizando a responsabilidade e a empatia. Segue-se uma análise crítica sobre como as relações de cuidado podem simultaneamente ser relações de poder, investigando a complexa dinâmica entre cuidadores e receptores de cuidado.

Finalmente, a revisão culmina com uma reflexão sobre a construção da dignidade e da autonomia no contexto do cuidado, explorando como esses conceitos são percebidos e manifestados nas práticas de cuidado, e qual o impacto disso na autoimagem e na independência dos indivíduos.

4.1 AUTONOMIA E (IN)DEPENDÊNCIA: O CONTEXTO SOCIAL LIBERAL

Autonomia e independência, conceitos-chave no contexto social liberal, representam pedras angulares para a compreensão das dinâmicas sociais contemporâneas. A autonomia, entendida como a capacidade de autogovernança e autodeterminação, é fundamental na construção de identidades individuais e coletivas dentro de uma sociedade que valoriza a liberdade pessoal.

Em contrapartida, a independência, frequentemente associada à noção de liberdade de influências externas, seja no âmbito político, econômico ou cultural, reflete a aspiração por uma existência desvinculada de controle ou dominação. No entanto, esses conceitos, embora amplamente celebrados no liberalismo, enfrentam desafios práticos significativos. A tensão entre autonomia individual e as demandas de uma sociedade interconectada questiona a

extensão real da independência pessoal. Nesse cenário, surgem questionamentos sobre como o liberalismo social lida com as interdependências inerentes às relações humanas, sem comprometer os valores de liberdade e autodeterminação.

No contexto social liberal, a relação entre autonomia e (in)dependência desempenha um papel crucial na construção da identidade individual. A autonomia, vista como a capacidade de autogovernança e tomada de decisões independentes, está profundamente enraizada no liberalismo, enfatizando a importância do indivíduo e suas escolhas.

Simultaneamente, à noção de independência, frequentemente associada à liberdade de influências externas, contribui para o desenvolvimento do senso de si, permitindo que os indivíduos moldem suas próprias identidades com base em suas experiências, valores e crenças pessoais. A interação entre esses conceitos reflete a tensão entre o indivíduo e a sociedade, ilustrando como a liberdade e a auto expressão são fundamentais para o desenvolvimento de uma identidade pessoal coesa no liberalismo.

A identidade corporal, um conceito complexo e multifacetado, envolve a percepção de um indivíduo sobre seu próprio corpo, moldada por uma variedade de fatores sociais, culturais, psicológicos e biológicos. Na sociedade contemporânea, a maneira como compreendemos e percebemos nosso corpo é profundamente influenciada por normas e expectativas sociais, o que evidencia a interconexão entre o corpo e a identidade pessoal (Leenhardt, 2007). Essa percepção do próprio corpo está intrinsecamente ligada à autoimagem e à autoestima, afetando como os indivíduos interagem com o mundo ao seu redor.

O conceito de identidade corporal é frequentemente examinado por meio de lentes sociológicas e psicológicas, destacando como as influências externas, como a mídia e a cultura popular, moldam a maneira como as pessoas veem seus corpos. Essa visão é muitas vezes distorcida por padrões de beleza e estética amplamente difundidos, que podem levar a uma variedade de problemas psicológicos, incluindo distúrbios alimentares e insatisfação corporal (Leenhardt, 2007). Assim, a identidade corporal não é apenas uma experiência individual, mas também um fenômeno socialmente construído.

Segundo Cláudio Oliveira da Gama *et al.* (2021) em uma perspectiva histórica, as normas em torno da identidade corporal têm evoluído significativamente, refletindo as mudanças nos valores e crenças sociais. Por exemplo, o ideal de beleza feminina variou consideravelmente ao longo dos séculos, desde as formas voluptuosas da era renascentista até os padrões mais esguios e atléticos prevalentes na sociedade contemporânea. Essas mudanças demonstram como a identidade corporal é suscetível às variações culturais e temporais, evidenciando sua natureza dinâmica.

A relação entre identidade corporal e gênero também é um aspecto crítico. As expectativas de gênero muitas vezes definem como os indivíduos devem perceber e apresentar seus corpos, o que pode levar a conflitos internos, especialmente em indivíduos cuja identidade de gênero não se alinha com as normas de gênero convencionais. Isso é particularmente evidente nas experiências de indivíduos transgêneros e não binários, para quem a identidade corporal pode ser uma fonte de disforia de gênero e luta pela aceitação (Gama *et al.*, 2021).

A importância do corpo na construção da identidade pessoal é igualmente enfatizada nas disciplinas de psicologia e psicanálise. Freud, por exemplo, destacou a relevância do corpo na formação do ego e na experiência psíquica. Teorias contemporâneas de psicologia do desenvolvimento também sublinham como a percepção corporal influencia a autoestima e o desenvolvimento da personalidade desde a infância.

No campo da filosofia, a identidade corporal é frequentemente explorada em relação à consciência e à experiência. Filósofos argumentaram que o corpo não é apenas um objeto no mundo, mas um veículo central para a experiência e a interação humana. Essa abordagem fenomenológica enfatiza a percepção sensorial e a experiência corporal como fundamentais para a compreensão do mundo.

A tecnologia e a mídia digital também desempenham um papel significativo na formação da identidade corporal na era moderna. A proliferação de imagens corporais idealizadas nas redes sociais, por exemplo, tem impacto direto na forma como os indivíduos percebem e aspiram a determinados padrões corporais. Isso levanta questões sobre a autenticidade da autoexpressão e os efeitos psicológicos de constantemente comparar-se com esses ideais inatingíveis.

Além disso, as práticas culturais e religiosas influenciam profundamente a percepção do corpo. Em muitas culturas, certas partes do corpo são revestidas de significados simbólicos, e práticas como tatuagens, piercings e vestimentas são utilizadas para expressar identidade, pertencimento e crenças. Tais práticas mostram como a identidade corporal pode ser um ato de autoexpressão e afirmação cultural. A identidade corporal também é um campo de estudo crucial na saúde e na medicina. Profissionais de saúde são desafiados a entender como as percepções corporais dos pacientes afetam seu bem-estar e a adesão a tratamentos. Compreender a identidade corporal é essencial para abordar questões de saúde mental, distúrbios alimentares e a recuperação de doenças ou lesões que alteram a aparência física.

Butler (1993), em sua abordagem sobre a identidade corporal, oferece uma análise profunda e multifacetada que transcende os limites convencionais de compreensão do corpo.

Integrando perspectivas da psicanálise e da filosofia de Espinoza, Butler (1993) propõe uma visão do corpo como um agente ativo na transformação social. Seu trabalho desafia a ideia de um corpo meramente passivo ou predeterminado por categorias biológicas, propondo, em vez disso, uma compreensão do corpo como um espaço de possibilidade e resistência.

Na crítica de Butler (2009) à noção lacaniana de diferença sexual, ela aborda a problemática do binarismo de gênero. A argumentação da autora não se limita a uma rejeição desse binarismo, mas expande-se para uma discussão sobre como as estruturas de poder e linguagem limitam as formas de subjetivação. Ela postula que tais estruturas excluem certos corpos da representação social e política, marginalizando aqueles que não se encaixam nos moldes tradicionais de gênero.

Butler (2009) recorre ao conceito de abjeção de Julia Kristeva para explorar como certos corpos são culturalmente marginalizados e considerados abjetos. Esse conceito é utilizado para ilustrar a maneira pela qual os corpos que se desviam das normas de gênero são frequentemente rejeitados e desvalorizados. Butler (2009) argumenta que a abjeção não se limita a uma reação física, mas também a uma dinâmica social e psicológica que relega certos corpos à marginalidade.

A abordagem de Butler (2009) sobre a interseção de gênero e deficiência é particularmente iluminadora. Ela sugere que a deficiência, assim como o gênero, desafia as noções convencionais do que o corpo pode fazer, questionando as limitações impostas pelas normas sociais e culturais. A inspiração de Butler (2009) em Espinoza e Deleuze permite uma reavaliação das capacidades e potencialidades do corpo, além da dualidade mente-corpo tradicional. Em “Cuerpos que importan”, Butler (2002) expande sua discussão sobre corpos abjetos para incluir uma variedade mais ampla de corpos marginalizados. Ela argumenta que a desvalorização desses corpos reflete estruturas de poder discriminatórias e normas sociais opressivas, que definem arbitrariamente quais corpos são considerados valiosos ou 'normais'.

A relação de Butler (2018) com as ideias de Foucault e Kafka sobre o corpo e a criação de valores e significações também é notável. Ela explora como os corpos são simultaneamente objetos e agentes na criação de significado, desafiando a noção de um corpo puramente passivo sujeito às imposições externas de significado e valor.

Em “Undoing Gender”, Butler (2004) aprofunda a ideia de que o corpo excede as intenções do sujeito e resiste tanto às normas sociais quanto às expectativas individuais. Essa resistência do corpo às normas sociais e às intenções individuais é central para a noção de

Butler (2004) de transformação social, onde o corpo é visto como um espaço de agência e possibilidade.

Finalmente, em “Giving an Account of Oneself”, Butler (2005) explora a teoria da sedução generalizada de Jean Laplanche para elucidar a complexa interação entre o corpo e o outro na formação da identidade. Ela sugere que o corpo é influenciado por fatores externos, muitos dos quais permanecem inconscientes, moldando a maneira como experimentamos e entendemos nossa identidade corporal.

O trabalho de Butler (1993) sobre identidade corporal desafia as noções convencionais de gênero, sexualidade, deficiência e corpo. Sua abordagem destaca a complexidade da construção da identidade corporal e como ela é influenciada por uma gama de fatores sociais, culturais e psicológicos (Salih, 2016). Ao fazer isso, Butler (1993) não apenas redefine a compreensão do corpo, mas também oferece uma crítica poderosa das normas sociais e das estruturas de poder que moldam as experiências corporais.

A contribuição de Butler (2002) para a teoria da identidade corporal é, portanto, um convite à reflexão e à reconsideração do corpo não como um dado biológico estático, mas como um espaço dinâmico de expressão, resistência e transformação social. Por meio de sua análise, ela abre novas possibilidades para entender e vivenciar o corpo, desafiando as normas restritivas e promovendo uma visão mais inclusiva e empoderadora da identidade corporal.

Já Goffman (1988), em sua análise pioneira da identidade corporal e do estigma, oferece uma visão perspicaz sobre a interação complexa entre o corpo e a identidade social. Seu trabalho começa com a origem do termo “estigma”, que na Grécia Antiga era aplicado a sinais corporais que marcavam indivíduos como moralmente inferiores ou contaminados. Essa noção, que evoluiu ao longo dos tempos, serve como pano de fundo para Goffman (1988) discutir como as marcas físicas ou características podem influenciar a percepção social de um indivíduo.

Goffman (1988) destaca a importância das categorias sociais e dos atributos que a sociedade atribui a cada uma delas. Essas categorias, que muitas vezes são baseadas em características visíveis e atribuídas, formam a “identidade social” de um indivíduo. Essa identidade é moldada não apenas sobre como a pessoa se vê, mas também como é vista pelos outros, revelando a natureza interativa e mutuamente influenciável da identidade social.

Central para o entendimento de Goffman (1988) sobre a identidade corporal é a ideia do estigma como uma característica que desacredita a identidade social real de uma pessoa. Esse estigma pode variar de deformidades físicas a falhas de caráter e estigmas tribais, como raça, nação e religião. Goffman (1988) argumenta que o estigma cria uma discrepância entre a

identidade social virtual (como a pessoa é percebida pela sociedade) e a identidade social real (como a pessoa realmente é), resultando em uma perda de status.

Goffman (1988) também aborda a interação entre pessoas “normais” e estigmatizadas, observando que frequentemente há discriminação e construção de teorias para justificar a suposta inferioridade dos estigmatizados. Interessantemente, ele aponta que as pessoas também podem atribuir qualidades sobrenaturais ou desejáveis aos estigmatizados, como uma forma de compensar suas imperfeições percebidas, revelando uma complexidade nas atitudes sociais em relação ao estigma. Ele discute como o tratamento de pessoas com deficiências frequentemente se baseia em estereótipos, levando a mal-entendidos e comportamentos inadequados. Por exemplo, gritar com uma pessoa cega por acreditar erroneamente que ela também tem deficiência auditiva é um exemplo de como estereótipos podem influenciar o comportamento em relação aos estigmatizados (Oliveira, 2018).

Goffman (1988) explora a ideia de que os membros de uma categoria social podem apoiar padrões de julgamento que eles próprios não precisam seguir. Esse fenômeno é particularmente relevante no contexto de estigmatização, onde a sociedade pode exigir que certos grupos cumpram determinadas normas sem necessariamente aplicá-las a si mesmos. Ele também sugere que um indivíduo pode falhar em cumprir as expectativas sociais, mas ainda assim manter uma percepção de si mesmo como uma pessoa normal (Oliveira, 2018). Isso indica uma desconexão entre a autoimagem e a imagem projetada pela sociedade, o que pode ser uma fonte de conflito interno e externo para o indivíduo estigmatizado.

Goffman (1988) observa que, nos sistemas sociais contemporâneos, as crenças e percepções sobre identidade são frequentemente compartilhadas entre pessoas estigmatizadas e não estigmatizadas. Isso sugere que a experiência do estigma pode ser universal, atravessando diferentes categorias sociais e conectando pessoas por meio de uma compreensão comum de humanidade.

Segundo Rodrigo Borba e Ana Cristina Ostermann (2008) esses conceitos de Goffman (1988) sobre identidade corporal e estigma demonstram a complexidade das interações sociais e a influência da percepção corporal na construção da identidade social. Segundo eles como estigmas e normas culturais moldam a maneira como vemos a nós mesmos e aos outros, influenciando nossas interações sociais e nossa compreensão de nós mesmos e do mundo ao nosso redor.

Goffman (1988), oferece uma análise profunda da estigmatização social e suas ramificações complexas. A obra examina a criação de estigmas pela sociedade e como estes afetam a identidade dos indivíduos, colocando em foco a percepção social dos estigmatizados.

Goffman (1988) propõe uma perspectiva inovadora sobre a maneira como os estigmas se infiltram na autoimagem e na identidade individual, moldando a interação social e a experiência de vida dos indivíduos afetados. O autor identifica diferentes tipos de estigma – físicos, de caráter e tribais – e discute como cada um desses tipos influencia a interação social. Essa classificação é fundamental para compreender a variedade e a complexidade dos estigmas que as pessoas podem enfrentar. Goffman (1988) demonstra como esses estigmas, independentemente de sua natureza, podem levar a uma alteração na percepção que os outros têm dos indivíduos estigmatizados e, conseqüentemente, na maneira como esses indivíduos se percebem e se comportam socialmente.

Um aspecto central da obra é a ideia de “informação social” e como os indivíduos estigmatizados gerenciam suas informações para lidar com as reações da sociedade. O autor explora as táticas que esses indivíduos empregam para apresentar-se de maneira que minimize o impacto negativo do estigma (Goffman, 1988).

Essa análise revela a complexidade do comportamento social e as estratégias de sobrevivência adotadas por aqueles que são estigmatizados. Goffman (1988) investiga como o estigma afeta o eu interno e a autoimagem dos indivíduos. Ele discute as implicações psicológicas do estigma, mostrando como pode levar a sentimentos de vergonha, isolamento e baixa autoestima. Tal análise aprofunda o entendimento das conseqüências internas do estigma, além de suas manifestações sociais.

Goffman (1988) também explora as estratégias que os indivíduos estigmatizados utilizam para enfrentar e responder ao estigma. Essas estratégias variam desde o desenvolvimento de uma resistência interna até a busca por apoio em comunidades de pessoas com experiências semelhantes. A compreensão dessas táticas é essencial para apreciar a resiliência e a agência dos indivíduos estigmatizados.

Goffman (1988) também ressalta a importância da “cidadania íntima” no contexto da estigmatização. Esse conceito refere-se ao reconhecimento e respeito pelas identidades e experiências individuais, especialmente para aqueles que são frequentemente marginalizados pela sociedade. A cidadania íntima é crucial para a construção de uma sociedade mais inclusiva e empática. A abordagem de Goffman (1988) oferece uma perspectiva valiosa para a compreensão da identidade corporal, sublinhando a importância do contexto social na formação da autoimagem e na maneira como percebemos e interagimos com os outros. Seu trabalho revela como o corpo é tanto um objeto quanto um agente na construção da identidade social, sujeito a influências culturais e sociais que moldam nossa experiência do mundo.

Enquanto isso, Pierre Bourdieu (2014), em sua abordagem sobre a identidade corporal, oferece uma visão inovadora e profunda sobre as interações entre o indivíduo e a sociedade. No cerne de sua teoria está o conceito de *habitus*, que representa a centralidade do agente social, operando como um mediador entre as experiências pessoais e as estruturas sociais. Bourdieu (2014) explora esse conceito por meio de três lógicas fundamentais, cada uma refletindo diferentes aspectos da relação entre corpo, sociedade e identidade.

A primeira, a Lógica de Retenção, aborda como as formas corporais e posturas são absorvidas e se tornam um sistema de conhecimento e reconhecimento. Esse processo implica na incorporação de um capital físico que representa tanto a disposição individual quanto a trajetória coletiva de um grupo. Bourdieu (2014) sublinha que essa lógica é profundamente entrelaçada com a sociologia do corpo, sugerindo que o corpo é um reservatório de memória social e experiência vivida.

A Lógica de Mediação, por sua vez, destaca a transição entre o individual e o coletivo, o subjetivo e o objetivo (Bourdieu, 2006). Ele propõe que a percepção individual do mundo é uma captura fenomenológica que torna única a experiência cotidiana. Nesse aspecto, o *habitus* atua como uma ponte entre as representações sociais e a experiência individual, permitindo uma compreensão mais profunda da identidade pessoal no contexto social.

A terceira lógica, a Lógica de Classificação, enfoca o caráter ativo da projeção e dos julgamentos de valor. Essa lógica envolve a incorporação de critérios prévios e abre um espaço para estratégias individuais e criativas. Bourdieu (2006) vê o *habitus* como gerador de diferenças contínuas entre indivíduos, estruturando-os dentro de estilos de vida distintos, e oferecendo possibilidades para mudanças sociais. A centralidade do corpo na análise do sujeito social é um ponto chave de Bourdieu (2006) para corpo e saúde. Ele argumenta que a constância biológica e corporal pode assegurar a existência de uma pessoa, destacando o corpo como um *locus* de análise privilegiado. Isso sugere que o corpo é mais do que uma entidade biológica; é um veículo por meio do qual a identidade social e histórica é expressa e vivenciada.

Bourdieu (2014) utiliza a narrativa de Kafka em “Na colônia penal” para ilustrar como o corpo se torna um espaço de inscrição de regras sociais e limitações. Isso implica que o corpo não é apenas um recipiente passivo de influências sociais, mas um agente ativo na construção da identidade. A relação entre um corpo e um símbolo identificatório, como o nome e o sobrenome de uma pessoa, é outra dimensão explorada por Bourdieu (2014). Ele discute como essa relação se sedimenta ao longo do tempo, marcando as mudanças que um indivíduo experimenta em sua jornada social.

As transformações nas estruturas sociais e econômicas e seu impacto sobre o indivíduo são também um foco da análise de Bourdieu (2014). Ele observou, por exemplo, como as mudanças na cultura argelina, sob o processo de colonização e aculturação, redefiniram a percepção do corpo e da saúde. Finalmente, Bourdieu argumenta que as mudanças nas atitudes em relação à doença e ao próprio corpo refletem a lógica da retenção corporal. Ele sugere que mesmo quando as estruturas sociais que moldaram estas atitudes desaparecem, a incorporação dessas atitudes no corpo permanece, destacando a resiliência do *habitus* frente às transformações sociais (Gastaldo; Braga, 2011).

A abordagem de Bourdieu (2014) sobre a identidade corporal revela uma compreensão complexa e multifacetada de como o corpo é moldado e influenciado pelo contexto social e cultural. Seu trabalho oferece insights valiosos sobre a interação dinâmica entre o corpo, a sociedade e a identidade, destacando o papel central do *habitus* na mediação dessas relações.

A célebre autora Simone de Beauvoir (2014), em sua perspectiva existencialista sobre a identidade corporal, apresenta uma análise profunda que transcende a visão tradicional do corpo como mero objeto de estudo científico. Para Beauvoir (2014), o corpo é concebido como um “instrumento de nosso domínio do mundo”, um veículo por meio do qual experimentamos e interagimos com o mundo. Essa visão posiciona ao corpo não apenas uma entidade física, mas como um sujeito de experiência, um “corpo situado” que encapsula e reflete as vivências do indivíduo.

Beauvoir (2014) examina a divisão social baseada no corpo, enfocando a categorização dos indivíduos em masculino e feminino. Ela argumenta que tais categorias, assim como os papéis e situações sociais atribuídos a homens e mulheres, são construções sociais que possuem significados distintos dentro da sociedade. Essa abordagem destaca que a “ideia de Mulher” está intrinsecamente ligada ao funcionamento do organismo feminino, porém vai além, influenciando a formação da identidade de gênero. Na análise das categorias de gênero, Beauvoir (2014) enfatiza que meninos e meninas começam a perceber diferenças de gênero somente na puberdade, apesar das diferenças físicas óbvias.

Ela observa que durante a infância, a experiência de mundo, os interesses, prazeres e relações são, em grande parte, semelhantes para ambos os gêneros. No entanto, a sociedade já começa a moldar meninos e meninas para se adequarem às expectativas associadas aos seus sexos biológicos. Em sua análise, Beauvoir (2014) destaca a formação das meninas para se tornarem mulheres, salientando que elas são ensinadas desde cedo a chamar a atenção para si como objetos. Em contraste, os meninos são incentivados a desenvolver autonomia e

atividade. A menina é assim moldada para ser percebida como objeto, enquanto o menino é orientado a transcender sua condição e assumir um papel ativo na sociedade (Barbosa, 2017).

Beauvoir (2014) observa que, ao não desenvolverem sua força física, as mulheres são condicionadas a acreditar na ausência de força, o que solidifica um perfil feminino associado à passividade e à imanência. Esse perfil feminino contrasta com o perfil masculino, caracterizado por ser ativo, transcendente e afirmativo. Durante a puberdade, Beauvoir (2014) destaca que as mulheres se distanciam ainda mais de sua condição de sujeito, sendo mais frequentemente situadas como objetos. Ela discute como essa mudança é inicialmente encarada com orgulho, mas acaba por revelar que “tornar-se mulher”, mesmo em um sentido biológico, não significa necessariamente tornar-se um ser humano autônomo.

Finalmente, Beauvoir (2014) busca compreender por que a liberdade da mulher é frequentemente ignorada ou negada, sendo a mulher vista como o “Outro” em relação ao homem, considerado o sujeito absoluto nas relações de gênero e na sociedade. Ela analisa como obstáculos naturais e sociais se misturam e se amplificam, transformando-se em barreiras intransponíveis que limitam a transcendência e a autonomia das mulheres.

Por meio dessa análise, Beauvoir (2014) oferece uma perspectiva crítica sobre a identidade corporal, destacando como as normas e expectativas de gênero influenciam profundamente a maneira como os corpos são percebidos e vivenciados. Sua abordagem ressalta a necessidade de reconsiderar as noções convencionais de masculinidade e feminilidade, propondo uma visão mais inclusiva e autêntica da identidade corporal.

Já Foucault (2001), em sua abordagem sobre a identidade corporal, proporciona uma perspectiva inovadora que realça o corpo como uma expressão dinâmica de poderes e saberes na sociedade ocidental. Ele considera o corpo não apenas como um objeto passivo, mas como um participante ativo e influente nos jogos de forças sociais, deixando nele marcas e sinais como evidências dessas interações. Essa visão atribui ao corpo um papel central no entendimento da história e da cultura, onde ele serve como um “campo de prova” para a manifestação e o confronto de diferentes forças.

Foucault (2001) introduz a ideia da “microfísica do poder”, um conceito que foca na corporeidade do indivíduo, abrangendo uma gama de aspectos humanos como hábitos, instintos, pulsões, emoções e impulsos. Ele explora como esses elementos são imersos e moldados em um complexo emaranhado de poderes e saberes. As práticas analisadas por Foucault (2001), que incluem disciplinas, vigilância e atos confessionais, revelam como as disposições corpóreo-anímicas são influenciadas e formadas no contexto da produção de poder na sociedade moderna.

Na visão de Foucault (2001), o corpo é uma “superfície de inscrição” de eventos históricos, marcado e ao mesmo tempo desgastado por eles. Ele é visto como um campo onde forças múltiplas, convergentes e contraditórias, se manifestam e interagem, tornando-se o local onde essas lutas e confrontos se sedimentam. Essa perspectiva aponta para um entendimento do corpo não apenas em termos biológicos, mas como um espaço onde o poder e o saber são constantemente negociados e reformulados.

Contrapondo-se às noções tradicionais de alma, Foucault (2001) a considera como um elemento historicamente produzido, resultado do poder exercido sobre o corpo. Nesse contexto, a alma não é uma entidade abstrata ou metafísica, mas um local onde os efeitos de um tipo específico de poder e saber se intersectam (Silveira, 2009). Essa abordagem fornece uma nova perspectiva sobre a relação entre corpo e alma, entendendo-os como interdependentes e moldados por contextos históricos e sociais.

Segundo Milanez (2009) Foucault (2001) também critica a psicanálise por sua semelhança com a prática confessional do cristianismo, tratando o desejo como uma realidade obscura e fundamental para a verdade do sujeito. Essa análise destaca uma mudança no tratamento do sexo e da sexualidade, enfatizando a importância da relação do indivíduo consigo mesmo e o papel do desejo como uma força central na formação da identidade.

O filósofo ressalta o caráter produtivo do poder, desafiando a concepção de que o poder é essencialmente repressivo. Milanez (2009) propõe que o poder está intrinsecamente ligado à constituição do desejo e do sexo, formando-os por meio de interdições e proibições. Essa visão oferece um modelo alternativo para entender os jogos de poder, baseando-se na ideia de guerra e conflito, em vez da repressão.

A abordagem de Foucault (2001) sobre a identidade corporal e o poder questiona as representações tradicionais e oferece uma nova maneira de compreender as relações entre corpo, alma, saber e poder. Ele sugere que essas relações são fundamentais para entender a dinâmica social e a formação da identidade individual e coletiva (Oliveira, 2021). Por meio dessa perspectiva, Foucault (2001) abre caminho para uma compreensão mais profunda das maneiras pelas quais os indivíduos são moldados e influenciados pelas estruturas de poder dentro da sociedade.

Jaggar e Bordo (1997), em sua análise sobre identidade corporal, oferece uma perspectiva crítica e aprofundada, articulando conceitos de cultura, poder e gênero. Ela defende que o corpo é um agente da cultura, funcionando não apenas como um texto onde as normas centrais, hierarquias e comprometimentos metafísicos de uma cultura são inscritos, mas também como uma superfície simbólica e prática de controle social. Jaggar e Bordo

(1997) argumentam que as rotinas e normas triviais, transformadas em atividades automáticas, moldam nosso comportamento de maneira profunda e inconsciente, indicando como a cultura “se faz corpo” e se perpetua além da consciência e da intenção deliberada.

Em seu trabalho, Jaggar e Bordo (1997) se apropria dos conceitos “genealógicos” de Foucault, como os apresentados em “Vigiar e Punir” (1975) e “História da Sexualidade” (1976), para destacar a primazia da prática sobre a crença na formação da identidade corporal. Ela realça como o corpo é treinado, moldado e marcado pelo cunho das formas históricas predominantes de individualidade, desejo, masculinidade e feminidade, propondo uma análise que vai além das ideologias para incluir a regulamentação prática do corpo nas vivências cotidianas. Jaggar e Bordo (1997) observam como o disciplinamento e a normatização do corpo feminino, em diferentes graus e formas, são estratégias persistentes de controle social, particularmente em relação às opressões de gênero. Ela destaca o fenômeno de “recuo”, que reafirma configurações de gênero existentes, contrariando tentativas de transformar relações de poder (Jaggar; Bordo, 1997).

Para desenvolver um discurso político eficaz sobre o corpo feminino, Jaggar e Bordo (1997) sugerem a necessidade de reconstruir o discurso feminista sobre o corpo, desafiando as categorias políticas tradicionais de opressores e oprimidos (Adelman, 2007). Ela propõe uma abordagem feminista que adota os conceitos de Foucault (2001), focando nas práticas, instituições e tecnologias que sustentam posições de dominância e subordinação.

Jaggar e Bordo (1997) enfatizam a importância de entender o poder como algo não apenas repressivo, mas também constitutivo, argumentando que precisamos de uma análise do poder que identifique como as normas e práticas são aceitas voluntariamente, gerando e direcionando desejos e concepções de normalidade e desvio (Jaggar; Bordo, 1997). Ela propõe um discurso que permite confrontar os mecanismos pelos quais o sujeito se torna conivente com forças que sustentam sua própria opressão.

Seu ensaio não visa criar uma teoria abrangente, mas foca em um terreno específico onde a interação das dinâmicas de gênero é notável, abordando desordens ligadas ao gênero feminino como histeria, agora fobia e anorexia nervosa. Jaggar e Bordo (1997) descrevem um mecanismo central que transforma condições coercitivas e mortíferas em experiências percebidas como libertadoras, oferecendo uma análise crítica de como os corpos são usados na simbolização e reprodução do gênero (Gastaldo; Braga, 2011). Eles abordam, ainda, o contínuo entre desordem feminina e prática feminina “normal”, analisando como diferentes desordens que afetam as mulheres variaram ao longo da história, incluindo neurastenia,

histeria, agora fobia, anorexia nervosa e bulimia, destacando a evolução histórica dessas questões em relação à identidade feminina.

Por fim, Ésther (2022), com sua abordagem sobre identidade corporal, apresenta um desafio significativo à tradição filosófica ocidental, particularmente ao conceito de “*homo clausus*”. Essa concepção, influenciada por filósofos como Kant e Descartes, retrata o indivíduo como uma entidade isolada, autônoma e desconectada de seu contexto social. Ésther (2022) critica essa perspectiva por criar uma divisão artificial entre o “eu” interno e o mundo exterior, tratando o indivíduo como um sistema fechado e independente de influências externas.

Contrariamente a essa visão, Ésther (2022) introduz o conceito de “*hominis aperti*”, que destaca a interdependência dos indivíduos e a relevância das configurações sociais na formação da identidade. Essa abordagem sugere que as características do indivíduo, como moralidade, percepção do tempo e da natureza, são fundamentalmente adquiridas e moldadas dentro de um contexto social.

Esse autor argumenta que a experiência pessoal e a individualização não são entidades isoladas, mas sim partes integrantes de um processo social mais amplo. A noção de identidade em Ésther (2022) está intrinsecamente ligada às relações de “nós” e “eles” dentro dos grupos sociais (Rosa, 2007). Ela postula que a identidade de um indivíduo é profundamente afetada por sua posição e suas relações dentro dessas unidades sociais. Isso desloca o foco do indivíduo isolado para o papel das interações e das estruturas sociais na formação da identidade.

Ésther (2022) observa uma evolução na construção da identidade desde o Renascimento, com uma crescente ênfase na identidade do “eu” em detrimento do “nós”. Esse fenômeno reflete uma mudança na consciência individual, onde a individualidade passa a ser associada ao autocontrole das emoções e dos instintos, em vez de ser vista como uma propriedade inata. A autora sustenta que as sociedades, historicamente, aplicavam um controle externo e coercitivo sobre o comportamento, que gradualmente foi internalizado como autocontrole pelos indivíduos. A formação da identidade, segundo Ésther (2022), também está vinculada à capacidade de memória. Ela argumenta que o desenvolvimento individual é um processo sequencial, dependente da memória para manter a continuidade (Rosa, 2007). A individualização é, portanto, um produto da capacidade de armazenar e acessar experiências pessoais e compartilhadas, resultando em características individuais distintas.

A concepção de Ésther (2022) sobre identidade corporal vê os indivíduos como seres interdependentes, formando configurações que moldam tanto a personalidade quanto a estrutura social da personalidade. Ele enfatiza que o código social comum desempenha um papel crucial no influenciamento do comportamento e da sensibilidade pessoal, permitindo, assim, o desenvolvimento de personalidades individuais únicas e distintas.

Em sua abordagem, Ésther (2022) oferece uma visão holística da identidade, integrando aspectos biológicos, sociológicos, históricos e psicológicos. Ela critica a falta de conceitos comunicáveis entre essas ciências e argumenta que a compreensão plena da identidade de um indivíduo requer uma abordagem que conecte essas diversas áreas do conhecimento.

Ésther (2022) também destaca a importância das transformações sociais na configuração da identidade. Ela sugere que as mudanças nas imagens do universo e nas concepções sobre o mundo físico influenciam diretamente a forma como os seres humanos se percebem. Com o aumento do conhecimento e a acumulação de saber, a autora aponta que há uma mudança na perspectiva de observação dos indivíduos em relação ao mundo-objeto e a si mesmos. A visão de Ésther (2022) sobre a identidade corporal ressalta a dinâmica da memória e da história na formação da individualidade. Ela observa que a autoconsciência e a autoimagem dos indivíduos são condicionadas por um contexto específico, que pode mudar ao longo do tempo com as transformações das configurações sociais.

A identidade corporal, um conceito intrincado e dinâmico, reflete a interseção de múltiplas forças, incluindo influências culturais, sociais, psicológicas e biológicas, e desempenha um papel crucial na formação da autoimagem e da percepção do indivíduo. Essa identidade não é apenas um reflexo passivo de normas e expectativas sociais, mas também um campo ativo de autoexpressão e resistência, pelo qual o indivíduo negocia e reinterpreta os significados atribuídos ao corpo. A compreensão da identidade corporal é, portanto, essencial para apreciar como as pessoas se relacionam com si mesmas e com os outros, influenciando diretamente o bem-estar mental, as relações sociais e a participação na cultura e na sociedade. A percepção e vivência do próprio corpo, frequentemente influenciadas por normas sociais e estereótipos, interagem com a sexualidade de maneiras que podem reforçar ou questionar as narrativas convencionais sobre feminilidade e desejo. A expressão sexual dessas mulheres é muitas vezes invisibilizada ou distorcida por preconceitos e falta de compreensão, levando a uma negação de sua agência e experiências autênticas. Essa realidade destaca a importância de abordagens inclusivas e sensíveis nas discussões sobre identidade corporal e sexualidade, reconhecendo a diversidade e a legitimidade das experiências sexuais dessas mulheres.

A ênfase liberal na autonomia individual frequentemente colide com a necessidade de estruturas coletivas de apoio e solidariedade. Isso ilustra um paradoxo central no liberalismo social: a busca por autonomia individual dentro de um sistema que requer cooperação e interdependência para o bem-estar comum. Esse equilíbrio delicado demanda um constante reajuste das fronteiras entre o eu e o coletivo, um desafio que se torna ainda mais complexo em sociedades diversificadas.

Além disso, a independência, sob a ótica liberal, pode ser vista como um privilégio inalcançável para muitos. As disparidades econômicas e sociais, frequentemente ignoradas ou minimizadas na teoria liberal, limitam de fato a capacidade de autodeterminação de indivíduos e grupos. Essa realidade aponta para a necessidade de revisitar as premissas liberais sobre independência, considerando as desigualdades estruturais que moldam as experiências de autonomia.

A autonomia também se entrelaça com questões de identidade e expressão cultural. No contexto liberal, a valorização da expressão individual muitas vezes entra em conflito com tradições e normas coletivas. A tensão entre a liberdade de expressão individual e os valores comunitários representa um campo minado ético, onde as decisões sobre o que é aceitável ou não são intrinsecamente contestadas.

Outro aspecto relevante é a relação entre autonomia e educação. O liberalismo social defende a educação como um meio de promover a autonomia individual. No entanto, o conteúdo e a estrutura dos sistemas educacionais muitas vezes refletem as desigualdades e preconceitos existentes na sociedade, desafiando a noção de que a educação é um caminho neutro para a autonomia.

No âmbito político, a autonomia é frequentemente vinculada à participação democrática. O liberalismo social preconiza que cidadãos informados e autônomos são essenciais para a manutenção de uma democracia saudável. Todavia, a polarização política e as bolhas de informação desafiam essa premissa, sugerindo que a autonomia no contexto político é mais complexa e fragmentada do que se supunha anteriormente.

Economicamente, a independência é muitas vezes interpretada como autossuficiência. Entretanto, a globalização e a interdependência econômica questionam a viabilidade da independência econômica total, tanto para indivíduos quanto para nações. O liberalismo social, ao enfatizar a autonomia econômica, deve reconciliar essas realidades com os ideais de livre mercado e competição.

A tecnologia e a digitalização trouxeram novas dimensões para a discussão sobre autonomia e independência. A capacidade de acessar informações e se conectar globalmente

oferece novas formas de autonomia, mas também levanta questões sobre privacidade, segurança de dados e influência algorítmica, desafiando as noções tradicionais de independência.

Normativas sobre o conceito de pessoa têm sido fundamentais, especialmente nas teorias políticas e éticas que emergiram desde as primeiras teorias do contrato social do início da era da Iluminação. Essas teorias representam um afastamento da crença de que a ordem social e política justa é um produto da natureza ou de uma divindade, ou mesmo derivada de uma idealização da natureza humana.

Ao contrário de basear-se em um princípio transcendental – seja a natureza, uma divindade ou um ideal – as teorias políticas liberais introduziram uma base mais imanente para a estruturação das relações humanas: o próprio sujeito político. Sob essa perspectiva, se uma ordem política é justa na medida em que é consentida pelas pessoas, então, o objetivo da teoria política é estabelecer a melhor forma de reconhecer e afirmar a pessoa.

Neste contexto, a afirmação da “pessoa” se torna a norma política primária. Essas teorias frequentemente se baseiam na autonomia como uma norma para a pessoa: a ideia de que devemos afirmar a autonomia, pois ela é fundamental para a pessoa normativa, enquanto a heteronomia a compromete.

Contudo, as concepções de pessoa passaram por extensivas revisões e críticas filosóficas desde o século XVII. A teoria política feminista, em particular, fez contribuições importantes ao desafiar a ideia de que as pessoas são normativamente independentes. No livro “Love’s Labor” (1999), de Eva Feder Kittay, é feita uma crítica à dependência, propondo novos padrões de pessoa. Kittay (1999) analisa a importância e o valor das relações humanas que são frequentemente ofuscadas pela ênfase na independência; ela evidencia a injustiça dos ideais políticos de igualdade que pressupõem um sujeito independente; e, assim, defende o valor da dependência, reafirmando a pessoa heterônoma.

O ponto crucial de Kittay (1999) em “Love’s Labor” é que, ao reconhecermos os fatos da vulnerabilidade corporal, devemos não apenas reconhecê-los, mas também valorizar a dependência como parte de uma compreensão inclusiva da pessoa. Apesar de concordar com a “crítica à dependência” de Kittay (1999) e seu impacto transformador nos modelos liberais tradicionais de pessoa, este texto identifica desafios na formulação de novos padrões de pessoa em sua obra.

Essas dificuldades são rastreadas até uma exclusão inerente em como o argumento de Kittay (1999) depende de uma premissa fundamental do modelo liberal que ela tenta contestar. É argumentado que, para afirmar a dependência de forma a se distanciar ainda mais

do modelo liberal de pessoa, precisamos evitar colocá-la em uma dicotomia simples entre poder e vulnerabilidade.

Em sua abordagem acadêmica, Kittay (1999) articula que a vulnerabilidade corporal é uma experiência não uniformemente distribuída na sociedade. Ela identifica que certos indivíduos são particularmente vulneráveis, classificando-os como dependentes, que necessitam de cuidados essenciais para sua sobrevivência. Nessas dinâmicas, as figuras do prestador de cuidados, ou 'trabalhador da dependência', e do receptor, ou 'custodiado', emergem como desproporcionalmente vulneráveis em termos físicos. Kittay (1999) argumenta contra a concepção tradicional de pessoa valorizada pela liberdade (definida como independência) e igualdade (com base na premissa de sujeitos independentes). Ela postula que essa visão não apenas contradiz a realidade empírica, mas também carece de abrangência conceitual para inclusão universal, conforme expresso em "Love's Labor" (Kittay, 1999).

Kittay (1999) destaca que a visão de uma sociedade formada por indivíduos independentes e igualmente situados oculta desequilíbrios de dependência, como os observados na infância, na terceira idade, em doenças e deficiências. Ela lembra que todos os indivíduos passam por períodos de dependência total em algum momento, com pessoas portadoras de deficiências físicas ou mentais, ou doenças crônicas, vivenciando essa dependência de maneira mais prolongada ou até permanente.

A autora aponta que sobrevivemos e prosperamos nessas fases de vulnerabilidade desproporcional por meio de "relações de dependência", em que a reciprocidade de vantagens é muitas vezes inexistente devido à desigualdade de condições para o cuidado.

A teoria de Kittay (1999) propõe a reflexão sobre a interdependência como um aspecto endêmico da condição humana, desafiando a idealização da igualdade política centrada em sujeitos independentes. Ela argumenta que essa crítica não se limita a uma refutação de um ideal político específico, mas se estende à crítica da concepção normativa de pessoa como independente. Kittay (1999) ressalta que a igualdade, concebida para se ajustar a um sujeito político independente, frequentemente marginaliza e desvaloriza negativamente a dependência.

A "crítica da dependência" da autora começa ao desmentir a noção de que a vida coletiva é composta por indivíduos normativamente independentes e suas associações. Ela evidencia que muitas relações humanas valorizadas são, de fato, involuntárias e assimétricas. Por exemplo, em muitas famílias, mesmo em sociedades liberais, os membros que não podem oferecer vantagens recíprocas não são abandonados. Nessas relações, os interesses são determinados em contextos em que há interferência constante, e as necessidades não podem

ser atendidas ou descritas independentemente. A dependência, nesse caso, não pode ser vista como uma vulnerabilidade negativa a ser superada, nem como uma aberração, pois envolve todos em algum momento e outros constantemente.

Para Cristina, a autonomia tem obtenção de tomar e planejar seus próprios objetivos, dessa forma, sua independência em realizar suas atividades do dia, sem precisar de ajuda de terceiros, de sua família.

4.2 COOPERAÇÃO SOCIAL E A REALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA

Cooperação social e a realização da democracia constituem tópicos fundamentais na análise das estruturas políticas e sociais contemporâneas. A democracia, idealizada como um sistema que reflete a vontade coletiva, depende intrinsecamente da cooperação entre seus cidadãos e instituições. Essa interação não apenas facilita a expressão de uma variedade de opiniões e interesses, mas também é vital para a manutenção de uma ordem social equilibrada e justa. A cooperação, portanto, não é apenas um ideal a ser perseguido, mas uma necessidade prática para a operacionalização efetiva da democracia.

No entanto, a cooperação social enfrenta desafios significativos em ambientes democráticos, especialmente em sociedades marcadas por profundas divisões políticas, econômicas e culturais. As diferenças ideológicas podem levar a impasses e conflitos, dificultando o estabelecimento de um consenso necessário para a tomada de decisões coletivas.

Nesse contexto, a democracia não é apenas um meio de expressar divergências, mas também um mecanismo para sua reconciliação por meio do diálogo e do compromisso. A educação surge como um pilar fundamental na promoção da cooperação social dentro de um sistema democrático. Uma educação que enfatiza o respeito mútuo, a compreensão intercultural e o pensamento crítico prepara os cidadãos para participar de maneira construtiva no processo democrático. Além disso, a educação em direitos civis e responsabilidades sociais fortalece a consciência sobre a importância da participação ativa na vida pública, essencial para a saúde e vigor da democracia.

A relação entre cooperação social e a realização da democracia está intrinsecamente ligada às noções de direitos fundamentais. A cooperação social, sendo uma pedra angular da democracia, favorece a implementação e o respeito aos direitos fundamentais, que são multidimensionais em sua natureza. Essas dimensões abrangem aspectos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, refletindo a complexidade e a integralidade dos direitos

humanos. A eficácia da democracia, portanto, depende não apenas da participação ativa dos cidadãos, mas também do reconhecimento e da proteção desses direitos fundamentais, garantindo uma sociedade mais justa e igualitária.

No cenário jurídico contemporâneo, a compreensão dos direitos fundamentais é essencial para a consolidação de um Estado Democrático de Direito. Tais direitos surgem como prerrogativas inerentes ao ser humano, protegendo-o contra qualquer forma de opressão ou arbitrariedade, especialmente por parte do Estado. São, portanto, o alicerce para garantir a dignidade da pessoa humana, princípio maior de qualquer sistema jurídico que se preze (Sarlet, 2022).

No panorama jurídico moderno, a valorização dos direitos fundamentais ressoa como pilar central na estruturação de um Estado Democrático de Direito, defendendo a pessoa contra possíveis desmandos estatais e consagrando a dignidade humana como pilar essencial. Ao revisitar sua trajetória histórica, percebe-se que, inicialmente restritos à proteção das liberdades individuais, os direitos fundamentais sofreram uma ampliação significativa em seu escopo. Essa expansão, fruto das mudanças sociopolíticas e da evolução do raciocínio jurídico, incorporou direitos sociais, econômicos e culturais, sinalizando um entendimento mais abrangente e integrado da natureza multifacetada dos direitos inerentes ao ser humano.

Para Virgílio Afonso Silva (2005), historicamente, os direitos fundamentais foram primeiramente reconhecidos como direitos individuais, aqueles clássicos direitos civis e políticos que servem de barreira à intervenção estatal na liberdade do indivíduo. No entanto, a evolução do pensamento jurídico e as transformações sociopolíticas alargaram seu espectro. Assim, tais direitos passaram a abarcar também os direitos sociais, econômicos e culturais, em um movimento de expansão e reconhecimento da interdependência entre as diversas categorias de direitos.

Ademais, os direitos fundamentais não se restringem ao texto expresso nas cartas constitucionais. Por vezes, encontram-se implícitos no espírito da norma, resultando da interpretação conforme os valores supremos de uma sociedade. Esse caráter evolutivo exige, por sua vez, uma interpretação jurídica adaptada às transformações sociais e aos novos desafios que surgem no horizonte jurídico (Silva, 2005).

Em meio ao dinamismo do ambiente jurídico, os direitos fundamentais transcendem a literalidade das cartas constitucionais, podendo emergir da própria essência das normas e refletir os princípios basilares da coletividade. Esse entendimento evolutivo pressupõe uma abordagem jurídica que esteja em sintonia com as mudanças sociais e desafios emergentes. Além disso, a concepção tradicional que limitava a atuação dos direitos fundamentais à esfera

de proteção do cidadão frente ao Estado vem sendo reconfigurada. Atualmente, reconhece-se a relevância desses direitos não apenas nessa relação vertical, mas também em interações entre particulares, reforçando sua influência e abrangência nas dinâmicas privadas.

Outro aspecto crucial é a eficácia horizontal dos direitos fundamentais. Tradicionalmente, concebia-se que tais direitos atuavam apenas na relação entre o cidadão e o Estado, funcionando como um escudo protetor do indivíduo contra ações estatais. Entretanto, com o reconhecimento da eficácia horizontal, percebe-se que esses direitos também se aplicam nas relações entre particulares, moldando e influenciando as interações privadas (Pieroth; Schlink, 2003).

Na complexa trama do direito contemporâneo, a eficácia horizontal dos direitos fundamentais destaca-se como um elemento transformador. Ao ampliar o entendimento tradicional, que os visualizava predominantemente na relação cidadão estado, a incorporação desses direitos nas interações privadas se torna evidente. Mergulhando ainda mais profundamente na conceituação de direitos fundamentais, percebemos que sua natureza transcende a mera posição subjetiva. Eles se entrelaçam no cerne do ordenamento jurídico, não só como defensores individuais, mas também como diretrizes que moldam e influenciam o sistema normativo em sua totalidade.

Portanto, dando foco ao sistema constitucional brasileiro sobre conceito de direitos fundamentais de Robert Alexy (2017), define direitos fundamentais da seguinte forma:

Os direitos fundamentais são, portanto, todas aquelas posições jurídicas concernentes às pessoas, que do ponto de vista do direito constitucional positivo, foram, por seu conteúdo e importância (fundamentalidade em sentido material), integradas ao texto da Constituição e, portanto, retiradas da esfera de disponibilidade dos poderes constituídos (fundamentalidade formal), bem como as que por seu conteúdo e significado, possam lhes ser equiparados, agregando-se à Constituição Material, tendo, ou não, assento na Constituição formal (aqui considerada a abertura material do catálogo) (Alexy, 2017, p. 281).

Consequentemente, os direitos fundamentais assumem uma dimensão objetiva. Não se tratam apenas de prerrogativas subjetivas; eles também estruturam o próprio ordenamento jurídico, delineando e orientando os contornos e as finalidades do sistema normativo. Esse aspecto normativo objetiva a promoção do bem comum, assegurando que o ordenamento se mantenha alinhado aos valores e princípios constitucionais fundamentais. Essa perspectiva objetiva, que visa promover o bem-estar coletivo, requer uma interpretação cuidadosa, especialmente quando confrontada com potenciais conflitos entre direitos. A tarefa, então,

recai sobre a ponderação judicial, que busca equilibrar e harmonizar os direitos em questão, garantindo que nenhum seja comprometido de maneira desproporcional.

No entanto, a aplicação dos direitos fundamentais não é isenta de complexidades. Em diversas ocasiões, observa-se um conflito entre diferentes direitos fundamentais. Nessas situações, o intérprete jurídico é chamado a ponderar os interesses em jogo, buscando uma solução que respeite a essência de ambos os direitos, sem sacrificar desproporcionalmente nenhum deles (Sarlet, 2022).

É também relevante mencionar a dimensão internacional dos direitos fundamentais. Com a globalização e a crescente integração entre os Estados, as normativas internacionais de proteção aos direitos humanos ganham destaque. Esses tratados e convenções internacionais, uma vez internalizados, passam a integrar o bloco de constitucionalidade, reforçando a proteção desses direitos em âmbito interno.

Ainda nesse panorama globalizado, surge o debate acerca dos chamados direitos fundamentais de terceira dimensão. Tais direitos, de natureza transindividual, referem-se a valores ou bens que transcendem a individualidade, como o direito ao meio ambiente equilibrado, à paz e ao desenvolvimento. Dessa forma, percebe-se que a noção de direitos fundamentais é multifacetada e dinâmica. A complexidade inerente a tais direitos reflete a própria evolução da sociedade e as constantes reconfigurações do contrato social (Sarlet, 2022).

No cerne dessa discussão, entretanto, permanece a busca incessante pela dignidade da pessoa humana, norte que guia e ilumina o caminho do Direito em sua nobre missão de construção de uma sociedade justa, livre e solidária.

A compreensão das diversas dimensões dos direitos fundamentais é essencial para desvendar a evolução da proteção jurídica conferida à pessoa humana. Inicialmente, emerge a primeira dimensão, que engloba os direitos civis e políticos. Estes são marcados pela noção de liberdade e autonomia individual, estabelecendo-se como barreiras contra o poder estatal. Protegem as liberdades clássicas, como a liberdade de expressão, o direito de propriedade e as garantias processuais.

A segunda dimensão, fruto das demandas sociais e das revoluções industriais, contempla os direitos sociais, econômicos e culturais. Esses direitos visam à igualdade material e ao bem-estar, exigindo uma postura mais interventiva do Estado (Miranda, 2017). Assim, os cidadãos passam a reivindicar direitos como saúde, educação e trabalho digno, requerendo políticas públicas que assegurem sua efetivação.

Na terceira dimensão, os direitos de caráter difuso e coletivo ganham destaque. Esses direitos transcendem a individualidade, voltando-se para a coletividade e refletindo preocupações globais. Exemplos notáveis são o direito ao meio ambiente equilibrado, à paz e ao patrimônio cultural comum da humanidade.

A quarta dimensão, mais contemporânea, dialoga com questões de bioética e avanços tecnológicos, centrando-se em temáticas como a engenharia genética e a proibição da manipulação da vida (Miranda, 2017). Com os vertiginosos avanços da ciência, o Direito é desafiado a estabelecer parâmetros éticos e jurídicos para proteger a dignidade humana diante das inovações biotecnológicas.

A trajetória evolutiva dos direitos fundamentais, ao longo do tempo, revela uma expansão progressiva e complexa de suas dimensões, delineando um arcabouço jurídico robusto e adaptativo à realidade sociocultural. Iniciando-se com a primordial ênfase na autonomia individual e nas liberdades clássicas, essa evolução se desdobrou em uma abordagem que reconhece a necessidade de intervenção estatal para assegurar direitos sociais, econômicos e culturais.

Posteriormente, uma perspectiva coletiva e global emergiu, priorizando interesses difusos e abordando preocupações universais que ultrapassam fronteiras nacionais. Finalmente, na mais recente dimensão, o Direito é confrontado com dilemas éticos e jurídicos trazidos pelas fronteiras da ciência, desafiando a capacidade da jurisprudência de manter-se contemporânea e salvaguardar a dignidade humana em face dos avanços biotecnológicos sem precedentes.

Há ainda discussões acerca de uma possível quinta dimensão, que envolveria a proteção da justiça e da democracia como um todo. Essa perspectiva, ainda em construção, pondera sobre direitos fundamentais ligados à interculturalidade e à interdependência entre os povos. É imperativo observar que essas dimensões não são estanques ou sequenciais; elas se interpenetram e coexistem (Pieroth; Schlink, 2003). Cada dimensão amplia o leque de proteção dos direitos fundamentais, adaptando-se aos desafios e demandas históricos e sociais de cada época.

No campo jurídico, as dimensões dos direitos fundamentais influenciam na interpretação e aplicação das normas. Elas auxiliam os operadores do Direito a compreender a amplitude e profundidade dos direitos em jogo, orientando decisões mais justas e alinhadas ao espírito constitucional. Internacionalmente, as dimensões também desempenham papel crucial. Os tratados e convenções de direitos humanos refletem essas diversas facetas,

buscando garantir uma proteção holística à dignidade humana, considerando os desafios globais e a interconexão entre os Estados (Silva, 2005).

As nuances e especificidades das dimensões dos direitos fundamentais, ao longo da evolução jurídica, evidenciam uma trajetória marcada pelo entendimento progressivo e pela consolidação de tais direitos no ordenamento legal. Enquanto os operadores do Direito, em um âmbito tanto nacional quanto internacional, são guiados por essas dimensões para fundamentar suas decisões e assegurar uma aderência fiel aos preceitos constitucionais, é inegável o impacto seminal de conceituações acadêmicas, como a de Paulo Bonavides (2016). Ao focar nos direitos de primeira dimensão, ele ressalta a centralidade dos direitos de liberdade, que são intrinsecamente entrelaçados ao legado do constitucionalismo ocidental. Esse legado, imbuído de valores históricos, reforça a preservação e a promoção de direitos como vida, liberdade e igualdade, estabelecendo-os como pilares inabaláveis do arcabouço jurídico contemporâneo.

A conceituação dos direitos fundamentais de primeira dimensão, frequentemente associados aos direitos de liberdade, é robustamente alicerçada na obra acadêmica de Bonavides (2016). Esses direitos, historicamente, receberam proeminência nos documentos normativos constitucionais em virtude do reconhecimento dos direitos civis e políticos. Essa emergência normativa deriva da trajetória do constitucionalismo ocidental, que, entre outros, reconhece direitos basilares como vida, liberdade, propriedade e igualdade perante a lei.

Em uma análise mais crítica, enquanto esses direitos são concebidos como defesas contra a intervenção estatal indevida, eles também apresentam limitações em sua concepção tradicional. De fato, eles são posicionados em oposição ao Estado, refletindo a necessidade de um equilíbrio entre as liberdades individuais e a autoridade estatal. Contudo, deve-se observar que, embora a abordagem clássica insista na não intervenção do Estado nas esferas privadas dos indivíduos, em determinados contextos, a inação estatal pode, paradoxalmente, propiciar violações desses mesmos direitos.

Conforme destaca Bonavides (2016), esses direitos valorizam predominantemente o indivíduo em sua singularidade, enfatizando as liberdades abstratas. Nessa perspectiva, o foco se dirige ao “homem da sociedade mecanicista”, uma figura que reside na sociedade civil tradicional. Contudo, é fundamental questionar até que ponto essa ênfase na individualidade pode marginalizar ou ocultar questões coletivas e interseccionais presentes na sociedade contemporânea.

A progressão dos direitos fundamentais, desde sua concepção que valoriza a individualidade até sua evolução que abarca preocupações coletivas, é evidente na transição

entre as dimensões dos direitos. Enquanto a ênfase inicial recai sobre as liberdades abstratas e o “homem da sociedade mecanicista”, evidenciando o indivíduo na sociedade civil tradicional, há um reconhecimento crescente da necessidade de se expandir essa visão para abordar questões interseccionais e coletivas nas sociedades contemporâneas. Essa expansão é ilustrada pela introdução dos direitos de segunda dimensão, que buscam concretizar liberdades materiais e assegurar prestações sociais estatais, abordando aspectos cruciais como saúde, educação e trabalho. No entanto, para que tais direitos sejam mais do que meras formalidades, é vital uma reflexão profunda sobre sua implementação prática, especialmente quando confrontados com desafios socioeconômicos persistentes.

Ao passo que os direitos de primeira dimensão são essenciais para proteger as liberdades individuais, é imprescindível uma reflexão contínua sobre sua aplicação e interpretação, considerando as nuances e complexidades das sociedades modernas. Dentro do espectro teórico apresentado por Ingo Wolfgang Sarlet (2012), os direitos pertencentes à segunda dimensão fundamental são distinguidos por conferirem ao sujeito direitos a prestações sociais estatais, abrangendo campos como assistência social, saúde, educação e trabalho. Essa caracterização indica uma evolução dos direitos fundamentais, transitando das liberdades formais abstratas para liberdades materiais concretizadas. Em uma perspectiva crítica, é relevante ponderar sobre o alcance efetivo desses direitos na prática, particularmente em contextos socioeconômicos adversos.

A segunda dimensão, de fato, vai além dos direitos formalmente positivados, envolvendo as liberdades sociais. Estes direitos impõem ao Estado não apenas uma postura passiva, mas uma atuação ativa e prestacional, visando suprir necessidades individuais e coletivas. Essa imposição, contudo, levanta questionamentos sobre a capacidade estatal efetiva em garantir esses direitos em contextos de escassez e priorização de recursos.

Ao analisar os direitos fundamentais até então abordados, observa-se uma predominância da figura humana em sua dimensão individual. No entanto, a terceira dimensão dos direitos fundamentais amplia essa visão, concentrando-se na proteção do ser humano em sua dimensão coletiva, seja como integrante de determinados grupos sociais ou em sua relação com a coletividade em geral.

Essa dimensão, como elucidado por José Afonso da Silva (2011), é caracterizada principalmente pela titularidade coletiva de tais direitos, muitas vezes apresentando contornos indeterminados. Esse fato é evidente, por exemplo, no direito ao meio ambiente e à qualidade de vida. Embora esses direitos mantenham uma dimensão individual, eles demandam novos mecanismos de garantia e proteção, principalmente devido à sua complexidade e amplitude.

No entanto, a atribuição da titularidade de certos direitos fundamentais a entidades como o Estado e a Nação, especialmente direitos como autodeterminação, paz e desenvolvimento, levanta dilemas profundos sobre sua própria qualificação como autênticos direitos fundamentais.

É importante destacar que, apesar da possibilidade de positivação formal, a doutrina amplamente reconhece que a maioria dos direitos pertencentes à terceira dimensão ainda detém uma normatividade incipiente no âmbito do direito constitucional. Esse cenário torna tais direitos particularmente vulneráveis, muitas vezes relegando-os a um status secundário e dependente de instrumentos internacionais. Contudo, observa-se uma tendência crescente na celebração de tratados e convenções internacionais que buscam fortalecer e consolidar esses direitos, refletindo a urgência e a importância de sua proteção no cenário global.

A participação cidadã é outro aspecto crucial na realização da democracia. Um sistema democrático eficaz depende não apenas do voto periódico, mas também da participação contínua dos cidadãos nas discussões públicas, na formulação de políticas e na fiscalização do governo.

Essa participação ativa é tanto um direito quanto um dever em uma democracia, e sua eficácia é amplamente dependente do grau de cooperação entre diferentes segmentos da sociedade. O papel das instituições democráticas na facilitação da cooperação social também é vital. Essas instituições devem não apenas ser imparciais e justas, mas também acessíveis e responsivas às necessidades e preocupações dos cidadãos. A confiança pública nessas instituições é fundamental para a cooperação social, pois assegura aos indivíduos que seus esforços e participação no processo democrático são válidos e significativos.

A mídia desempenha um papel crucial na promoção da cooperação social. Uma imprensa livre e imparcial é essencial para informar os cidadãos, promover o debate público e monitorar as ações do governo. No entanto, a polarização e a desinformação podem corroer a confiança na mídia e, por extensão, prejudicar a cooperação social necessária para uma democracia saudável.

A inclusão social é outro componente essencial para a realização da democracia. Um sistema democrático verdadeiramente funcional deve garantir que todas as vozes, especialmente as de grupos marginalizados e minoritários, sejam ouvidas e consideradas. A exclusão de qualquer segmento da população não apenas compromete a legitimidade do processo democrático, mas também enfraquece a cooperação social.

A cooperação internacional também tem um papel crescente na sustentação das democracias. Em um mundo cada vez mais interconectado, os desafios transnacionais como as mudanças climáticas, as crises econômicas e as pandemias requerem uma resposta cooperativa. A capacidade de trabalhar conjuntamente com outras nações reflete e reforça os princípios democráticos dentro das fronteiras nacionais. A tecnologia e a inovação oferecem novas plataformas e oportunidades para a cooperação social. Redes sociais, fóruns online e outras ferramentas digitais podem facilitar o engajamento cívico e a colaboração. No entanto, esses mesmos instrumentos podem também ser utilizados para disseminar discórdia e desinformação, desafiando a cooperação e a integridade da democracia.

No livro “Caring Democracy”, Joan Tronto (2013) explora a interconexão entre democracia e a prática do cuidado, argumentando que ambos os conceitos, apesar de distintos, estão intrinsecamente ligados no contexto político. Ela enfatiza que aprimoramentos na democracia requerem melhorias no cuidado e vice-versa, destacando a necessidade de reconhecer e valorizar essa relação para efetuar mudanças significativas e profundas.

Tronto (2013) propõe uma reconsideração da democracia, em que o cuidado é um componente essencial, e do cuidado, como uma prática que necessita de um embasamento democrático. Simplificando, ela sugere que um cuidado orientado democraticamente conduz a uma melhor qualidade de cuidado e, por consequência, a uma democracia mais robusta.

Tronto (2013) aborda temas essenciais à democracia, como liberdade, igualdade, justiça, participação política, divisão social e sexual do trabalho, e desigualdades de raça/etnia e classe, sob uma perspectiva que centraliza o cuidado. Ela argumenta que esses conceitos e questões devem ser reavaliados com o objetivo de alcançar práticas de cuidado mais democráticas e, conseqüentemente, uma democracia mais efetiva. Além disso, ela enfatiza a importância de considerar o contexto político-econômico contemporâneo e o impacto da ideologia neoliberal na relação entre democracia e cuidado.

Tronto (2013) alerta que a falta de compreensão dessa dinâmica contribui para a persistência de desigualdades sociais. A autora também discute a necessidade de uma transformação na maneira como a democracia, o cuidado, a política e a economia são percebidos e praticados, tanto em um contexto amplo quanto nas ações cotidianas dos indivíduos como cidadãos.

Tronto (2013) se concentra em como as práticas diárias de cuidado e ação democrática (ou a falta dela) são construídas, como funcionam e como afetam a posição social das pessoas. O foco principal de Tronto (2013) é a relação prática entre democracia e cuidado, evidenciando sua preocupação com a realidade atual e as maneiras pelas quais as práticas

cotidianas influenciam a posição social das pessoas. Ela aspira a um futuro mais democrático e equitativo, movida por essa visão ao longo de sua discussão. Embora não se concentre em especificar políticas, Tronto (2013) sugere diretrizes para pensamentos e ações que promovam mudanças em direção a esse futuro ideal, envolvendo alterações em valores, práticas e instituições.

É crucial reconhecer que a reformulação do conceito de cuidado envolve vários reconhecimentos essenciais: primeiro, que o cuidado é um aspecto fundamental da existência humana; segundo, que ocorre em um contexto relacional, como muitos aspectos da vida humana; terceiro, que essas relações envolvem dinâmicas de poder, as quais se manifestam não apenas nas interações diretas de cuidado, mas também têm ramificações na estrutura social; e quarto, que cuidar não implica automaticamente em um “bom cuidado”, desafiando a noção romântica e destacando as injustiças potenciais na relação de cuidado.

Essa perspectiva permite a Tronto (2013) afirmar que todos, em algum momento e de alguma forma, cuidam e são cuidados, ressaltando nossa vulnerabilidade inerente. A partir disso, ela argumenta a favor da necessidade de uma abordagem democrática nas práticas de cuidado, introduzindo o conceito de “caring with”, que pressupõe que as necessidades de cuidado e suas soluções devem alinhar-se com os princípios democráticos de justiça, igualdade e liberdade.

A autora define essa abordagem como uma “ética feminista democrática do cuidado”. Ela desafia a divisão social e de gênero no trabalho de cuidado, observando que essa divisão confina o cuidado e os responsáveis por ele à esfera privada, diminuindo seu valor econômico e político. Predominantemente feminino, mas também influenciado por raça, classe e nacionalidade, o cuidado é examinado sob uma nova luz. Tronto (2013) analisa criticamente os discursos dominantes sobre dependência e independência, e como eles se relacionam com a divisão entre esferas públicas e privadas e com a percepção contemporânea do cuidado.

Tronto (2013) também critica a ideologia neoliberal, que promove a noção de que o cuidado é puramente pessoal e privado, e que a liberdade se resume à capacidade de escolha, enfatizando a independência individual. Ela argumenta que essa ideologia sustenta uma noção antidemocrática de responsabilidade que perpetua desigualdades e exclusão.

Para Tronto (2013), um foco crítico na alocação de responsabilidades é central para uma política de cuidado democrática, desafiando a ideia de que alguns (principalmente homens, mas não exclusivamente) estão isentos dessas responsabilidades, enquanto outros (principalmente mulheres, mas não exclusivamente) são excluídos das decisões, mas sobrecarregados com as responsabilidades. Tronto (2013) utiliza o termo “irresponsabilidade

privilegiada” para descrever essa dinâmica, e vê o neoliberalismo como um fomentador dessa irresponsabilidade. A abordagem da autora requer um debate público abrangente sobre o cuidado, a alocação de responsabilidades e a irresponsabilidade privilegiada, estabelecendo as bases para uma democracia cuidadosa. Esse debate deve ser inclusivo, trazendo vozes e perspectivas diversas para além dos grupos privilegiados.

Tronto (2013) discute as práticas atuais de cuidado e sua relação com os fundamentos da teoria política democrática – liberdade, igualdade e justiça. Ela observa que as práticas atuais frequentemente contribuem para uma compreensão distorcida ou incompleta desses conceitos. A autora foca na construção de gênero, destacando que, embora o cuidado seja influenciado por fatores como raça, classe e nacionalidade, ele é predominantemente visto como uma prática feminina. Ela explora a ideia de que existem várias masculinidades, mas se concentra na forma hegemônica, que é moldada pela divisão entre as esferas pública e privada e pelo discurso neoliberal de independência, influenciando diretamente a distribuição de responsabilidades no cuidado.

Na condição de Cristina pensar com cidadania é pensar em cooperação social considerando especialmente que exerce uma cidadania dentro do sistema político e social.

4.3 A ÉTICA DO CUIDADO

A ética do cuidado, um conceito filosófico e prático emergente, representa uma abordagem significativa nas discussões contemporâneas sobre moralidade e relações humanas. Essa perspectiva, diferenciando-se de modelos éticos tradicionais focados em princípios universais e abstratos, enfatiza a importância das relações interpessoais e da responsividade às necessidades dos outros. A ética do cuidado valoriza a empatia, a compaixão e a conexão emocional, colocando o bem-estar relacional no centro das preocupações morais.

Originária dos trabalhos de Carol Gilligan e Nel Noddings nos anos de 1980, a ética do cuidado surgiu como uma crítica à predominância das teorias éticas baseadas em regras e direitos, frequentemente vistas como distantes das experiências humanas cotidianas. Essas teóricas argumentavam que as teorias éticas tradicionais, predominantemente desenvolvidas por homens, tendiam a ignorar valores e práticas associados ao feminino, como a interdependência e o cuidado nas relações humanas (Silva; Souza, 2023).

A aplicação da ética do cuidado estende-se além das relações pessoais, influenciando campos como a saúde, a educação e a política. No âmbito da saúde, por exemplo, a ética do

cuidado desafia o modelo biomédico, que muitas vezes reduz os pacientes a diagnósticos e tratamentos, defendendo uma abordagem mais holística que considera o paciente como um todo, incluindo seus contextos sociais e emocionais. No campo educacional, a ética do cuidado propõe uma pedagogia centrada na relação professor-aluno, enfatizando a importância do reconhecimento e apoio às necessidades individuais dos estudantes. Essa abordagem contrasta com métodos mais tradicionais de ensino, que frequentemente priorizam a transmissão de conhecimento sobre o desenvolvimento de relações significativas no ambiente educacional.

Em contextos políticos, a ética do cuidado tem implicações significativas para a formulação de políticas públicas e práticas governamentais. Essa perspectiva sugere que as políticas devem ser avaliadas não apenas por sua eficácia ou eficiência, mas também por sua capacidade de atender às necessidades e promover o bem-estar dos cidadãos, especialmente dos mais vulneráveis. A ética do cuidado tem sido utilizada para reexaminar e desafiar as estruturas de poder e opressão. Por meio de uma lente de cuidado, questões de justiça social e igualdade ganham um novo enfoque, destacando a importância de entender e responder às experiências vividas por grupos marginalizados e oprimidos.

A ética do cuidado também oferece uma perspectiva valiosa sobre questões ambientais. Reconhecendo a interconexão entre seres humanos e o meio ambiente, essa abordagem ética defende uma responsabilidade coletiva pelo cuidado da Terra, promovendo práticas sustentáveis e uma maior conscientização sobre o impacto das ações humanas no planeta.

Nas relações internacionais, a ética do cuidado pode redefinir a abordagem das nações em relação à cooperação global e ajuda humanitária. Ao invés de se basear em interesses nacionais ou em exercícios de poder, as relações internacionais guiadas pela ética do cuidado priorizariam a empatia, a assistência mútua e o compromisso com o bem-estar global. Ademais, a ética do cuidado tem implicações significativas para a prática profissional em diversas áreas. Profissionais de campos como o direito, o serviço social e a psicologia podem se beneficiar dessa abordagem ao priorizar a compreensão e atenção às necessidades dos indivíduos com quem trabalham, promovendo um ambiente mais empático e responsivo.

O cuidado para Cristina tem como caráter ajudar os outros quando estão em necessidades, principalmente, seus amigos próximos, comunidade cega de Maringá e seus familiares evitando que sejam prejudicados.

4.4 AS RELAÇÕES DE CUIDADO: RELAÇÕES DE PODER?

As relações de cuidado, frequentemente vistas como expressões de empatia e compaixão, podem também ser compreendidas sob a perspectiva das relações de poder. Tal abordagem oferece um olhar mais crítico sobre como o cuidado é estruturado e praticado dentro das sociedades, revelando as dinâmicas de poder que podem influenciar e moldar tais relações. Ao examinar o cuidado por meio dessa lente, torna-se evidente que as práticas de cuidado não são apenas atos altruístas, mas também podem ser mecanismos de controle, influência e até mesmo dominação.

A relação entre cuidado e poder é particularmente evidente nas estruturas familiares e de parentesco. Nesses ambientes, quem proporciona o cuidado muitas vezes detém uma certa autoridade ou influência sobre quem recebe o cuidado. Esse aspecto de poder pode ser benigno, como no caso de um pai ou mãe cuidando de uma criança, mas também pode se tornar problemático, especialmente quando o cuidado é usado para justificar a superproteção ou a limitação da autonomia do outro.

No contexto da saúde e assistência social, as relações de poder entre profissionais de saúde e pacientes são um campo de estudo crucial. Os profissionais de saúde, detendo conhecimento especializado e autoridade institucional, podem exercer uma influência significativa sobre as decisões e o bem-estar dos pacientes. Embora essa dinâmica possa ser necessária para o cuidado eficaz, ela também pode levar a um desequilíbrio de poder, em que as necessidades e desejos dos pacientes são subordinados ou ignorados.

A obra “As desigualdades multiplicadas” de François Dubet (2001) propõe uma análise abrangente e multifacetada das desigualdades na sociedade moderna, com uma atenção particular às implicações dessas desigualdades na vida de mulheres com deficiência física. Inicialmente, Dubet explora a “As desigualdades multiplicadas” (2001), destacando como as sociedades capitalistas lutam para equilibrar igualdade e desigualdade, um dilema que tem implicações profundas para mulheres com deficiência, cujas experiências são frequentemente marginalizadas nas discussões sobre equidade social.

A obra investiga como as transformações sociais e econômicas remodelam a distribuição das desigualdades, afetando de maneira única a autonomia e a participação das mulheres com deficiência no mercado de trabalho. Dubet (2001) argumenta que essas transformações não só exacerbam as desigualdades existentes, mas também criam formas de disparidade, tornando o caminho para a igualdade ainda mais complexo para esse grupo.

O mercado de trabalho, como um fator significativo na perpetuação das desigualdades, é examinado sob a ótica das mulheres com deficiência. Dubet (2001) enfatiza como a estratificação social e a dominação são elementos centrais dessas desigualdades, influenciando diretamente as oportunidades e desafios enfrentados por essas mulheres, tanto em ambientes profissionais quanto pessoais.

Adicionalmente, a obra de Dubet (2001) aborda as persistentes desigualdades étnicas e de gênero, observando como, apesar dos avanços sociais, essas desigualdades continuam a impactar negativamente a vida das mulheres com deficiência. A interseção entre gênero, etnia e deficiência cria uma dinâmica complexa que essas mulheres devem navegar diariamente.

A educação é ressaltada como um fator crucial na reprodução e na transformação das desigualdades sociais. Dubet (2001) argumenta que o acesso a uma educação de qualidade pode capacitar mulheres com deficiência, fornecendo-lhes as ferramentas necessárias para desafiar as estruturas de poder existentes e redefinir suas posições na sociedade.

A obra também explora a experiência individual das desigualdades, destacando como as mulheres com deficiência física vivenciam essas diferenças em suas vidas cotidianas. Dubet (2001) propõe uma análise detalhada das implicações políticas e sociais dessas desigualdades, incluindo os desafios específicos para a formulação de políticas públicas inclusivas e eficazes. Dubet (2001) examina o aumento da sensibilidade às desigualdades e sua relação com as crises sociais contemporâneas, enfatizando como essa crescente conscientização pode influenciar a maneira como as mulheres com deficiência percebem e reagem às suas próprias circunstâncias.

Além disso, a obra discute a relação entre desigualdades, autonomia e liberdade individual, especialmente no contexto da construção do sujeito moderno. Dubet (2001) analisa como esses conceitos se entrelaçam nas experiências de mulheres com deficiência, destacando a importância de abordagens que reconheçam e valorizem suas experiências únicas. Dubet (2001) enfatiza a necessidade de estratégias inclusivas e holísticas em políticas e práticas sociais, que considerem as complexidades das experiências vividas por mulheres com deficiência física.

A institucionalização do cuidado, seja em hospitais, lares para idosos ou outras instalações, também levanta questões sobre poder e autonomia. Em tais configurações, as rotinas e regulamentos institucionais podem impor limites à autonomia individual dos receptores de cuidado, refletindo uma dinâmica de poder onde as necessidades da instituição podem prevalecer sobre as do indivíduo. No âmbito global, as relações de cuidado podem ser vistas através das práticas de ajuda internacional e humanitária. Aqui, as relações de poder são

evidentes na maneira como os países doadores e as organizações internacionais interagem com as nações e populações receptoras. Frequentemente, essa ajuda vem acompanhada de condições ou expectativas que refletem os interesses e valores dos doadores, levantando questões sobre a autonomia e autodeterminação dos receptores.

Além disso, a dimensão de gênero nas relações de cuidado é uma área onde as relações de poder são particularmente pronunciadas. Historicamente, o cuidado tem sido associado ao feminino e desvalorizado em comparação com ocupações e papéis tradicionalmente masculinos. Essa associação contribui para a perpetuação de desigualdades de gênero, onde mulheres são frequentemente esperadas a assumir a maior parte das responsabilidades de cuidado, limitando suas oportunidades e autonomia em outras áreas.

A economia do cuidado também revela aspectos importantes das relações de poder. Trabalhadores do cuidado, muitas vezes sub-remunerados e subvalorizados, enfrentam desafios significativos em termos de direitos laborais e reconhecimento. Este fenômeno reflete uma hierarquia de poder na qual certas formas de trabalho, particularmente aquelas associadas ao cuidado, são sistematicamente desvalorizadas.

Cita-se ainda a pesquisa “Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres” de Nalu Faria e Renata Moreno (2010) que apresenta uma análise detalhada das políticas familiares na Europa do Leste e como elas evoluíram ao longo do tempo, com especial atenção às necessidades das mulheres, particularmente aquelas com deficiências físicas. Elas destacam o impacto dessas políticas no emprego, nos direitos sociais e familiares dessas mulheres, enfatizando a importância de políticas públicas que reconheçam e respondam às suas necessidades específicas. Esse enfoque revela como as políticas familiares moldam a realidade das mulheres no trabalho e na família, e como podem ser direcionadas para melhor atender às suas necessidades.

A pesquisa aborda de forma profunda as teorias e práticas de cuidado, examinando como elas se relacionam com a autonomia das mulheres. A análise inclui uma consideração das diversas formas de cuidado, desde o cuidado informal prestado em casa até as políticas públicas de apoio ao cuidado.

Esse exame detalhado ajuda a entender como o cuidado influencia a vida das mulheres, especialmente aquelas com deficiências, e destaca a necessidade de políticas que reconheçam o valor do trabalho de cuidado e promovam uma distribuição mais equitativa dessa responsabilidade.

As autoras incidem sobre os debates contemporâneos relativos ao cuidado e à divisão do trabalho baseada no gênero. Tais debates são fundamentais para entender as desigualdades existentes e para desenvolver estratégias que promovam a igualdade de gênero. A análise dos dados de pesquisa fornece evidências concretas das maneiras pelas quais as políticas familiares influenciam a autonomia das mulheres e como podem ser reformuladas para melhor apoiá-las.

Faria e Moreno (2010) ressaltam a importância de políticas públicas que abordem a divisão sexual do trabalho. Essa divisão é uma fonte significativa de desigualdade de gênero, tanto no mercado de trabalho quanto na dinâmica familiar. O documento defende políticas que promovam uma divisão mais justa das responsabilidades de trabalho e de cuidado, como uma forma de aumentar a igualdade entre homens e mulheres.

A necessidade de uma abordagem holística nas políticas públicas é um tema recorrente no documento. Essa abordagem deve reconhecer a interseção de várias questões, como gênero, deficiência, emprego e direitos familiares, para criar soluções eficazes que abordem as necessidades das mulheres de maneira abrangente.

Outro ponto crucial abordado é a relação entre as políticas familiares e a participação das mulheres no mercado de trabalho. O documento explora como políticas inadequadas podem restringir a participação das mulheres no trabalho, limitando sua autonomia econômica e pessoal. Propõe-se, então, a criação de políticas que não apenas facilitem o acesso das mulheres ao trabalho, mas também reconheçam e valorizem o trabalho de cuidado. O papel da educação e da formação também é examinado como um fator essencial na promoção da autonomia das mulheres. O documento argumenta que o acesso à educação de qualidade e oportunidades de formação pode capacitar as mulheres, especialmente aquelas com deficiências, a participar plenamente na sociedade e no mercado de trabalho.

Além disso, a pesquisa aborda a importância de políticas que promovam a igualdade de gênero na vida familiar. Isso inclui medidas que incentivem uma divisão mais equitativa do trabalho doméstico e de cuidado entre homens e mulheres, ajudando a reduzir as cargas desproporcionais que frequentemente recaem sobre as mulheres. O impacto das políticas familiares nas mulheres com deficiência é um tema de particular importância. O documento destaca como essas mulheres enfrentam desafios únicos e como as políticas podem ser adaptadas para atender às suas necessidades específicas, promovendo sua autonomia e participação plena na sociedade.

Helena Hirata (2016) coloca que a globalização, fenômeno que marca profundamente o cenário contemporâneo, tem efeitos significativos na redefinição da divisão sexual do trabalho, especialmente no setor de cuidados. Esse fenômeno mundial leva a um aumento das migrações internacionais, onde mulheres, frequentemente migrantes, encontram-se desproporcionalmente representadas. Essa tendência, ao evidenciar as desigualdades de gênero, classe e raça, molda de maneira substancial as experiências das cuidadoras, destacando os desafios e as complexidades que enfrentam em suas jornadas profissionais e pessoais.

As transformações oriundas da globalização no setor de cuidados evidenciam uma mercantilização crescente dessa área. Tradicionalmente percebido como uma atividade doméstica e gratuita, o cuidado tem se transformado em uma profissão remunerada, ganhando visibilidade e importância econômica. Essa mudança reflete uma alteração significativa na forma como a sociedade percebe e valoriza o trabalho de cuidado, reconhecendo-o como uma contribuição essencial à economia e ao bem-estar social.

A heterogeneidade dos perfis dos trabalhadores no setor de cuidados é outro aspecto importante trazido pela globalização. Esse campo é predominantemente ocupado por mulheres, evidenciando uma divisão sexual do trabalho profundamente enraizada. Além disso, é marcado pela diversidade racial e étnica, especialmente devido à presença de migrantes que buscam oportunidades de trabalho em países estrangeiros (Hirata, 2016). Essa diversidade traz consigo desafios únicos, tanto para as trabalhadoras quanto para as políticas que visam apoiá-las.

A dinâmica do trabalho de cuidado no contexto da globalização cruza fronteiras nacionais e divide linhas raciais e étnicas, criando uma complexa rede de relações sociais e econômicas. As trabalhadoras migrantes, muitas vezes, encontram-se em situações vulneráveis, enfrentando barreiras linguísticas, culturais e legais, além de frequentemente lidarem com condições de trabalho precárias e falta de reconhecimento social e legal.

As desigualdades de gênero, exacerbadas pela globalização, são um ponto crítico no setor de cuidados. As mulheres, particularmente as migrantes, frequentemente enfrentam não apenas a segregação de gênero no trabalho, mas também desigualdades salariais e limitações na progressão de carreira, refletindo padrões mais amplos de desigualdade e discriminação no mercado de trabalho global.

A classe e a raça são fatores adicionais que influenciam significativamente a experiência das cuidadoras no contexto globalizado. As trabalhadoras migrantes, muitas vezes pertencentes a grupos raciais e étnicos marginalizados, enfrentam uma camada adicional de

desafios, incluindo discriminação e racismo, tanto no ambiente de trabalho quanto na sociedade mais ampla.

A necessidade de políticas e práticas sociais mais inclusivas e sensíveis a estas questões torna-se, portanto, primordial (Hirata, 2016). As políticas devem abordar não apenas as condições de trabalho, mas também questões mais amplas como a integração social, o acesso a serviços de saúde e educação, e a proteção legal para migrantes e minorias étnicas.

Pascale Molinier (2014), em sua obra “Cuidado, interseccionalidade e feminismo”, aborda de forma aprofundada a complexidade do trabalho de cuidado, examinando-o por meio de uma lente interseccional que inclui gênero, raça e classe. Essa perspectiva permite uma compreensão mais rica e matizada das dinâmicas sociais e das desigualdades inerentes ao trabalho de cuidado. Molinier (2014) destaca como essas interseções influenciam tanto a experiência dos prestadores de cuidados quanto a dos receptores, moldando as práticas e as políticas neste campo.

Um ponto central do trabalho de Molinier (2014) é a mercantilização do cuidado, uma tendência que transformou profundamente a natureza deste trabalho. Tradicionalmente percebido como uma atividade doméstica e muitas vezes não remunerada, o cuidado tem se tornado cada vez mais uma profissão comercializada. Essa mercantilização tem implicações significativas para quem presta e quem recebe cuidados, alterando a forma como o trabalho de cuidado é valorizado e organizado na sociedade.

Molinier (2014) dá especial atenção à predominância feminina no trabalho de cuidado, ressaltando como as questões de gênero estão intrinsecamente ligadas a esse campo. A autora explora como as normas e expectativas sociais em torno do gênero moldam quem se torna cuidador e como esse trabalho é percebido e valorizado. Esse enfoque destaca as desigualdades de gênero subjacentes que permeiam o setor de cuidados.

A inclusão de migrantes no trabalho de cuidado é um tema crucial em sua análise. Molinier (2014) investiga como as migrações internacionais contribuem para a diversificação do perfil dos trabalhadores de cuidado, bem como as complexidades que isso traz para o setor, incluindo questões de linguagem, cultura e legalidade. A obra também explora as disparidades raciais e étnicas na divisão internacional do trabalho de cuidado.

Molinier (2014) argumenta que o cuidado, como um setor econômico, não está isolado das dinâmicas globais de raça e etnia, que frequentemente resultam em desigualdades e discriminação. Essa análise é crucial para entender como as desigualdades globais se manifestam no trabalho de cuidado.

O debate sobre gênero, sexualidade e deficiência é enriquecido pelas contribuições de Molinier (2014), especialmente no que diz respeito às mulheres com deficiência física. A autora aborda como a interseccionalidade de gênero, deficiência e outros fatores sociais influenciam as experiências dessas mulheres, tanto como prestadoras quanto como receptoras de cuidado. A compreensão dessas intersecções, conforme argumentado por Molinier (2014), é vital para o desenvolvimento de abordagens mais inclusivas e eficazes em políticas e práticas de cuidado. Ao considerar as múltiplas identidades e experiências dos envolvidos no trabalho de cuidado, é possível criar políticas que reconheçam e atendam às suas necessidades específicas.

Molinier (2014) também enfatiza a necessidade de uma análise crítica das práticas de cuidado existentes. Ela propõe que, para que o cuidado seja verdadeiramente eficaz e justo, deve-se desafiar e reformular as normas e estruturas existentes que perpetuam desigualdades e exclusões. A obra de Molinier (2014) sugere que o diálogo entre teoria e prática é essencial para o avanço do campo do cuidado. A autora defende a colaboração entre acadêmicos, profissionais de cuidado e políticos para criar uma compreensão mais profunda e uma prática mais eficaz no trabalho de cuidado.

Adrián Scribano (2013), em seu trabalho “Cuerpos y emociones en el capital”, proporciona uma abordagem profunda e reflexiva sobre como o capitalismo afeta os corpos e as emoções, principalmente no contexto das mulheres com deficiência física. Por meio de uma análise detalhada, Scribano (2013) explora as maneiras pelas quais o sistema capitalista molda não apenas as estruturas econômicas e sociais, mas também as percepções individuais e coletivas do corpo e das emoções.

O artigo de Scribano (2013) enfoca como a dinâmica do capitalismo se entrelaça com as experiências de cuidado, sexualidade e emoções, particularmente das mulheres com deficiência física. Essa interseção é crucial para entender como as práticas de cuidado são percebidas e valorizadas na sociedade moderna, além de como a sexualidade e as emoções dessas mulheres são moldadas e influenciadas por forças econômicas e sociais.

Uma das contribuições fundamentais de Scribano (2013) é sua exploração do prazer e da carne dentro do contexto capitalista. Ele sugere uma reflexão profunda sobre como o capitalismo mercantiliza o corpo e a intimidade, afetando a maneira como as pessoas experimentam e expressam seu prazer e sua sexualidade. Esse aspecto é particularmente relevante para mulheres com deficiência física, cujos corpos são frequentemente sujeitos a percepções e tratamentos diferenciados.

O trabalho também se aprofunda na sociologia dos corpos e emoções no capitalismo. Scribano (2013) investiga como as estruturas de poder e dominação, inerentes ao sistema capitalista, impactam diretamente a vida e os direitos das mulheres com deficiência. Essa análise revela as múltiplas camadas de opressão que essas mulheres podem enfrentar. Scribano (2013) aponta para a necessidade de uma “cidadania íntima” que reconheça e respeite as experiências e desafios únicos enfrentados por mulheres com deficiência física. Ele argumenta que uma verdadeira inclusão social e igualdade de direitos só podem ser alcançadas por meio de uma compreensão mais profunda e empática das experiências vividas por essas mulheres.

A discussão de Scribano (2013) sobre como o capitalismo influencia a percepção e o tratamento dos corpos abre caminho para um diálogo mais amplo sobre as políticas de cuidado e bem-estar. Ele sugere que o cuidado, em um contexto capitalista, muitas vezes se torna uma mercadoria, o que pode ter implicações significativas para a forma como é prestado, especialmente para grupos vulneráveis como as mulheres com deficiência.

Scribano (2013) explora a ideia de que as emoções, assim como os corpos, são moldadas e influenciadas pelo capitalismo. Ele argumenta que as emoções são frequentemente direcionadas e manipuladas para atender às necessidades do mercado, o que pode ter implicações profundas para a saúde mental e emocional, especialmente de pessoas em situações vulneráveis.

A análise de Scribano (2013) também aborda como as mulheres com deficiência física enfrentam barreiras únicas em sua autonomia e autodeterminação dentro de um sistema capitalista. Ele explora como as normas e expectativas sociais e econômicas limitam as oportunidades e a autonomia dessas mulheres, restringindo seu acesso a recursos e oportunidades. Scribano (2013) enfatiza a importância de abordagens interseccionais para entender e abordar as experiências de mulheres com deficiência física. Ele argumenta que uma análise que leva em conta a interseção de gênero, deficiência, classe e outras categorias sociais é essencial para desenvolver políticas e práticas que sejam verdadeiramente inclusivas e equitativas.

Na esfera política, as políticas de cuidado podem ser utilizadas como ferramentas para exercer poder e influenciar eleitorados. Programas de assistência social, por exemplo, podem ser empregados tanto para melhorar as condições de vida quanto para ganhar apoio político, demonstrando como o cuidado pode ser instrumentalizado em contextos de poder. As relações de cuidado também são pertinentes no contexto educacional. Professores e educadores, ao assumirem papéis de cuidadores, influenciam significativamente o desenvolvimento de

crianças e jovens. Essa influência traz consigo uma responsabilidade e um poder que devem ser equilibrados com cuidado para garantir o desenvolvimento saudável e autônomo dos estudantes.

Na vida estudantil de Cristina o cuidado e o poder trazem para si sentimentos de felicidade, confiança, futuro estável e envolvimento no mundo, assim como, junto aos outros proporcionando o seu bem estar.

4.5 CONSTRUÇÃO DA DIGNIDADE E AUTONOMIA PERANTE O CUIDADO

O trabalho do cuidado, uma atividade fundamental em todas as sociedades, impacta profundamente a percepção de si tanto de quem cuida quanto de quem é cuidado. Esse fenômeno abrange uma gama de contextos, desde o cuidado familiar até o profissional, e envolve uma complexa interação de fatores emocionais, psicológicos e sociais. Ao explorar a relação entre o trabalho do cuidado e a percepção, emerge uma compreensão mais profunda dos impactos psicossociais dessa prática essencial.

Para os profissionais de cuidado, tal atividade pode ser uma fonte de satisfação pessoal e realização. A capacidade de ajudar e apoiar os outros frequentemente fortalece a autoimagem do cuidador, reforçando sentimentos de competência, empatia e altruísmo. No entanto, essa atividade também pode ser psicologicamente exigente, levando a uma reflexão sobre os próprios limites e vulnerabilidades.

Em contrapartida, para quem recebe cuidados, a experiência pode influenciar significativamente a autoestima e a autonomia. Dependendo da natureza e do contexto do cuidado, os receptores podem sentirem-se valorizados e respeitados, o que reforça uma imagem positiva de si. Por outro lado, a dependência de outros para atividades cotidianas pode levar a sentimento de perda de autonomia e auto eficácia.

A natureza do trabalho do cuidado, muitas vezes caracterizada por uma intensa interação emocional, afeta a maneira como os cuidadores se percebem em relação aos outros. Essa atividade pode levar a um aumento da sensibilidade e empatia, qualidades que influenciam como eles se veem em suas relações interpessoais fora do contexto de cuidado.

A percepção de si dos cuidadores também é moldada pelas condições de trabalho e pelo reconhecimento social de sua profissão. Em muitas sociedades, o trabalho do cuidado é subvalorizado e mal remunerado, o que pode afetar negativamente a autoestima e o status social dos profissionais, apesar da natureza essencial de seu trabalho.

Para aqueles que recebem cuidado, a relação com o cuidador pode ser um fator determinante na construção de sua autoimagem. Um cuidador atencioso e respeitoso pode ajudar o receptor a manter sua dignidade e senso de valor próprio, enquanto uma relação de cuidado negativa pode ter o efeito oposto. O contexto cultural e social desempenha um papel importante na forma como o trabalho do cuidado é percebido e, por sua vez, como afeta a autoimagem. Em culturas em que o cuidado é altamente valorizado e integrado às normas sociais, tanto cuidadores quanto receptores podem experimentar um impacto positivo em sua percepção.

No âmbito familiar, o cuidado geralmente é visto como uma extensão natural das relações de parentesco. No entanto, mesmo nesse contexto, pode haver desafios à percepção, especialmente quando o cuidado se torna uma obrigação em longo prazo, alterando as dinâmicas familiares e a percepção do papel de cada membro na família. O impacto do trabalho do cuidado na percepção de si também é influenciado pela duração e intensidade do cuidado. Cuidadores de longo prazo podem experimentar mudanças mais profundas em sua percepção, enquanto aqueles envolvidos em cuidado temporário ou menos intensivo podem ter experiências diferentes.

A construção da dignidade e autonomia no contexto do cuidado é um tema de profunda relevância na sociedade contemporânea. Essa questão abrange a forma como indivíduos, especialmente aqueles em situação de dependência, são percebidos e tratados nas relações de cuidado. A dignidade, entendida como o respeito inerente ao ser humano, e a autonomia, referindo-se à capacidade de tomar decisões e controlar a própria vida, são fundamentais para garantir que o cuidado seja prestado de maneira ética e humanizada.

Em cenários de cuidado, a dignidade do indivíduo é frequentemente posta em risco devido à vulnerabilidade associada à doença, idade, incapacidade ou outras condições. Assim, torna-se imperativo que as práticas de cuidado sejam moldadas com o objetivo de preservar e promover a dignidade dos indivíduos.

Isso implica em reconhecer a individualidade de cada pessoa, respeitando suas histórias, preferências e escolhas, mesmo em situações de dependência extrema. A autonomia no cuidado é um aspecto igualmente crítico. Ela envolve assegurar que as pessoas em situações de cuidado tenham voz ativa em decisões relacionadas ao seu próprio bem-estar. Isso é especialmente desafiador em contextos onde as capacidades de comunicação ou decisão do indivíduo estão comprometidas. Por isso, é fundamental encontrar maneiras de interpretar e respeitar os desejos e necessidades desses indivíduos, mesmo que a comunicação não seja convencional.

A relação entre cuidador e receptor de cuidado desempenha um papel crucial na manutenção da dignidade e autonomia. Uma relação de cuidado eficaz é aquela que se baseia no respeito mútuo, na empatia e na comunicação aberta. Cuidadores devem ser treinados não só nas habilidades técnicas necessárias, mas também na capacidade de estabelecer relações que fortaleçam a autonomia e a dignidade daqueles a quem cuidam.

Nas instituições de saúde, como hospitais e lares para idosos, a dignidade e autonomia dos pacientes ou residentes podem ser desafiadas por rotinas rígidas e práticas padronizadas. Para enfrentar isso, é essencial uma abordagem centrada no indivíduo, que reconheça as necessidades únicas de cada pessoa e se adapte para atendê-las da melhor forma possível.

Além disso, a legislação e as políticas públicas têm um papel importante na garantia da dignidade e autonomia em contextos de cuidado. Leis e regulamentos devem ser desenhados para proteger os direitos dos mais vulneráveis e assegurar que eles recebam cuidado de qualidade, respeitando sua autonomia e dignidade. Isso inclui o direito à privacidade, à participação em decisões sobre o próprio cuidado e à proteção contra abusos e negligência.

A tecnologia também pode ser uma ferramenta valiosa na promoção da autonomia e dignidade em situações de cuidado. Dispositivos assistivos, softwares de comunicação e outras inovações tecnológicas podem proporcionar maior independência para indivíduos com diversas capacidades, permitindo que eles participem mais ativamente de suas próprias vidas e tomadas de decisão.

No campo da saúde mental, a questão da dignidade e autonomia é especialmente complexa. Os profissionais devem equilibrar cuidadosamente a necessidade de proteger os indivíduos, muitas vezes de si mesmos, enquanto respeitam sua autonomia e direitos. Isso exige uma abordagem que considere não apenas a condição mental, mas também o contexto social e emocional do indivíduo.

A família e a comunidade desempenham um papel fundamental no apoio à dignidade e autonomia de seus membros em situações de cuidado. O envolvimento da família no processo de cuidado pode ajudar a preservar a identidade e a história do indivíduo, além de fornecer um suporte emocional crucial.

A sexualidade e o cuidado são temas intrinsecamente ligados, embora frequentemente tratados de forma separada nas discussões acadêmicas e práticas de saúde. A compreensão da sexualidade como um aspecto integral do ser humano é crucial para oferecer um cuidado holístico e respeitoso. Esse reconhecimento envolve uma abordagem que considera as necessidades e expressões sexuais dos indivíduos como elementos centrais do bem-estar geral.

Na área da saúde, profissionais muitas vezes enfrentam o desafio de integrar questões de sexualidade em suas práticas de cuidado. Isso exige não apenas conhecimento técnico, mas também sensibilidade e abertura para discutir tópicos que podem ser considerados tabus ou desconfortáveis. A sexualidade, sendo uma dimensão fundamental da experiência humana, deve ser abordada com a mesma seriedade e respeito que outros aspectos da saúde.

Em contextos de cuidado em longo prazo, como em lares para idosos ou para pessoas com deficiências, a sexualidade muitas vezes é negligenciada ou mal interpretada. Há uma tendência a dessexualizar essas populações, ignorando suas necessidades e desejos sexuais. Isso pode levar a uma diminuição da qualidade de vida e do senso de dignidade e identidade pessoal.

O cuidado em saúde sexual e reprodutiva é um exemplo explícito da intersecção entre sexualidade e cuidado. Esse campo abrange uma gama de questões, desde saúde reprodutiva até orientação sexual e identidade de gênero. Profissionais que trabalham nessa área devem estar preparados para abordar essas questões com sensibilidade e conhecimento especializado. A intersecção entre sexualidade, cuidado e as experiências de mulheres com deficiência física constitui um campo de estudo fundamental, revelando nuances complexas sobre autonomia, identidade e direitos. A sexualidade, frequentemente marginalizada em discussões sobre deficiência, é um aspecto vital da experiência humana, cuja integração no cuidado de mulheres com deficiência requer uma abordagem empática e inclusiva. Essa integração desafia as normas sociais que muitas vezes invisibilizam ou deslegitimam a sexualidade dessas mulheres, exigindo uma reavaliação das práticas de cuidado e políticas públicas.

No contexto das emoções, a experiência da sexualidade por mulheres com deficiência física é frequentemente atravessada por sentimentos complexos. Enfrentando estereótipos e preconceitos sociais, essas mulheres podem vivenciar uma gama de emoções, desde empoderamento até vulnerabilidade. É fundamental que os prestadores de cuidados estejam atentos a essas emoções, fornecendo um espaço seguro para expressão e validação dessas experiências.

A linguagem do direito desempenha um papel crucial na articulação das necessidades e direitos das mulheres com deficiência no que diz respeito à sexualidade. Legislações e políticas devem reconhecer e abordar as especificidades de gênero e deficiência, assegurando o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva adequados e respeitosos. Isso implica garantir não apenas os direitos reprodutivos, mas também o direito à expressão sexual livre de discriminação e violência.

A confirmação da necessidade de uma “cidadania íntima” neste contexto é imperativa. A cidadania íntima refere-se ao reconhecimento e respeito pelos aspectos mais privados e pessoais da vida de um indivíduo, incluindo a sexualidade. Para mulheres com deficiência física, isso significa afirmar seu direito a uma vida sexual plena e satisfatória, livre de barreiras e preconceitos.

A questão de gênero é central nessa discussão. Mulheres com deficiência física enfrentam uma dupla marginalização, tanto por seu gênero quanto por sua deficiência. Essa interseccionalidade afeta a forma como sua sexualidade é percebida e vivenciada, muitas vezes levando a uma maior vulnerabilidade a abusos e negligência. A sexualidade de mulheres com deficiência é frequentemente envolta em mitos e mal-entendidos. Esses estereótipos podem variar de percepções de assexualidade até a hipersexualização, ambos extremos sendo prejudiciais e redutivos. Desconstruir esses mitos é essencial para promover um cuidado que respeite e celebre a sexualidade dessas mulheres como uma parte integral de sua identidade.

Na pesquisa “Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo”, Anahí Guedes de Mello (2014) oferece uma análise antropológica perspicaz sobre as experiências de mulheres com deficiência. A autora aborda a complexidade dessas experiências, destacando como são influenciadas por uma interseção de gênero, deficiência, cuidado e capacitismo. Essa abordagem interseccional revela as nuances das vivências dessas mulheres, particularmente em relação às narrativas de violência e discriminação que enfrentam.

Mello (2014) argumenta que as experiências de mulheres com deficiência são frequentemente moldadas e agravadas pelo capacitismo, uma forma de preconceito que desvaloriza pessoas com deficiência. Esse fenômeno interage com questões de gênero para criar desafios únicos para essas mulheres, incluindo formas específicas de violência e opressão. A autora enfatiza a importância de uma compreensão interseccional dessas experiências, que considere simultaneamente gênero, deficiência e outras categorias sociais relevantes.

A necessidade de abordagens feministas e ‘queer’ é central na análise de Mello (2014). Essas perspectivas são fundamentais para compreender e abordar as complexidades das experiências de mulheres com deficiência. Tais abordagens desafiam os paradigmas tradicionais de cuidado e inclusão social, propondo novas formas de entender e responder às necessidades dessas mulheres.

A autora também destaca a importância da percepção de si e da sexualidade na experiência de mulheres com deficiência. Esses aspectos são muitas vezes marginalizados nas

discussões sobre deficiência, mas são cruciais para a compreensão completa de suas vivências. Mello (2014) argumenta que uma abordagem que reconheça a sexualidade e a percepção de si dessas mulheres é essencial para uma verdadeira inclusão social.

Outro ponto crucial na análise de Mello (2014) é a questão das interações emocionais. As mulheres com deficiência enfrentam desafios específicos nas suas relações interpessoais, influenciadas por percepções sociais e pessoais. A autora aponta que entender essas interações é fundamental para desenvolver políticas e práticas que respeitem plenamente a dignidade e os direitos dessas mulheres. A noção de “cidadania íntima” é introduzida por Mello (2014) como um conceito chave para entender as experiências de mulheres com deficiência. Esse conceito refere-se ao reconhecimento e respeito pela individualidade e direitos pessoais, o que é particularmente relevante no contexto da deficiência e do gênero.

A análise de Mello (2014) também aborda a necessidade de direitos adaptados à realidade de mulheres com deficiência. Ela argumenta que as políticas e práticas devem ser flexíveis e sensíveis às necessidades específicas dessas mulheres, desafiando, assim, abordagens mais generalistas e homogeneizadoras.

A autora examina como as narrativas de violência contra mulheres com deficiência são frequentemente negligenciadas ou mal compreendidas. Ela argumenta que é essencial trazer essas experiências para o centro das discussões sobre violência de gênero e deficiência para criar respostas mais eficazes e inclusivas.

Além disso, Mello (2014) enfatiza a importância de ouvir e valorizar as vozes das mulheres com deficiência. Ela argumenta que suas perspectivas e experiências devem ser centrais na formulação de políticas e práticas que as afetam, garantindo que sejam verdadeiramente representativas e eficazes.

A educação sexual inclusiva é uma ferramenta poderosa para promover a saúde sexual e reprodutiva e a auto aceitação. Programas de educação sexual devem ser adaptados para incluir e abordar as experiências de mulheres com deficiência, garantindo que elas recebam informações e apoio adequados para explorar sua sexualidade de forma segura e satisfatória.

O acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva é frequentemente limitado para mulheres com deficiência física. Barreiras físicas, comunicação ineficaz e preconceitos entre profissionais de saúde podem impedir o acesso a cuidados adequados. Superar essas barreiras é essencial para garantir que essas mulheres possam exercer plenamente seus direitos sexuais e reprodutivos.

As tecnologias assistivas e adaptações também desempenham um papel importante na facilitação da expressão sexual de mulheres com deficiência física. Esses recursos podem

ajudar a superar algumas das barreiras físicas ao sexo e à intimidade, permitindo maior independência e autonomia. É fundamental que a pesquisa e as políticas públicas abordem diretamente as questões de gênero, sexualidade e deficiência. Reconhecendo e respondendo às necessidades específicas de mulheres com deficiência física no contexto da sexualidade, pode-se promover uma abordagem mais inclusiva e justa no cuidado e na sociedade.

Cristina tem consigo que a construção da dignidade e autonomia perante o cuidado tem um valor intrínseco estabelecendo respeito, liberdade e igualdade dos seus direitos, buscando uma sociedade inclusiva e justa, independentemente de suas características pessoais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa procurou oferecer formas de compreensão das intersecções complexas que moldam as experiências de mulheres com deficiência. Este estudo destaca a necessidade crítica de abordagens interseccionais que reconheçam e abordem os múltiplos marcadores sociais, incluindo gênero, raça, classe e deficiência, que influenciam a vida dessas mulheres.

Os achados deste trabalho sublinham que, apesar de algumas melhorias nas políticas e práticas sociais, mulheres com deficiência continuam a enfrentar barreiras significativas que limitam sua participação plena e igualitária na sociedade. Essas barreiras não são apenas físicas, mas também estruturais, influenciadas por estereótipos de gênero, discriminação institucional e falta de representação adequada em muitos aspectos da vida social e profissional.

Além disso, o estudo demonstra a importância da inclusão efetiva das vozes dessas mulheres nos processos de formulação de políticas e práticas sociais. Para que haja mudanças reais e significativas, é essencial que as mulheres com deficiência não sejam vistas apenas como beneficiárias de políticas de inclusão, mas como participantes ativas e decisivas na criação de soluções que afetem suas próprias vidas.

Por fim, a pesquisa reitera a necessidade de um compromisso contínuo por parte dos acadêmicos, formuladores de políticas e ativistas para dismantlar as estruturas de poder que perpetuam desigualdades. Somente por meio de um esforço colaborativo e de uma vontade sincera de entender e abordar as complexidades envolvidas na intersecção de deficiência e marcadores sociais, poderemos aspirar a uma sociedade verdadeiramente inclusiva e equitativa. A jornada é longa e desafiadora, mas os insights fornecidos por este estudo oferecem direções valiosas para futuras investigações e ações no campo das ciências sociais.

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, Miriam. Corpo, identidade e a política da beleza. **Revista Gênero**, Niterói, v. 7, n. 2, p. 39-63, 1. sem. 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30972/18061>. Acesso em: 4 maio 2024.
- ALEXY, Robert. **Teoría de los derechos fundamentales**: vertido ao espanhol por Ernesto Garzón Valdés. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 2017.
- ARAÚJO, Rogério; PEREZ, Olívia Cristina. Juventudes e marcadores sociais da diferença nos planos estaduais de juventude do Brasil. **Iberoamericana**, Berlim, v. 23, n. 82, p. 81-95, 2023. Disponível em: <https://journals.iai.spk-berlin.de/index.php/iberoamericana/article/view/2997/2480>. Acesso em: 12 jun. 2024.
- BARBOSA, Camila Palhares. Leituras feministas de Merleau-Ponty: do corpo à identidade. **Intuição**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 108-115, dez. 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/intuicao/article/view/29119/16296>. Acesso em: 22 maio 2024.
- BARNES, Colin. A legacy of oppression: a history of disability in western culture. *In*: BARTON, Len; OLIVER, Mike (Eds.). **Disability studies: past, present and future**. Leeds: The Disability Press, 1997. p. 3-24.
- BATISTA, Márcia Camila Araújo; PEREZ, Olívia Cristina. Participação política e marcadores sociais da diferença: reflexões sobre o tema no campo da ciência política. **Conexão Política**, Teresina, v. 5, n. 1, p. 23-34, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/conexaopolitica/article/view/5922/3490>. Acesso em: 7 abr. 2024.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.
- BENEDICT, Ruth. Anthropology and the Abnormal. **The Journal of General Psychology**, v. 10, n. 1, p. 59-82, Dec. 1934. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00221309.1934.9917714>. Acesso em: 9 jun. 2024.
- BJORSNOS, Annlaug. Beauvoir e Ricoeur: a identidade narrativa. Análise de uma crise identitária em A Convidada de Simone de Beauvoir. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 37-55, 2. sem. 2013. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/6428/5960>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional brasileiro**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.
- BORBA, Rodrigo; OSTERMANN, Ana Cristina. Gênero ilimitado: a construção discursiva da identidade travesti através da manipulação do sistema de gênero gramatical. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 409-432, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/3RTcM98R4TrDbc9CDKTPSCv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 jun. 2024.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina; PORTELLI, Alessandro. **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006. p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. Notas provisórias sobre a percepção social do corpo. **Pro-Posições**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 247-256, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/B5WBgP7wWrwJvRwbDCRT5My/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2024.

BRAGA, Mariana Moron Saes; SCHUMACHER, Aluísio Almeida. Direito e inclusão da pessoa com deficiência: uma análise orientada pela teoria do reconhecimento social de Axel Honneth. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 28, n. 2, p. 375-392, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/w7mWRyGCMP7tZhr74tnjDxk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Brasil tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência, indica pesquisa divulgada pelo IBGE e MDHC**. Brasília, DF, 7 jul. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-tem-18-6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-indica-pesquisa-divulgada-pelo-ibge-e-mdhc>. Acesso em: 17 jun. 2024.

BUTLER Judith. **Bodies that matter**: On the Discursive Limits of “Sex”. New York: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002.

BUTLER, Judith. **Undoing Gender**. New York: Routledge, 2004.

BUTLER, Judith. **Giving an account of oneself**. New York: Fordham University Press, 2005.

BUTLER, Judith. Desdiagnosticando o gênero. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 95-126, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/Xg4SdtQL64jBYZgm9q4MyMH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2018.

CAMPBELL, Fiona K. **Contours of ableism**: the production of disability and abledness. New York: Palgrave Mcmillan, 2009.

CAMPBELL, Fiona K. Legislating disability: negative ontologies and the government of legal identities. *In*: TREMAIN, S. (Ed.). **Foucault and the government of disability Michigan**: the University of Michigan Press, 2005. p. 108-132.

CARNIEL, Fagner. **A invenção (pedagógica) da surdez**: sobre a gestão estatal da educação especial na primeira década do século XXI. 2013. 273 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107413/319878.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 maio 2024.

CARNIEL, Fagner. Agenciar palavras, fabricar sujeitos: sentidos da educação inclusiva no Paraná. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 24, n. 50, p. 83-116, jan./abr. 2018a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/GBbYFpX99YGGDTyr8HkzNBg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 maio 2024.

CARNIEL, Fagner. A reviravolta discursiva da Libras na educação superior. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, e230027, p. 1-21, 2018b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/rDd6XLCGGxTKNKC3Y5mZcJJ/?format=pdf>. Acesso em: 16 maio 2024.

CARNIEL, Fagner; DIAS, Adriana Abreu Magalhães; LACRUZ, Aadonai José. Estudos da deficiência na produção acadêmica: uma cartografia nas arenas do Norte-global. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 25, p. e-soc122287, p. 1-28, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/VVfKGGK5XYNTnRJFPNbfRLBc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jun. 2024.

CARNIEL, Fagner; MELLO, Anahí Guedes. Quem escreve pela deficiência no pensamento social brasileiro? **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFScar**, São Carlos, v. 11, n. 2, p. 490-505, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1109/476>. Acesso em: 17 abr. 2024.

CORREIA, Luiz Gustavo Pereira de Souza. **A pupila dos cegos é seu corpo inteiro**: compreendendo as sensibilidades de indivíduos cegos através das suas tessituras narrativas. 2007. 219 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp071185.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.

DAVIS, Lennard J. **Enforcing normalcy**: disability, deafness, and the body. London: Verso, 1995.

DI MARCO, Victor. **Capacitismo**: o mito da capacidade. São Paulo: Letramento, 2020.

DUBET, François. As desigualdades multiplicadas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 5-19, maio/ago. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/DYTMchb9qK7FQdSNpcZpBnC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 maio 2024.

ÉSTHER, Ângelo Brigato. O pensamento de Norbert Elias: contribuições para os estudos organizacionais. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 321-350, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/read/a/tkYbKQ64CWs3kfXLmHDr86y/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2024.

FARIA, Nalu; MORENO, Renata. Apresentação. *In*: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (org.). **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF, 2010. p. 7-11.

- FASSIN, Didier. **A questão moral**: uma antologia crítica. Campinas: Ed. da Unicamp, 2018.
- FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- GAMA, Cláudio Oliveira da; GAMA, Gláucia Oliveira da; PIRES, Valéria Nascimento Lebeis; MACIEL, Elvira Maria Goginho de Seixas. Corpo, identidade e imagem corporal: uma revisão narrativa. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, v. 26, n. 278, p. 159-171, jul. 2021. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efdeportes/index.php/EFDportes/article/download/2771/1424?inline=1>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- GASPODINI, Icaro Bonamigo; CANABARRO, Ronaldo Pires; CENCI, Cláudia Mara Bosetto; PERRONE, Cláudia Maria. Masculinidades em diálogo: produção de sentido a partir de marcadores sociais da diferença. **Mudanças: Psicologia da Saúde**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 17-25, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-869147>. Acesso em: 11 jun. 2024.
- GASTALDO, Édison Luis; BRAGA, Adriana Andrade. Corporeidade, esporte e identidade masculina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 875-894, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/NKJFqJ5t5Y8CxYK4HZp9nPq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 jun. 2024.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade. 4. ed. Tradução de Mathias Lambert. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GOMES, Ruthie Bonan; Lopes, Paula Helena; GESSER, Marivete; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 1, e48155, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/c7sJxYbSppg9kQMNvwwN6fh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2024.
- HIRATA, Helena. O trabalho de cuidado. **Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, n. 13, n. 24, p. 53-64, 2016. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/5-sur-24-por-helena-hirata.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2024.
- INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 24-44, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/JRMDwSmzv4Cm9m9fTbLSBMs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- JAGGAR, Alison M. Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. *In*: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan. **Gênero, corpo, conhecimento**. Tradução de Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 157-185.
- JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan. **Gênero, corpo, conhecimento**. Tradução de Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- KITTAY, Eva Feder. **Love's labor**: essays on women, equality and dependence. New York: Routledge, 1999.

LEENHARDT, Jacques. As ambivalências da identidade corporal. **Fênix-Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 4, n. 2, p. 1-9, 2007. Disponível em: <https://revistafenix.emnuvens.com.br/revistafenix/article/view/723/687>. Acesso em: 11 abr. 2024.

LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOPES, Pedro. Deficiência como categoria do Sul global: primeiras aproximações com a África do Sul. **Revista de Estudos Femininos**, Florianópolis, v. 27, n. 3, e66923, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/WrJYQnsJrCsGTPRtyjryznD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 maio 2024.

LOPES, Pedro. Deficiência na cabeça: convite para um debate com diferença. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 28, n. 64, p. 297-330, set./dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/pFRm9gWbzyMThQ5XKMqqbCN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 abr. 2024.

LORENZO, Suelen Moraes; SILVA, Nilson Rogério. Contratação de pessoas com deficiência nas empresas na perspectiva dos profissionais de recursos humanos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 23, n. 3, p. 345-360, jul./set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/6wFvTLyWvZCC9y9CZDGQpb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jun. 2024.

MCRUER, Robert. **Crip theory: cultural signs of queerness and disability**. New York: New York University Press, 2006.

MEEKOSHA, Helen. Decolonising disability: thinking and acting globally. **Disability & Society**, v. 26, n. 6, p. 667-682, Sep. 2011. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09687599.2011.602860>. Acesso em: 20 jun. 2024.

MELLO, Anahí Guedes de. **Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência**. 2014. 262 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://nedef.paginas.ufsc.br/files/2017/10/Disserta%C3%A7%C3%A3o-mestrado-A5-Anahi-G-Mello.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2024.

MELLO, Anahí Guedes de. **Olhar, (não) ouvir, escrever: uma autoetnografia ciborgue**. 2019. 184 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/215355/PASO0498-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 4 abr. 2024.

MELLO, Anahí Guedes de; AYDOS, Valéria; SCHUCH, Patrice. Aleijar as antropologias a partir das mediações da deficiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 28, n. 64, p. 7-29, set./dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/tvSdXddtyn4vNzwtTRFXLNp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 maio 2024.

MILANEZ, Nilston. Corpo cheiroso, corpo gostoso: unidades corporais do sujeito no discurso. **Acta Scientiarum. Language and Culture**, Maringá, v. 31, n. 2, p. 215-222, 2009. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/view/6684/6684>. Acesso em: 18 maio 2024.

MIRANDA, Jorge. **Direitos fundamentais**. Coimbra: Almedina, 2017.

MOL, Annemarie; MOSER, Ingunn; POLS, Jeannette (Ed.). **Care in practice: on tinkering in clinics, homes and farms**. New Brunswick and London: Transaction Publishers, 2015.

MOLINIER, Pascale. Cuidado, interseccionalidade e feminismo. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 17-33, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/8P99gKzNYJM6bFLh hKfMmNP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 jun. 2024.

OLIVEIRA, Débora Garcia; SHIMANO, Suraya Gomes Novais; SALOMÃO, Angélica Emboaba; PEREIRA, Karina. Avaliação do perfil socioeconômico, formação profissional e estado de saúde de pessoas com deficiência visual. **Revista Brasileira de Oftalmologia**, Rio de Janeiro, v. 76, n. 5, p. 255-258, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbof/a/BMnCKzx4vJQjp3gxr87VRxH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2024.

OLIVEIRA, Kris Herik de. Intensos encontros: Michel Foucault, Judith Butler, Paul B. Preciado e a teoria *queer*. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 1, e67637, p. 1-16, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/f8xM5gZFZxn9yZwxZ bxd8Tt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 maio 2024.

OLIVEIRA, Vanessa Florêncio de. O racismo como uma “identidade social virtual”. **Revista Sem Aspas**, Araraquara, v. 7, n. 2, p. 283-291, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/12496/8279>. Acesso em: 2 jun. 2024.

OLIVER, Michael. **The politics of disablement**. London: Macmillan, 1990.

OLIVER, Michael; BARNES, Colin. Back to the future: the World Report on Disability. **Disability & Society**, v. 27, n. 4, p. 575-579, Jun. 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09687599.2012.686781>. Acesso em: 18 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU diz que mundo tem mais de 1 bilhão de pessoas com deficiência. **ONU News**, 3 dez. 2013. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2013/12/1458411>. Acesso em: 27 maio 2024.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PIEROTH, Bodo; SCHLINK, Bernhard. **Direitos fundamentais**. São Paulo: Saraiva Educação, 2003.

ROSA, Nina Gabriela Moreira Braga. Identidade: Anthony Giddens e Norbert Elias. **Humanidades em Diálogo**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 135-148, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/106102/104740>. Acesso em: 4 jun. 2024.

ROSSI, Flávia Cristina Regilio. Estigmatização dos outsiders: sobre os estabelecidos e os outsiders; de Norbert Elias. **Revista Vernáculo**, Curitiba, v. 1, n. 4, p. 104-108, 2001. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/18156/11849>. Acesso em: 29 jun. 2024.

SALIH, S. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. 11. ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria dos Advogados, 2012.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Direitos fundamentais, dignidade, Constituição**. Londrina: Thoth, 2022.

SCRIBANO, Adrián. Cuerpos y emociones en el capital. **Nómadas (Col)**, Bogotá, Colombia: Universidad Central, n. 39, p. 28-45, Oct. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1051/105129195003.pdf>. Acesso em: 4 maio 2024.

SHAKESPEARE, Tom. **Disability rights and wrongs**. New York: Routledge, 2006.

SHAKESPEARE, Tom. The social model of disability. In: DAVIS, Lennard J. (Ed.). **The disability studies reader**. New York: Routledge, 2010. p. 197-2004.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

SILVA, Margaret da Conceição; MIETO, Gabriela Sousa de Melo; OLIVEIRA, Valéria Marques de. Estudos recentes sobre inclusão laboral da pessoa com deficiência intelectual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 25, n. 3, p. 469-486, jul./set. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/w5k4XcStbBCWJHLL8DLdFBD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 jun. 2024.

SILVA, Matheus Estevão Ferreira da; SOUZA, Leonardo Lemos de. A teoria da Ética do Cuidado de Carol Gilligan e suas potencialidades e fragilidades enquanto teoria feminista. In: BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (org.). **Mulheres em tempos de pandemia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p. 25-48.

SILVA, Vanessa Carolina; SILVA, Wilker Solidade. Marcadores sociais da diferença: uma perspectiva interseccional sobre ser estudante negro e deficiente no Ensino Superior brasileiro. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, n. 62, p. 569-585, jun./set. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/30948/pdf>. Acesso em: 22 maio 2024.

SILVA, Virgílio Afonso. A evolução dos direitos fundamentais. **Revista Latino-Americana de Estudos Constitucionais**, São Paulo, v. 6, p. 541-558, 2005. Disponível em: https://constituicao.direito.usp.br/wp-content/uploads/2005-RLAEC_06-Evolucao.pdf. Acesso em: 14 abr. 2024.

SILVEIRA, Fernando de Almeida. Corpos sonhados-vividos: a dimensão onírica do poder em Michel Foucault e sua relação com a psicologia. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 31-46, jan./mar. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/5Z9Nn3PLrt3BTnNwLxdGnNs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jun. 2024.

TRENTIN, Valéria Becher; RAITZ, Tânia Regina. Educação e trabalho: formação profissional para jovens com deficiência intelectual na escola especial. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, n. 62, p. 713-725, jul./set. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/28660/pdf>. Acesso em: 7 jun. 2024.

TRONTO, Joan C. **Caring democracy**: markets, equality, and justice. New York: New York University Press, 2013.